

ISSN 1413-9243

**TEXTOS NEPO**

**50**

CAMPINAS, JANEIRO DE 2006

**REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E  
MEIO AMBIENTE: SÃO PAULO E  
CENTRO-OESTE**

**4**

**ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E  
RESPOSTAS SOCIODEMOGRÁFICAS: A  
DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL DA  
POPULAÇÃO NA REGIÃO DO DISTRITO  
FEDERAL E ENTORNO**

**MARIA CÉLIA SILVA CAIADO**

## Universidade Estadual de Campinas



### **Reitor**

Prof. Dr. José Tadeu Jorge

### **Vice-Reitor**

Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

### **Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Profa. Dra. Teresa Dib Zambion Atvars

### **Pró-Reitor de Pesquisa**

Prof. Dr. Daniel Pereira

### **Pró-Reitor de Graduação**

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca

### **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário**

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

### **Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Prof. Dr. Mohamed Ezz El Din Mostafa Habbib

### **Coordenador de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa**

Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tápia

## **NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO**



### **Coordenador**

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

### **Vice-Coordenador**

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

## FICHA CATALOGRÁFICA

Caiado, Maria Célia Silva.

Estruturação intra-urbana e respostas sócio demográficas: a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e Entorno / Maria Célia Silva. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2006.

168p.

(Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação sócio espacial da população na Região do Distrito Federal e Entorno, TEXTOS NEPO 50).

1. População na Região do Distrito Federal. 2. Entorno. 3. Distrito Federal. I. Título. II. Série.

### **Editor dos TEXTOS NEPO**

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo  
Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX)

### **Produção Editorial: NEPO/UNICAMP**

Myrcia Rose Skaetta  
solicitações: e-mail: myrcia@nepo.unicamp.br

### **Apoio Técnico**

Centro de Documentação  
Adriana Cristina Fernandes e Rodrigo Lizardi de Souza

---

## SÉRIE TEXTOS NEPO

**TEXTOS NEPO** – publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP, foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas realizadas no âmbito deste Núcleo de Estudos. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, nestes seus vinte e um anos de vida foram publicados cinquenta exemplares, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas à áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

Este “TEXTO NEPO,” de número 50, foi desenvolvido no âmbito do projeto “Redistribuição da População e Meio Ambiente: São Paulo e Centro-Oeste”, estudo interdisciplinar e interinstitucional, sediado no NEPO/UNICAMP, com financiamento do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência -PRONEX.

***José Marcos Pinto da Cunha***  
Núcleo de Estudos de População  
Coordenador

***Roberto Luiz do Carmo***  
Núcleo de Estudos de População  
Coordenador Associado

## **RESUMO**

O objetivo do estudo é avaliar as alterações na distribuição e no perfil socioespacial da população que podem ser associadas ao processo de urbanização e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. A RIDE apresenta especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, à ocupação territorial e à gestão urbana, que a diferenciam das demais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas nacionais, principalmente no que se refere às possibilidades de atuação estatal na gestão urbana, pelas peculiaridades do processo de ocupação territorial do Distrito Federal – cidade planejada para ser polo de desenvolvimento e sede administrativa nacional. Essas especificidades, no entanto, não foram capazes de promover a apropriação igualitária das vantagens locacionais do espaço urbano, fazendo com que a configuração socioespacial da região se assemelhe às encontradas nas demais aglomerações urbanas e metrópoles nacionais, principalmente no que diz respeito às desigualdades no processo de distribuição socioespacial da população. Para atingir o objetivo, foram analisadas as principais alterações na dinâmica migratória e no perfil demográfico, bem como no processo de organização funcional dos diferentes subespaços regionais, no período entre 1980 e 2000.

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is to evaluate the changes in the distribution and in the socio spatial profile of the population that may be associated to the urbanization process and to the intra urban structuring in the RIDE – Integrated Region of Development of Federal District and Adjacency. The RIDE presents specific characteristics related to the process of economical development, to the territorial occupation and to the urban administration, which differs it from the other urban agglomerations and from the national metropolitan areas, mainly in the aspects concerned to the possibilities of the state influence on the urban administration, due to the peculiarities of the territorial occupation process of the Federal District – a planned city destined to be a developed pole and the national administrative seat. Such specific characteristics, however, were not able to promote the equal appropriation of the urban space local advantages, making the socio spatial configuration of the RIDE resembles to the ones found in the other urban agglomerations and in the national metropolis, especially in what concerns the inequalities in the process of socio spatial distribution of the population. To reach such objectives, this paper analyzed the main changes in the migratory dynamics and in the demographic profile, as well as in the process of functional organization of the different regional subspaces, in the period between 1980 and 2000.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E RESPOSTAS SOCIODEMOGRÁFICAS: A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: migração e distribuição da população no interior das cidades e metrópoles nacionais .....	21
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL URBANA .....</b>	<b>27</b>
2. A Constituição da RIDE.....	27
2.1. Principais aspectos da economia regional .....	28
2.2. A evolução demográfica e ocupação territorial no Distrito Federal: o processo embrionário de formação da RIDE.....	34
2.3. Evolução e distribuição demográfica na região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno..40	
2.4 Síntese do capítulo.....	47
<b>A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO.....</b>	<b>48</b>
3.1 A migração interestadual.....	50
3.2 A migração intra-estadual.....	61
3.3 A migração intra-regional .....	72
3.4. Aspectos sociodemográficos da migração intra-regional (ou Intrametropolitana).....	79
3.5 Alguns aspectos sobre a migração intra-regional e a segregação socioespacial da população na RIDE .....	88
3.6 <i>Mobilidade pendular</i> .....	102
3.7 Considerações finais sobre a migração na região.....	109
<b>A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COMO RESPOSTA SOCIODEMOGRÁFICA AO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA.....</b>	<b>111</b>
4.1. Análise das variáveis socioeconômicas.....	112
4.2. Análise das variáveis demográficas .....	119
4.3. Composição da população por sexo e idade .....	129
4.4. Análise das condições habitacionais.....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>154</b>

---

## **ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E RESPOSTAS SOCIODEMOGRÁFICAS: A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Maria Célia Silva Caiado<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os interesses dos demógrafos e estudiosos sobre o processo de estruturação o espaço urbano aproximam-se cada vez mais, à medida que cresce entre ambos a consciência de que as alterações na organização interna das grandes cidades e metrópoles têm como contrapartida imediata as modificações na intensidade e no direcionamento do processo de redistribuição da população entre os elementos que constituem o espaço urbano.

Entre as modificações na distribuição da população associadas ao processo de estruturação intra-urbana, certamente a segregação socioespacial da população nas áreas onde estão as piores condições de vida assume posição mais relevante, por evidenciar de forma indiscutível as desigualdades sociais entre segmentos populacionais presentes no processo de desenvolvimento nacional.

Essa pesquisa teve como objetivo conhecer o processo de ocupação e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, buscando a associação direta entre esse processo e as alterações na distribuição e diferenciação socioespacial da população.

Alguns estudos sobre as transformações demográficas associadas ao processo de estruturação urbana podem ser encontrados na bibliografia nacional e internacional. O que se pretende é avançar um pouco mais nessa discussão. Entende-se que o processo de estruturação interna de uma cidade, ou mesmo de uma região, se dá a partir da mediação entre fatores estruturais ligados ao processo produtivo e ao cotidiano das populações. É a população, com sua dinâmica e características próprias, através das suas respostas aos fatores estruturais relacionados à produção do espaço, que dá forma à configuração socioespacial resultante desse processo.

As principais alterações na configuração sociodemográfica do espaço da RIDE que serão associadas ao processo de estruturação intra-urbana são: a intensificação da mobilidade espacial (nas suas duas formas: migração intrametropolitana e mobilidade pendular) ligada ao processo de periferação; e as alterações nos perfis dos segmentos da população segundo a

---

<sup>1</sup>Arquiteta e Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-doutoranda do Nepo/Unicamp.

distribuição no espaço urbano, configurando o agravamento das desigualdades sociais existentes nas cidades.

A mobilidade intra-urbana, como contrapartida sociodemográfica ao processo de organização interna da região, foi investigada buscando-se as possíveis alterações na composição e intensidade dos fluxos migratórios e a identificação das características sociodemográficas destes fluxos, que possam contribuir para a decisão de migrar dos indivíduos e famílias.

A ideia principal é a de que as transformações no uso e na intensidade da ocupação do solo urbano, como resultado da organização interna das cidades e áreas metropolitanas, têm como resposta sociodemográfica alterações nos perfis da população, segundo os diferentes segmentos do espaço intra-urbano. Entre as características sociodemográficas que podem estar sendo alteradas em função desse, estão a estrutura por sexo e idade, a composição dos arranjos domésticos, as relações de gênero na chefia domiciliar, os rendimentos médios mensais, os níveis educacionais e a inserção socioocupacional .

A escolha da região que será objeto desse estudo teve como motivação principal as especificidades relacionadas ao processo de ocupação e estruturação intra-urbana, ao mesmo tempo em que propiciava o atendimento à demanda do Núcleo de Estudos Populacionais – Nepo/Unicamp – por estudos nessa área de investigação direcionados para a Região Centro-Oeste.

Entre as grandes cidades e metrópoles nacionais, Brasília destaca-se não tanto pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas principalmente pelas possibilidades de gestão urbana geradas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte da terra destinada à nova capital.

Brasília, no decorrer do seu processo de construção e consolidação enquanto cidade, tornou visíveis as contradições inerentes à organização social brasileira, passando de cidade que pretendia ser socializante na distribuição de pessoas e atividades para uma estrutura intra-urbana fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial da população. A propriedade pública da terra urbana, ao invés de constituir um instrumento distributivo, passa a funcionar como instrumento de ocupação seletiva, instituindo a “segregação planejada” e transformando Brasília na “capital do controle e da segregação social”<sup>2</sup>.

No âmbito de um projeto de desenvolvimento nacional que visava a integração do território nacional, com a redução das desigualdades regionais, Brasília foi idealizada como

---

<sup>2</sup> Termos utilizados como títulos de textos escritos por Campos e Gouvêa *apud* Paviani (1989).

polo de desenvolvimento regional e sede de decisão política nacional. Sua construção, tendo como ponto de partida um projeto arquitetônico e paisagístico representativo do urbanismo modernista, estava inserida no contexto de um projeto desenvolvimentista, que buscava na modernidade a superação do atraso econômico.

Antes mesmo da inauguração da cidade, o processo de ocupação territorial de Brasília já apresentava os primeiros sinais das contradições que passariam a definir as direções do crescimento urbano. O projeto do Plano Piloto previa que a ocupação inicial dar-se-ia apenas através da transferência do funcionalismo público, ignorando a possibilidade de fixação do contingente de trabalhadores migrantes, recrutados segundo um discurso enobecedor que os identificava como “os novos bandeirantes” e que viam na nova cidade possibilidades de melhores condições de vida.

A solução encontrada foi a criação de localidades afastadas fisicamente da região central e com precárias condições de infra-estrutura, para onde foram transferidos esses trabalhadores. Inaugurou-se assim um procedimento que seria uma constante na atuação do Estado, constituindo-se na principal característica da estrutura intra-urbana: a distância física e social entre os diferentes segmentos da população, segundo suas condições socioeconômicas.

Nas décadas seguintes à inauguração, o Distrito Federal experimentou um intenso processo de crescimento populacional, marcado por intensos fluxos migratórios, o que, apesar da redução no peso do incremento populacional gerado pelo arrefecimento após a década de 80, se mantém até os dias atuais.

A intensificação da ocupação do espaço urbano, associada a esse crescimento populacional, reproduz o processo de estruturação intra-urbano inicial, dando origem a novas localidades cada vez mais distantes do centro principal, o que resultou em uma extensa periferia que se estende por todo o território do Distrito Federal - DF, atingindo a partir da década de 80 alguns municípios goianos limítrofes.

Outra especificidade da estrutura intra-urbana na região é a ausência da conurbação entre as localidades periféricas, originando a uma estrutura fragmentada, composta por vários núcleos de ocupação urbana, separados por grandes glebas sem ocupação, o que torna ainda mais distantes as localidades periféricas, e mais difíceis as condições de deslocamento da população residente nesse segmento espacial.

Por tudo isso, a produção científica sobre Brasília é intensa no que se refere tanto à sua especificidade enquanto cidade planejada e o caráter modernizante do projeto arquitetônico e urbanístico, quanto ao processo de ocupação e organização interna do DF, enquanto capital federal. A opção da atuação estatal pela preservação da monofunção

administrativa do DF e sua repercussão na base econômica local também têm sido objeto do interesse da comunidade científica<sup>3</sup>.

No entanto, a maioria da produção sobre Brasília desconsidera, ou trata de modo superficial, as questões relacionadas às alterações sociodemográficas associadas ao processo de estruturação intra-urbana e ao papel que parte do território do DF passou a exercer como centro principal de uma área de influência com características metropolitanas - principalmente após a década de 80 -, composta pelo DF, por 19 municípios goianos e dois mineiros<sup>4</sup>.

Nesse fato reside a principal especificidade da região. A adoção de um enfoque que considere os diferentes elementos da estrutura intra-urbana, independente da sua condição na divisão político administrativa, é fundamental para a compreensão do processo de estruturação do espaço urbano e das respostas sociodemográficas a ele associadas.

Nessa pesquisa são considerados como elementos da estrutura intra-urbana, o Plano Piloto enquanto centro principal, as regiões administrativas de Taguatinga e Guará, como potenciais subcentros secundários, e o conjunto de localidades residenciais, separados segundo o perfil socioeconômico da população residente. A periferia é considerada a partir de sua função na estrutura socioespacial, independente da divisão político-administrativa, abrangendo, além das cidades satélites no território do DF, os municípios goianos e mineiros que assumirem características que nos permitam classificá-los como tal.

Nesse sentido, esse estudo pretende ser inovador não somente em relação à análise das respostas sociodemográficas relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e Entorno, mas também por considerar como elementos de uma única estrutura os recortes socioespaciais segundo sua função na organização interna do espaço urbano, independente da divisão político-administrativa institucional.

A opção metodológica pelos dados extraídos dos censos demográficos do IBGE deveu-se às possibilidades de cobertura espacial que esses dados proporcionam e ao potencial de análise sobre as variáveis sociodemográficas que, se forem associadas às tabulações especiais, permitem direcioná-las para o mapeamento das características populacionais que se pretende.

---

<sup>3</sup> Alguns estudos merecem destaque pela quantidade de textos que apresentam, como é o caso da "Coleção Brasília", organizada por Paviani, integrada por seis livros, que, em função da diversidade de assuntos e de autores, se constituiu em importante obra, através da qual só é possível a compreensão do processo de ocupação e organização interna do Distrito Federal, assim como a identificação dos principais agentes envolvidos nesse processo. Ver Paviani (1985; 1987; 1989; 1991; 1996; 1999).

<sup>4</sup> Outra importante contribuição, principalmente no que se refere à superação das dificuldades relacionadas ao levantamento de dados sobre a região, está na pesquisa nacional "Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano" realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, através de convênio com diversas universidades brasileiras, inclusive a Universidade Nacional de Brasília, no caso específico do estudo para a região de Brasília.

Para o estudo da migração, foram utilizados dados obtidos do questionário da amostra, no menor nível de desagregação possível (municípios e regiões administrativas do Distrito Federal), em função da riqueza de informações existentes.

Para a identificação dos diferentes perfis populacionais segundo a localização no espaço intra-urbano, enquanto respostas sociodemográficas ao processo de estruturação interna da região, foram utilizados os dados obtidos através do questionário básico, desagregados por setores censitários, abrangendo os principais elementos da estrutura intra-urbana (os diferentes recortes espaciais do Distrito Federal e os municípios goianos diretamente envolvidos no processo de expansão da área urbana do DF).

A metodologia utilizada para identificação dos diferenciais sociodemográficos no processo de distribuição populacional foi a elaboração de figuras que mostrem a distribuição de algumas variáveis definidas, segundo os diferentes segmentos espaciais. Além das figuras cloropléticas, utilizaram-se outros elaborados a partir da utilização de técnica da estatística espacial que, através da interpolação e da suavização da representação espacial dessas variáveis, permite a produção de figuras com superfície contínua de dados, o que torna possível a identificação da concentração espacial<sup>5</sup>.

O estudo foi organizado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo foram definidas as principais linhas de investigação e as formulações teóricas nas quais basearam-se as definições das hipóteses de análise. Ainda neste capítulo foram definidos os principais conceitos utilizados no desenvolvimento do estudo.

O segundo capítulo foi estruturado de forma a oferecer um panorama sobre o processo de desenvolvimento regional e a ocupação territorial na região, identificando as diferentes etapas de estruturação intra-urbana e seus rebatimentos na divisão funcional entre as localidades do Distrito Federal e o conjunto de municípios que integram a RIDE.

Constam ainda no capítulo 2 uma descrição sobre o processo de ocupação territorial urbana do Distrito Federal e o seu rebatimento na estruturação intra-urbana da região, além da análise sobre a evolução e distribuição demográfica .

O capítulo termina com uma descrição da configuração socioespacial e uma síntese sobre as relações que se estabeleceram entre desenvolvimento socioeconômico, ocupação territorial urbana e distribuição espacial da população na região.

O terceiro capítulo destinou-se ao estudo da migração, e está organizado em diferentes itens segundo o tipo de migração, em função da distância percorrida e do local de

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre essa técnica, vide Jakob (2003).

origem dos fluxos. No primeiro item, foram analisados a intensidade e o destino dos principais fluxos interestaduais em direção à região. Também foram estudados nesse item, as principais características dos migrantes, segundo o local de origem e de destino na RIDE.

No segundo item do capítulo analisaram-se a intensidade e a direção dos fluxos intrametropolitanos, ou seja, as trocas populacionais entre municípios que integram a RIDE e o Distrito Federal. Foram analisadas algumas características da população migrante intrametropolitana no que se refere ao seu efeito sobre a decisão de migrar de indivíduos e famílias, tais como composição por sexo e idade, fase do ciclo vital familiar, composição dos arranjos domiciliares e condições socioeconômicas.

Encerrando o capítulo foi feita a análise da mobilidade pendular da população, por motivo de trabalho ou estudo, em função do seu papel enquanto resposta sociodemográfica ao processo de estruturação da região, fortemente marcada pelas dificuldades relacionadas às distâncias físicas entre o centro principal, onde estão concentrados 94,2% dos empregos formais da região<sup>6</sup>, e as localidades periféricas, onde estão 69,8% da população do espaço intra-urbano<sup>7</sup>. Foram analisadas a intensidade e a direção dos fluxos, e as principais características do perfil sociodemográfico da população que realiza os movimentos diários, segundo local de origem e destino no interior da região.

Por fim, no capítulo 4, foram estudados os diferenciais nos perfis sociodemográficos da população residente segundo sua localização nos principais elementos espaciais da estrutura intra-urbana. As características analisadas em função das possíveis associações à organização interna dos diferentes segmentos espaciais foram: composição por sexo e idade; composição dos arranjos domiciliares; composição por sexo da chefia domiciliar; condições de acesso à renda; e condições habitacionais relacionadas às condições de ocupação do imóvel e ao acesso à infraestrutura básica urbana.

Finalizando esse estudo, nas considerações finais, foram apresentadas as conclusões obtidas a partir da análise dos dados. Como forma de contribuir para futura extensão dessa pesquisa, indicou-se possibilidades de novos levantamentos que possam contribuir para o aprofundamento das discussões entre estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas, nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

---

<sup>6</sup> Dados da RASI/MT (2001).

<sup>7</sup> Dados referentes ao censo IBGE 2000, para o conjunto composto pelas Regiões Administrativas de Localização periférica (Ceilândia, Samambaia, Brazilândia, Guará, Santa Maria, Riacho Fundo, Paranoá, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião e Recanto das Emas) e os municípios goianos diretamente envolvidos na expansão urbana do DF (Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Águas Lindas de Goiás)

---

## ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E RESPOSTAS SOCIODEMOGRÁFICAS

O objetivo deste capítulo é estabelecer conexões entre as hipóteses sobre os condicionantes do processo de organização interna das cidades e áreas metropolitanas, que contribuam para o entendimento das especificidades da formação de uma região com características de metrópole, envolvendo o Distrito Federal e municípios goianos e mineiros localizados no seu entorno.

As especificidades do processo de ocupação do DF e entorno estão relacionadas:

- À sua implantação enquanto cidade planejada, que se sobrepõe a uma dinâmica econômica e populacional preexistente;
- Às possibilidades de atuação do Estado como mediador dos conflitos relacionados à disputa pela terra urbana, em função da presença de propriedade pública, resultando em forte atuação deste enquanto regulador, muitas vezes assumindo o papel de incorporador no parcelamento de solo urbano;
- À concentração de funções administrativas na capital federal e seus reflexos na economia regional, que têm predominância do setor terciário e participação insignificante do secundário.

Neste ponto, torna-se necessária uma conceituação sobre o que se entende por estrutura urbana e seus elementos. Grande parte dos conceitos e fundamento teórico nos quais serão baseadas as hipóteses de trabalho e as análises sobre a sua pertinência foi extraída de Villaça (2001), sobre a estruturação intra-urbana no Brasil. Sua conceituação sobre estrutura urbana, que tem por base as formulações de Bastide (1971) e expressa o significado que se pretende, parte da consideração de que o termo estrutura “corresponde a um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações” (p. 12). Assim entendida, a estrutura urbana teria como elementos: o centro principal, os subcentros, o conjunto de bairros residenciais segundo os segmentos sociais e as áreas diferenciadas segundo a localização das atividades econômicas. A configuração espacial desta estrutura é articulada a outras dimensões não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica, e expressa a divisão social (e espacial) do trabalho.

Ainda segundo Villaça:

A expressão ‘estrutura urbana’– e a sua correlata ‘reestruturação urbana’– tem sido vítima de muitos abusos. É frequentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo

material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás sem considerar sequer que elementos são esses. Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer alteração de espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos (VILLAÇA, 2001, p. 13).

A região objeto deste estudo apresenta, sobre este aspecto, especificidades que não permitem compará-la a nenhuma outra metrópole nacional, não só em relação ao seu processo inicial de ocupação, a partir da construção de Brasília, mas principalmente em função da sua estruturação interna. Inicialmente, é preciso lembrar que o Distrito Federal é uma Unidade da Federação, integrada por 24 Regiões Administrativas (RAs)<sup>8</sup> que abrigam funções e contingentes populacionais que permitem classificá-las como cidades. Além do DF, integram à área institucionalmente constituída como região do entorno, dezenove municípios goianos, alguns diretamente envolvidos no processo de periferização da população do DF, e dois municípios mineiros. Isso significa que a articulação entre os poderes que exercem a gestão urbana na região abrange três diferentes Unidades da Federação.

Evidentemente, apesar das especificidades, o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Distrito Federal e Entorno não pode ser dissociado dos processos de urbanização e desenvolvimento nacional. A configuração socioespacial resultante do processo de urbanização não poderia ser muito diferente daquelas encontradas nas demais metrópoles nacionais, uma vez que está submetida ao mesmo processo econômico (regime de acumulação) e à mesma formação social.

Diferente de algumas das principais metrópoles nacionais, no DF a formação da periferia não está associada à abertura de áreas industriais. Entretanto, é semelhante as outras metrópoles, no que se refere à oferta de moradias para a população de baixa renda que não é desejada no interior das áreas centrais, ainda que a lógica que permeia o processo de urbanização da região seja baseada no modelo de desenvolvimento e no processo de urbanização característicos do período de auge da industrialização nacional. Este fato gerou mais uma especificidade para a região, onde o crescimento da população não foi acompanhado pelo aumento do número de empregos na periferia urbana, agravando as

---

<sup>8</sup> Até 2003 eram 19 RAs. Naquele ano foram criadas quatro novas – Águas Claras (até então fazia parte da RA de Taguatinga), Varjão (fazia parte do Lago Norte), Sudoeste (fazia parte da RA do Cruzeiro) e Riacho Fundo II –, perfazendo um total de 23. Em 2004 foi criada a RA do Park Way (24ª), desmembrada do Núcleo Bandeirante.

condições de vida da população, que precisa recorrer ao DF para garantir inserção no mercado de trabalho.

Outro termo usado neste trabalho e que precisa ser conceituado refere-se a “espaço intra-urbano”. Neste estudo será considerado como intra-urbano o espaço interior à RIDE, formado pelo DF e municípios diretamente envolvidos no processo de expansão urbana. Esta conceituação baseia-se na formulação de Villaça (2001), sendo uma expressão criada para diferenciar os enfoques específicos do processo de estruturação interna das cidades e metrópoles, diferenciando-o assim da expressão “espaço urbano” utilizada pelas teorias e estudos sobre a estruturação espacial regional. Este trabalho se encaixa mais especificamente nessa perspectiva, tendo como principal foco de análise a distribuição de pessoas e atividades no espaço interno da metrópole e as relações socioespaciais que se estabelecem a partir daí.

Nesse sentido, a estruturação do espaço intra-urbano refere-se à divisão espacial (e social) do trabalho no interior da metrópole. Os elementos espaciais da divisão regional do trabalho, também denominados elementos da estrutura intra-urbana, são as diversas espacialidades da atividade econômica.

Além das especificidades relacionadas à estrutura intra-urbana da região, o processo de ocupação territorial do DF diverge daquele das demais cidades, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas pela atuação diferenciada do Estado no controle desta ocupação, em função da propriedade pública de grande parte das terras urbanas. A propriedade pública da terra urbana, que poderia ter se constituído em instrumento distributivo, na verdade tornou-se o principal instrumento de ocupação seletiva, principalmente no processo inicial de ocupação no DF, propiciando a institucionalização da segregação socioespacial da população.

Algumas análises sobre produção do espaço urbano procuram responder como as relações capitalistas de produção interferem no espaço construído, partindo do princípio de que o mercado de terra urbana constituiu um meio de concentrar riqueza e é realizado através de capitalistas que manipulam a incorporação de novas áreas (produção do solo urbano), utilizando-se de poderes monopolistas para obter renda e produzir de um meio ambiente de valores. O entendimento da lógica específica de reprodução do capital através da produção do espaço urbano é fundamental na compreensão de como (e porque) são produzidos os diferentes elementos da estrutura intra-urbana.

O papel do mercado imobiliário traduz a natureza social do espaço, funcionando como mecanismo mediador que traduz os valores de uso produzido pela matriz espacial das atividades de acumulação de capital, em troca de mercadorias refletidas no preço do bem imóvel.

O papel do Estado neste processo se faz necessário como regulador da atividade de investimento e agente de planejamento. Assim, a relação entre o Estado e o espaço reproduz e multiplica as mesmas contradições das relações capitalistas de produção em níveis fora do circuito primário<sup>9</sup>. A especificidade referente à propriedade pública da terra urbana do DF e à atuação do Estado no seu processo de ocupação, como se verá mais adiante, demonstra de forma evidente a veracidade desta afirmação.

No entanto, para o objetivo mais específico deste trabalho – que é interpretar as relações entre os diferentes elementos da estrutura interna da região e as respostas sociodemográficas a este processo –, buscou-se uma formulação teórica que complementasse o amplo leque aberto a partir das discussões sobre o tema, centralizando a análise mais especificamente na estruturação do espaço intra-urbano, procurando elementos que contribuíssem para a identificação dos principais condicionantes do processo de segregação socioespacial da população.

Neste sentido, a formulação sobre a estruturação do espaço intra-urbano e suas especificidades, desenvolvida por Villaça, constituiu-se na principal contribuição. Segundo o autor, a formação de grandes áreas onde se segregam as classes dominantes é o processo mais distintivo das estruturas territoriais metropolitanas brasileiras<sup>10</sup>. A formulação se apoia em um estudo empírico sobre as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Segundo o autor:

Nossas metrópoles – com exceção de São Paulo e do Rio de Janeiro – só nas últimas décadas começaram a desenvolver áreas industriais significativas.

---

<sup>9</sup> Harvey (1981), usando a concepção de Marx de que para aumentar o capital é preciso reinvesti-lo e fazê-lo circular, cria os 3 circuitos de acumulação de capital no tempo: primário – representado pela organização do processo produtivo (produção de bens em troca de lucros); secundário – representado pelo investimento no ambiente construído para a produção; e terciário – representado pelo investimento em ciência e tecnologia e pelas despesas sociais ligadas à reprodução da força de trabalho. Como explicação para a conexão entre o processo de acumulação e a produção do ambiente construído, Harvey estabelece que o capital produzido em demasia em relação às oportunidades de empregá-lo passa a exigir mudanças no fluxo de capital para outros circuitos, canalizando investimentos para o circuito secundário, ou seja, para o ambiente construído. Para explicar os diferenciais de localização, desenvolve a teoria da desvalorização do capital. Para Harvey o ambiente desigual e a desvalorização periódica do ambiente construído são funcionais para futuros investimentos de capital. Na explicação sobre a atratividade do circuito secundário enquanto investimento mais lucrativo do que o circuito primário, Harvey utiliza os investimentos do Estado intervencionista como forma de indução.

<sup>10</sup> São utilizados como sinônimos pelo autor os termos: burguesia e camadas de alta renda. Por burguesia entende-se tanto a pequena como a média e a alta burguesias assim como as burguesias: industrial, mercantil e financeira. Reconhece-se a hegemonia da alta burguesia como classe dominante. “Elites” (sempre socioeconômica), alta burguesia e classe dominante também foram empregadas como sinônimos (VILLAÇA, 2001, p. 14).

Suas estruturas têm sido dominadas, então pelos centros principais, seus subcentros e por suas áreas residenciais das camadas de alta renda. São por isso, os elementos das estruturas metropolitanas aqui privilegiados. Como as áreas industriais são elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles (VILLAÇA, 2001, p. 13).

A localização urbana é vista como um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano, estando associada ao espaço como um todo e referindo-se às relações entre um determinado ponto do território e todos os demais:

A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias –, o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo do trabalho socialmente necessário para produzi-lo, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte (VILLAÇA, 2001, p. 334).

A disputa pelas localizações otimizadas é considerada, por Villaça, uma opção voluntária apenas para a classe dominante. A opção voluntária de localização parte do conceito de “utilidade locacional”<sup>11</sup> – desenvolvido pela corrente de geógrafos comportamentalistas na análise sobre produção do espaço urbano e mobilidade residencial.

Segundo Villaça, a classe dominante, ao definir sua localização, produz segregação socioespacial das demais em outras localidades menos favorecidas, sendo essa segregação condição necessária à dominação através do espaço. Para as classes menos favorecidas, permanece a ideia da localização periférica enquanto estratégia de sobrevivência. Assim, está implícito como principal determinante da estruturação intra-urbana o conflito de classes pela apropriação diferencial dos atributos do espaço urbano.

Partindo-se da premissa de que os conflitos de classes pela apropriação diferenciada dos atributos do espaço constituem o principal condicionante do processo de estruturação intra-urbana, a localização voluntária das classes dominantes enquanto escolha locacional por melhores acessibilidades será encarada como elemento distintivo desse processo, sendo a segregação socioespacial da população condição necessária à dominação através do espaço. No que se refere aos deslocamentos populacionais intra-urbanos, ainda sob a perspectiva do

---

<sup>11</sup> O conceito de utilidade locacional (*place utility*) refere-se ao grau de satisfação do indivíduo em relação à determinada localização e parte do princípio da soberania do consumidor (extraído da teoria econômica neoclássica), no caso o consumidor do espaço residencial, condicionado basicamente por parâmetros de renda (WOLPERT, 1965).

conflito social, a noção de estratégia expressa os mecanismos de sobrevivência da população menos favorecida econômica e politicamente, ao mesmo tempo em que deixa transparecer as contradições inerentes à acumulação capitalista, no que se refere aos seus efeitos na estrutura espacial.

A partir do conceito de conflitos pela apropriação da terra urbana pelos diferentes segmentos populacionais, no interior das metrópoles nacionais, como principal elemento gerador da segregação socioespacial da população urbana, a contribuição de Villaça se destaca pela profundidade de suas formulações teóricas e pela pertinência das hipóteses levantadas com comprovação empírica, que apresenta.

Diante da aceitação do fato de ser a segregação socioespacial da população condição necessária à dominação por meios do espaço, por parte das classes dominantes, é necessário evoluir na análise das formulações teóricas aqui estudadas, buscando entender como a localização das classes de maior poder econômico e político no interior das metrópoles e cidades se constitui motor dos processos de segregação socioespacial da população.

Para o autor, “os indivíduos entram na disputa por melhores localizações enquanto classes sociais, lutando pelas condições materiais de sua sobrevivência” (p. 329) e as burguesias são as classes que mais conseguem exercer domínio sobre as demais. Ao se apropriarem, ou mesmo produzirem espaços com melhores condições de deslocamentos, tornam piores estes deslocamentos para as demais classes sociais.

Para o controle da produção do espaço urbano, as camadas mais poderosas utilizam três mecanismos: o primeiro, de natureza econômica, é o controle do mercado, fundamentalmente o mercado imobiliário; o segundo, de natureza política, é o controle do Estado; e o terceiro, de natureza ideológica, é representado principalmente pela tendência de ser reconhecida como cidade apenas a parte da cidade que é de interesse da classe dominante (VILLAÇA, 2001).

O controle do mercado se dá basicamente através da indicação para investimentos de áreas que não contrariem seus interesses enquanto classe dominante. Estes interesses visam garantir a essas classes a acessibilidade, otimizada em relação às possibilidades dos deslocamentos entre residência e trabalho, serviços, lazer e compras. A localização dos *shoppings centers*, nas cidades brasileiras, é exemplo de como o mercado age em favor daquela classe na localização dos empreendimentos.

O agravamento das condições de vida da população, em função da crise econômica e do aumento da pobreza nas grandes cidades brasileiras, nas últimas décadas, tem

acrescentado novas variáveis na discussão sobre o processo de segregação socioespacial da população.

O conceito de novas formas de segregação surge no debate sobre estruturação urbana, diante da constatação da distribuição da pobreza pelo tecido metropolitano, no contexto de crítica à análise baseada no modelo de organização territorial marcado pela oposição centro *versus* periferia. A transferência de segmentos médios da população para áreas até então caracterizadas como de baixa renda, de localização periférica, e o deslocamento de população de baixa renda para áreas centrais – seja sob a forma de população encortiçada, seja pelo reaparecimento de favelas – passam a ser constatadas nos estudos sobre configuração socioespacial das cidades brasileiras, sustentando a tese, defendida por alguns autores, de diminuição perversa da segregação social, a partir de estudos sobre a cidade de São Paulo. Nesses estudos, a configuração socioespacial seria caracterizada por “bolsões” de riqueza em um mar de pobreza generalizada (ROLNIK; KOWARICK; SOMEKH, 1990; BÓGUS, 1992).

Uma outra face da nova segregação socioespacial surge relacionada ao novo processo presente na cidade contemporânea, representado pela segregação voluntária dos grupos sociais mais favorecidos, relacionada às preferências locacionais de uma elite dirigente. Esse processo surge em função da nova consciência ambiental e da crescente violência urbana encontrada atualmente nas grandes cidades e metrópoles.

A localização espacial das elites na busca da otimização de suas condições de deslocamento agrava as condições de deslocamento das demais classes. Assim, a segregação voluntária das classes de alta renda teria como efeito imediato a segregação involuntária das classes menos favorecidas.

A desigualdade urbana não é, porém, apenas a tradução territorial das desigualdades de renda e poder. Ela amplifica as desigualdades de renda, uma vez que a escassez social de condições habitacionais aumenta o valor dos imóveis (terra e construção) que integram riqueza patrimonial das elites, acrescentando a parcela da renda real por elas apropriada. Por outro lado, a sua auto-segregação atua no reforço do seu poder político, traduzido na capacidade em fazer funcionar as instituições da cidade na manutenção deste modelo urbano, tornando extremamente limitadas às possibilidades políticas capazes de romper com tal modelo (RIBEIRO, 2002, p. 100).

As alterações no processo de redistribuição de pessoas e atividades no espaço ganham força, nas pesquisas urbanas, como forma de avaliação dos efeitos do processo econômico, pois, num quadro de recessão prolongada, de crise do setor público e do acúmulo das

desigualdades sociais, agravam-se os efeitos da segregação socioespacial da população, acirrando o processo de exclusão social de parcelas da população que residem nos espaços periféricos.

Como principais transformações na estrutura socioespacial urbana, nas metrópoles e grandes cidades brasileiras, as pesquisas urbanas mais recentes apontam o empobrecimento generalizado da população brasileira urbana, a precarização das relações de trabalho, a profunda crise do setor público, refletida na redução da sua capacidade de atendimento à demanda por serviços sociais urbanos, principalmente no que se refere a demanda habitacional, acentuação das desigualdades e dos processos de segregação espacial da população (IPEA/IBGE/IE-UNICAMP, 2001).

A configuração socioespacial resultante do processo de estruturação intra-urbana nas cidades e metrópoles nacionais torna ainda mais excluído o contingente populacional que habita as periferias, onde os deslocamentos necessários para a reprodução da força de trabalho são mais intensos e requerem maiores possibilidades de transportes e recursos financeiros que possam garantir o acesso aos locais onde estão os postos de trabalho.

As cidades têm sido referenciadas como local de concentração e acirramento da pobreza por vários autores. Segundo Milton Santos (1996), a grande cidade, mais do que antes, é um polo de pobreza, o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições subumanas. Santos afirma, que a cidade, como relação social, torna-se criadora da pobreza, inclusive pela sua estrutura física, que faz dos seus habitantes marginalizados (periferias, cortiço e favelas) pessoas ainda mais pobres. Assim, para Santos, a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial.

A cidade, além de concentrar pobreza, devido à segregação socioespacial, também faz com que os segmentos segregados nas periferias, além de condições de vida mais difíceis (em função da menor ou da inexistência da oferta de bens e serviços, das maiores distâncias físicas associadas à oferta precária de transporte coletivo urbano que geram piores condições de deslocamento, entre outros), tenham menores oportunidades de inserção socioeconômica, o que gera maiores índices de violência urbana, tornando seus moradores menos cidadãos. Assim, a localização periférica no interior das cidades agrava o processo de exclusão.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. O seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor, ou para pior, em função das diferenças de acessibilidades (tempo, frequência, preço) independentes da sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma

formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

A partir da definição da segregação socioespacial urbana como condição necessária (configuração socioespacial) ao processo de dominação das classes mais poderosas (econômica e politicamente) através do espaço urbano, da consciência do papel estruturador que assumem os deslocamentos de indivíduos, enquanto portadores da mercadoria força de trabalho, no interior das metrópoles (uma vez que a possibilidade destes deslocamentos é que propicia a otimização das localizações, objeto da disputa na apropriação da terra urbana) e do poder estruturante da localização dessas classes no espaço intra-urbano, seguir-se-á buscando os efeitos deste processo (de estruturação urbana) na distribuição da população e na identificação das possíveis alterações nas características sociodemográficas da população, enquanto respostas a estes processos.

### **1.1 Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: migração e distribuição da população no interior das cidades e metrópoles nacionais**

Definidos os principais conceitos apropriados para este estudo, neste item serão apresentadas as possíveis relações entre o processo de estruturação intra-urbana e o processo de distribuição populacional no interior das cidades e metrópoles nacionais, sendo também apresentadas algumas hipóteses que serão investigadas sobre os efeitos do processo de estruturação intra-urbana, na configuração socioespacial e na distribuição da população segundo os diferentes recortes socioespaciais no interior da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

As linhas de investigação que serão adotadas neste estudo foram definidas com bases em trabalhos anteriores que buscaram as possíveis alterações na dinâmica e estrutura demográfica, enquanto respostas sociodemográficas, aos fatores estruturais e conjunturais do processo de estruturação intra-urbana<sup>12</sup>.

As principais alterações na configuração sociodemográfica do espaço da RIDE, que serão associadas ao processo de estruturação urbana, referem-se ao aumento da mobilidade espacial (nas suas duas formas: migração intrametropolitana e mobilidade pendular), ligada ao processo de periferização e a algumas alterações nos perfis populacionais, segundo a distribuição no espaço intra-urbano, configurando o agravamento das desigualdades sociais existentes nas cidades.

---

<sup>12</sup> Cunha (1994) e Jakob (2003).

Parte-se da premissa que a estruturação intra-urbana tem como um dos principais elementos definidores o deslocamento dos indivíduos, portadores da mercadoria força de trabalho, enquanto a estruturação do espaço regional (rede de cidades) tem como elemento estruturador o transporte de mercadorias (cargas) e o capital constante.

Dessa forma, seguindo a mesma proposição sobre a existência de diferenciais entre a estruturação dos espaços regional e intra-urbano, é possível deduzir o papel da mobilidade dos indivíduos na estruturação desses espaços, segundo a amplitude do movimento.

Na migração de longa distância, o peso da busca por empregos como motivação à decisão de migrar é bem maior, o que faz com que o papel das migrações interestaduais seja mais decisivo na estruturação dos espaços regionais, como por exemplo na configuração das redes de cidades. Villaça, descrevendo a importância dos deslocamentos dos indivíduos na estruturação do espaço intra-urbano, afirma que o trabalhador se move no espaço regional em busca de um emprego. Uma vez em São Paulo, por exemplo, ele luta não mais pela cidade do emprego, mas sim pela proximidade ao emprego, pela redução do tempo e custo do deslocamento na viagem da residência ao trabalho (VILLAÇA, 2001, p. 44).

Assim, migração de curta distância (migração intrametropolitana) e a mobilidade diária entre municípios da região metropolitana (mobilidade pendular) são respostas sociodemográficas ao processo de estruturação do espaço intra-urbano. O que certamente não significa dizer que a migração interestadual não tenha efeitos nesta estruturação.

No caso da RIDE, por exemplo, os volumes interestaduais, além de serem os responsáveis pelo expressivo contingente populacional que chega ao DF – e que na verdade se constitui no motor dos principais fluxos intrametropolitanos, através do processo de redistribuição populacional –, têm assumido, nas últimas décadas, maiores participações entre os fluxos migratórios que chegam diretamente aos municípios da periferia regional, o que demonstra a ampliação de sua importância no crescimento periférico.

Por estes motivos, neste trabalho, além dos fluxos intrametropolitanos, serão consideradas as possíveis alterações nos perfis e na intensidade dos fluxos interestaduais, associados ao processo de estruturação intra-urbana, na RIDE.

No que se refere às respostas ao processo de estruturação do espaço intra-urbano, devido à disputa por melhores localizações por parte das classes mais favorecidas, intensificam-se, para as demais classes, as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares diários, na busca por renda e consumo, ou trabalho e condições de vida. Através do fenômeno das redes sociais de migração, em função deste processo de formação periférica

regional, intensificam-se os fluxos de imigrantes interestaduais, inclusive em direção aos municípios do entorno.

Assim, a intensificação da mobilidade espacial interna na região, diante do seu efeito no processo de distribuição diferenciada da população, pode ser identificada como resposta demográfica ao processo de estruturação do espaço intra-urbano.

Quanto aos condicionantes da mobilidade, algumas características demográficas, associadas aos fatores estruturais do processo de produção do espaço construído, têm influência direta na decisão de migração intra-urbana dessa população.

As importantes alterações nos movimentos migratórios ocorridas nas últimas décadas e seus efeitos no processo de distribuição espacial da população, têm sido constatados em diversos estudos sobre o tema<sup>13</sup>. Baeninger (2000, p. 8) aponta como principais alterações nesses movimentos: “decréscimo nos fluxos migratórios de longa distância; intensificação da migração de retorno; consolidação da migração intrametropolitana; aumento dos movimentos migratórios intra-regionais e de curta distância; predomínio das migrações do tipo urbano-urbano; aumento dos movimentos pendulares da população”.

No debate sobre esse tipo de migração, ressalta-se a negação da associação entre mobilidade espacial e mobilidade social, características dos movimentos tipo rural-urbano, predominantes durante o período mais intenso do processo de urbanização brasileiro. As transformações na estrutura econômica, ligadas à crise e ao processo de reestruturação produtiva, introduziram no debate sobre mobilidade espacial a noção de estratégia de sobrevivência da população, como motivação para as migrações.

Este novo contexto, que emerge com a profunda ‘crise de transição’, pela qual o Brasil tem passado, contém a principal marca da mudança em direção a um outro padrão migratório, que ainda não se constituiu de forma nítida: o esvaziamento social e cultural das trajetórias dominantes, principalmente o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social. Deste modo, elas são hoje muito mais o resultado da inércia social e por elas trafegam, na sua maioria, os migrantes dispostos a superar os obstáculos da seletividade, não para melhorar a sua posição social, mas para conseguir, com altos riscos, apenas a sua sobrevivência (BRITO, 2000, p. 43).

Assim, a nova face dos movimentos migratórios internos é marcada pela intensa mobilidade espacial da população na busca de melhor qualidade de vida, ou mesmo como estratégia de sobrevivência, sem no entanto a reprodução da mobilidade social conseguida no

---

<sup>13</sup> Martine (1994); Baeninger (2000) e Cunha (1999) entre outros.

período anterior, numa sociedade cada vez mais desigual e com uma tipologia de movimentos bem mais complexos que as regularidades encontradas nas migrações de longa distância.

No que concerne ao tema objeto deste trabalho, grande parte dos estudos sobre demografia e espaço urbano tem centrado o foco de análise nas relações entre o processo de estruturação urbana e a distribuição espacial da população, mais especificamente na relação entre fluxos migratórios e expansão urbana/metropolitana.

Alguns fatores estruturais do processo de produção do espaço urbano têm sido analisados como condicionantes da mobilidade interna nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, e a mobilidade espacial da população tem sido associada ao processo de expansão metropolitana, principalmente no que se refere à expansão das suas periferias. Os migrantes têm sido apontados como os principais ocupantes desses espaços menos inseridos na dinâmica econômica (ou excluídos dela) das grandes cidades.

Um dos estudos pioneiros sobre a relação entre expansão metropolitana e mobilidade intrametropolitana foi realizado por Cunha (1994), ao estudar a Região Metropolitana de São Paulo.

A partir da argumentação de que as questões referentes aos movimentos de curta distância podem ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano, a migração intrametropolitana foi associada à lógica da localização da atividade econômica e ao processo de ocupação e transformação do espaço urbano por parte do capital e do Estado. Esses fatores estruturais do processo de constituição e expansão do espaço urbano permitiram identificar elementos fundamentais que incidem de forma direta sobre a distribuição da população no interior das aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

O argumento central do trabalho é que os condicionantes detectados para explicar o padrão periférico de crescimento urbano tiveram também muita influência sobre o fenômeno migratório interno. Os principais fatores, e com implicações decisivas na estruturação do espaço urbano, foram o processo de periferização e a desconcentração espacial das atividades econômicas.

A questão da periferização associada à oferta de moradias para a população de baixa renda e a conseqüente atividade imobiliária gerada por esse processo teriam atuado como constrangimentos que intervieram na decisão de mudanças de famílias e indivíduos.

A desconcentração espacial da indústria e o papel do Estado na criação de empregos que atraíram grande fluxo de população para a região, por sua vez, teriam funcionado como incentivos à decisão de migrar de indivíduos e famílias.

Segundo o autor, a migração intrametropolitana responderia a essa estrutura de incentivo e constrangimentos assumindo características que tenderiam a refletir as respostas demográficas ao processo de estruturação do espaço urbano metropolitano.

A hipótese central da pesquisa de Cunha (1994) é que a composição dos fluxos migratórios intrametropolitanos estaria refletindo a estrutura de constrangimentos no lugar de origem e de incentivos no local de destino destes fluxos, que poderia ser identificada através da diferenciação dos migrantes – diferenças qualitativas nos fluxos migratórios, segundo características demográficas, socioeconômicas e espaciais dos municípios de destino dos movimentos.

A contribuição de Cunha é bastante inovadora, por considerar, além desses fatores estruturais como condicionantes da mobilidade espacial, algumas características sociodemográficas da população migrante, que teriam um papel fundamental na decisão de migrar dessas famílias. Etapa do ciclo vital, tamanho da família, nível socioocupacional e renda foram analisados sob esse prisma, constituindo-se numa perspectiva teórica que combina fatores estruturais, como oferta de moradia e geração de empregos, e fatores relativos à decisão de mudança de famílias, ligados à sua composição sociodemográfica.

O autor reconhece a possibilidade de uma causalidade recíproca entre o processo de estruturação urbana e a mobilidade espacial da população, porém, em função da impossibilidade relativa aos dados disponíveis sobre o tema, concentrou sua análise na migração, como resposta à configuração e à transformação do espaço urbano.

Este estudo seguirá aquela linha de análise, buscando as possíveis alterações na composição e intensidade dos fluxos migratórios associadas à estrutura intra-urbana e na identificação das características sociodemográficas desses fluxos, que possam contribuir, em associação aos fatores relacionados a esse processo de estruturação, na decisão de migrar dos indivíduos e/ou famílias.

Outro enfoque que será privilegiado neste estudo será a investigação sobre as características sociodemográficas da população, nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana (centro principal, possíveis subcentros e conjunto de bairros residenciais, diferenciados segundo os extratos de renda da população), como contrapartida ao processo de estruturação do espaço intra-urbano.

Tendo em vista que os diferenciais relacionados ao processo de estruturação intra-urbana referem-se aos elementos da estrutura intra-urbana, aqui definidos como: o centro principal, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo os segmentos sociais e as áreas diferenciadas segundo a localização atividades econômicas, serão considerados os

diferenciais entre as diversas RAs do DF e os municípios goianos que constituem a periferia regional e que assumem funções que os identificam como elementos desta estrutura, sendo portanto desconsiderados os demais municípios mineiros e goianos que integram a RIDE.

As características da população residente nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana, que serão investigadas como forma de avaliar a distribuição populacional diferenciada socioespacialmente como resposta sociodemográfica do processo de estruturação intra-urbana, foram escolhidas em função do potencial de análise que cada uma permite e da disponibilidade dos dados censitários que podem ser desagregados para a menor unidade espacial de análise disponível: os setores censitários urbanos (dados do questionário da não amostra).

Resumindo, o que se pretende neste estudo é, através da compreensão das relações estabelecidas entre desenvolvimento socioeconômico e processo de ocupação territorial da região de Brasília e entorno, identificar as especificidades do processo de estruturação intra-urbana e inferir, a partir daí, as alterações na intensidade e perfil sociodemográfico dos migrantes e nas características da população nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana que possam estar associadas aos condicionantes do processo de estruturação do espaço urbano interno à região. Neste sentido, no próximo capítulo, será descrito o processo de desenvolvimento econômico e ocupação territorial urbana na região, identificando especificidades e estabelecendo bases para a análise, nos capítulos subsequentes, da estruturação intra-urbana e as respostas sociodemográficas a este processo.

---

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL URBANA

Neste capítulo será apresentada a caracterização econômica e descrito o processo de ocupação territorial da RIDE.

A compreensão das especificidades econômicas, bem como do processo de ocupação territorial, será de grande importância para o entendimento das relações entre desenvolvimento econômico, estruturação urbano-metropolitana e dinâmica demográfica e dar suporte à análise demográfica realizada nos capítulos subsequentes. O objetivo é compreender a constituição e consolidação da estrutura territorial e da economia regional, analisar as relações estabelecidas na esfera metropolitana e identificar as principais funções exercidas pelos maiores municípios, caracterizando, assim, a estrutura interna da metrópole e sua inserção no contexto nacional e regional.

### 2. A Constituição da RIDE

A RIDE é constituída pelo DF e os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais<sup>14</sup>.

É importante esclarecer que a Constituição Federal, ao atribuir aos Estados a institucionalização de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, não previu a possibilidade de o fenômeno metropolitano envolver mais de uma UF. Por esse motivo, o Congresso Nacional, em 1998, instituiu nova figura jurídica – a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), para possibilitar a articulação de ações envolvendo a gestão de território, em áreas que envolvam mais de uma UF. Além da Ride-DF, criada em 1998, atualmente existem a Ride Terezina-Timon (PI e MA) e a Ride Petrolina-Juazeiro (PE e BA).

O desenvolvimento e a configuração espacial da região foram fortemente influenciados pela baixa inserção na economia nacional e pelo baixo dinamismo econômico existente antes da construção de Brasília. Assim, a cidade planejada se inseriu numa região cujos municípios tinham economia baseada em atividades mineradoras e na pecuária e apresentavam configuração espacial bastante dispersa.

A fragilidade econômica de Brasília, com uma precária base primária e secundária, faz com que a capital não exerça forte função econômica polarizadora e de integração regional. Entretanto, a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações desempenhou papel fundamental no desenvolvimento regional, incentivando a implantação de atividades

---

<sup>14</sup> Além destes, deverá ser incluído, na área da região institucionalizada, o município mineiro de Cabeceira Grande, desmembrado de Unai em 1997, que é limítrofe ao Distrito Federal, provavelmente excluído por engano.

econômicas em áreas além da região de influência direta da capital. Antigos polos regionais, como Anápolis e Goiânia, tiveram seu desenvolvimento alavancado pela criação de Brasília<sup>15</sup>.

Assim, a concentração de funções administrativas em Brasília e a grande transferência de recursos fiscais por ela recebida fazem com que a capital exerça uma função terciária extremada, transformando-a num grande mercado, inclusive para os principais polos nacionais, atraindo população em busca de emprego e serviços. Ao mesmo tempo, os núcleos preexistentes no entorno imediato tiveram suas antigas funções enfraquecidas e passaram a exercer importante papel na absorção dessa população atraída para a capital.

Os municípios que compõem a RIDE apresentam perfis bastante diferenciados no que se refere a centralidade, capacidade de atração, retenção de população e, conseqüentemente, taxas de crescimento populacional. Os que se localizam no entorno mais imediato, principalmente na periferia sul do quadrilátero do DF, têm maiores taxas de crescimento populacional, mais altos níveis de centralidade, maiores volumes de migração e maiores densidades habitacionais. Esses municípios, na maioria originários dos desmembramentos de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, têm seu crescimento fortemente influenciado pelo processo de expansão da mancha urbana do DF.

A diferenciação na base econômica dos municípios também é bastante característica na região. Enquanto os que recebem, mais diretamente, impactos do processo de expansão urbana do DF possuem estrutura econômica baseada em atividades de caráter urbano, os demais apresentam fortes participações do setor primário da economia.

A configuração econômica atual da RIDE reflete, em parte, a trajetória econômica do Centro-Oeste, baseada na mineração e, depois, na pecuária. A agropecuária foi a atividade predominante para o conjunto de municípios que a integram, em dois períodos distintos de inserção regional na economia nacional. Em alguns predomina a agricultura de subsistência com da mão-de-obra familiar, enquanto em outros se observa a ocorrência de agropecuária comercial, com maiores índices de produtividade e valores de produção mais significativos.

## **2.1. Principais aspectos da economia regional**

A análise do perfil e da evolução da PEA ocupada<sup>16</sup>, em 2000, demonstra que alguns municípios, como Água Fria de Goiás (46,0%), Mimoso de Goiás (57,2%), Vila Boa (40,0%) e

---

<sup>15</sup> Para maiores detalhes, ver Guimarães e Leme (2002).

<sup>16</sup> Dados da população ocupada segundo os Censos Demográficos/IBGE de 1980, 1991 e 2000. É importante lembrar que as informações sobre as ocupações nos últimos censos demográficos não são plenamente comparáveis. A informação nos censos 1980 e 1991 refere-se à declaração de trabalho remunerado ou não nos últimos doze meses, enquanto no censo 2000 a declaração é sobre a existência

Buritis (36,0%), ainda apresentam significativas participações no setor primário (agropecuária e extração vegetal).

Entre 1980 e 2000 houve significativa redução no número de pessoas ocupadas naquele setor na região. Não se pode esquecer, todavia, que o processo de modernização no campo reduziu significativamente o número de ocupações rurais, sem representar queda na produtividade e na participação do setor na economia municipal e regional. Em 1980, alguns municípios apresentavam participações superiores a 60% da população ocupada no setor primário da economia: Buritis (75,3%), Cabeceiras (73,8%), Padre Bernardo (70,3%), Pirenópolis (68,2%), Corumbá de Goiás (67,8%) e Abadiânia (65,1%). É preciso lembrar que esses números, extraídos dos censos demográficos, registram as ocupações segundo a residência da população e não de acordo com o local de trabalho.

Os municípios que participam mais diretamente do processo de expansão da ocupação urbana do Distrito Federal, localizados na periferia sul do quadrilátero – aqui denominado entorno imediato –, vêm, ao longo das últimas décadas, reduzindo a participação da PEA ocupada no setor agropecuário e extrativo vegetal. A participação do setor, para o conjunto dos municípios, reduziu-se de 25,0% para 7,8% e 3,4% do total da PEA ocupada nestes municípios, entre 1980, 1991 e 2000, respectivamente. No mesmo período, os demais municípios do entorno apresentaram redução menor, passando de 56,0% para 40,0% e 22,3%.

O Distrito Federal, desde sua criação, não apresentou desempenho significativo na agropecuária, ocupando, em 1980, apenas 2,4% de sua PEA naquele setor, com redução para 2,2% e 1,4% entre 1991 e 2000.

Apesar das participações significativas apresentadas pelo setor primário (agropecuária e extração vegetal) no total da PEA ocupada de alguns municípios, para o total da RIDE elas não têm o mesmo significado (10,6%, 7,4% e 3,8%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente). Isto ocorre em função da própria estruturação econômica da região, na qual o núcleo, representado pelo Distrito Federal, tem a economia fortemente ancorada no setor terciário, influenciando assim o total apresentado para a região. Essa especificidade da RIDE decorre da intensidade da centralidade exercida pelo núcleo em relação aos demais, bem como do próprio papel do DF como Capital Federal, aglutinador de população e atividades socioeconômicas geradoras de renda.

---

de trabalho na semana de referência de 23 a 29/07/2000. Os dados da RAIS/MTE, apesar de referenciar os empregados ao seu local de trabalho, no caso específico do setor agropecuário, são subdimensionados em função da baixa formalização das relações de trabalho no setor, por isso a opção pelos dados da PEA ocupada, extraídos dos censos/IBGE.

Em que pese a reduzida expressão das ocupações no setor primário regional, a produção agrícola representa importante papel na economia regional, sendo encontrada em diferentes estágios de modernização e inserção na economia nacional e mesmo no processo produtivo mais dinâmico implantado na Região Centro-Oeste, nas últimas décadas.

Entre os municípios que compõe a RIDE, alguns apresentam altos índices de produtividade, principalmente no cultivo de produtos das lavouras temporárias, como milho e soja, destinados ao complexo agroindustrial regional e às exportações. São exemplos de municípios com alta produtividade no cultivo desses produtos: Alexânia, Unaí, Cristalina e Luziânia. Nos demais, predomina o sistema tradicional de plantio, com baixos índices de modernização, complementado pela pecuária extensiva, ambos com produtividade abaixo da média nacional e do Centro-Oeste. Não obstante, a pecuária é responsável por 58,1% do pessoal ocupado no setor, na região, o que pode significar retenção de população nas áreas rurais. Os principais municípios em número de rebanho bovino são Unaí, Formosa, Pirenópolis, Cristalina, Padre Bernardo e Brasília, sendo que Brasília e Unaí apresentam produtividade acima da média nacional na pecuária leiteira. Destacam-se na produção e criação de suínos: Brasília, Pirenópolis, Unaí, Luziânia e Formosa<sup>17</sup>.

As principais especificidades da economia da RIDE, em relação às principais regiões metropolitanas do país, são a elevada participação do setor terciário e a reduzida expressão da produção na economia da região.

A distribuição das atividades econômicas no valor adicionado bruto, que é uma *proxi* do PIB, mostra que, no DF, núcleo da região, a participação da indústria, em 1998, é de apenas 6,9%, sendo a indústria da construção responsável por 4,0%, a indústria de transformação, por 2,2% e os serviços industriais de utilidade pública (energia, gás e água), por 0,7%. A agropecuária responde por 0,5% e o setor terciário por 92,6 % do total, segundo as Contas Regionais do IBGE (1998).

No terciário, tem destaque a administração pública, com 37,3%, em 1998, seguida por atividades e intermediação financeira (33,4%) e atividades imobiliárias e serviços prestados a empresas (10,0%). A significativa participação das atividades de intermediação financeira deve-se ao fato de as transações do Banco Central do Brasil serem registradas no DF.

Segundo os dados da RAIS<sup>18</sup>, para 2001, das 3.449 unidades locais existentes destinadas à atividade industrial (incluídos os serviços de utilidade pública e a construção civil),

---

<sup>17</sup> A análise sobre a produção agropecuária foi elaborada a partir de informações do Censo Agropecuário de 1996.

<sup>18</sup> Relação Anual de Informações Sociais – os dados obtidos por meio das declarações das empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego trazem informações sobre o número de empregados com registro em

2.811 (81,5% do total) localizavam-se no Distrito Federal, empregando 55.740 (85,0%) das pessoas ocupadas neste setor na região.

Entre os demais municípios, apenas dois apresentaram participações do setor no total regional que merecem destaque: Luziânia, com 4,0% das unidades locais (ULs) e 5,0% do pessoal ocupado (PO), e Unai com 3,2% das ULs e 2,3% do PO na região.

A indústria na RIDE é incipiente na geração de empregos e na renda. Em 2001, empregava apenas 3,0% do pessoal ocupado com vínculo formal de trabalho, e o número de unidades locais industriais representava apenas 5,4% das ULs regionais.

As economias municipais apresentaram participações significativas da indústria: Luziânia (15,3% das unidades locais e 27,5% do pessoal ocupado), Abadiânia (38,5% e 19,2%), Alexânia (27,5% e 15,8%) e Pirenópolis (24,3% e 24,5%), ainda que incipientes no total da região.

No contexto regional, fortemente influenciado pelos números do Distrito Federal, surgem como principais ramos industriais a indústria de produtos alimentícios e bebidas e a construção civil, responsáveis, respectivamente, por 15,0% e 37,0% das unidades industriais instaladas na RIDE. Em relação aos empregos gerados, somam-se aos dois ramos industriais já citados os serviços industriais de utilidade pública (47,2% construção, 15% alimentos e bebidas e 14% serviços de utilidade pública).

A exemplo do total regional, entre os demais municípios, principalmente os de maior representatividade regional, também se destaca a produção de alimentos e bebidas como principal atividade industrial, seja no número de estabelecimentos, seja na geração de postos de trabalho. Apenas nos municípios de Pirenópolis e Padre Bernardo, assumem maior importância no contexto municipal os segmentos de extração mineral e produção de minerais não metálicos, chegando a empregar juntos 82,4% do pessoal ocupado na indústria de Pirenópolis e 64% no município de Padre Bernardo.

Predominam na estruturação industrial da região, e do Distrito Federal isoladamente, as indústrias tradicionais. São inexpressivos os segmentos industriais mais modernos e dinâmicos, como metalúrgica, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outros, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão de as ocupações exigirem maior qualificação, de terem nível mais

---

carteira. Apesar da possibilidade de subestimação nas informações em virtude das estatísticas serem organizadas a partir de registro administrativo, essas informações se constituem em importante indicador da atividade econômica e da evolução do emprego formal, sendo amplamente utilizadas em análises socioeconômicas no Brasil, permitindo estudos em relação ao local de trabalho.

elevado de remuneração e de proteção social e de os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa<sup>19</sup>.

A economia, de modo geral, e a estruturação da indústria na RIDE, em particular, são fortemente influenciadas pela presença da capital nacional. Os indicadores populacionais e de geração de empregos e renda do DF predominam e demonstram o grau de centralidade do núcleo em relação aos demais municípios. A função administrativa exercida pela sede e a subsequente concentração de renda, de atividades econômicas e de população, aliadas ao plano inicial de ocupação que teve como principal determinante a intervenção do Estado, são responsáveis pela principal especificidade da RIDE: a grande participação do terciário na economia regional.

A construção da capital ocorreu sobre uma estrutura econômica pouco dinâmica, sendo que o território ocupado é parte integrante de municípios antigos, que tiveram seu auge econômico no período de exploração da mineração. Para alguns desses municípios a implantação do DF trouxe a possibilidade de dinamização da economia local, através de atividades terciárias, uma vez que se davam o incremento populacional e a formação do mercado consumidor no DF e seu entorno.

É importante lembrar que Brasília exerce função polarizadora na região da RIDE, em virtude da concentração de funções administrativas e não em função dos setores secundário e primário da economia. Por abrigar postos de trabalho de elevada remuneração, além de transferência de recursos fiscais, Brasília se constituiu em grande mercado consumidor, atraindo população e incentivando a expansão da ocupação em municípios do entorno. Com isso, criou-se uma relação de forte dependência entre o DF e os municípios do entorno, principalmente no que se refere ao atendimento da demanda por empregos, equipamentos e serviços sociais.

Em face deste processo de ocupação e desenvolvimento da região, as atividades que assumem maior importância são aquelas ligadas ao setor terciário, principalmente, administração pública, comércio e hotelaria, esta última diretamente relacionada à função administrativa da capital, e aos serviços de alimentação, transportes e comercialização e administração de imóveis.

Dessa forma, surgem como principais empregadores na região a administração pública, a prestação de serviços e o comércio. Segundo os dados da RAIS 2001, o setor de serviços empregava 657.872 pessoas, dos quais 95,8% trabalhavam no Distrito Federal

---

<sup>19</sup> A divisão da indústria geral (indústria de transformação e extrativa mineral) em indústria dinâmica e tradicional seguiu metodologia desenvolvida pelo IPPUR na definição das categorias socioocupacionais. Para maiores detalhes ver IPPUR/UFRJ – FASE (2001).

(630.170). Do total regional empregado no setor, 399.273 (60,7%) dos postos de trabalho foram classificados como integrantes da administração pública. Não se pode esquecer que estes dados se referem aos empregos formais e que o setor informal assume papel importante na economia nacional, o que certamente atenua esta participação no total de ocupações regionais.

Os serviços de alojamento e comunicações e as atividades administrativas e técnicas profissionais apresentavam as maiores participações depois da administração pública, com 14,1% e 11% do total de empregos do setor.

Para a maioria dos municípios, a administração pública predomina como principal empregador, exceto em Abadiânia, onde as atividades administrativas e técnicas são responsáveis por 44,6% dos empregos do setor. Nos municípios de Mimoso de Goiás e Vila Boa a administração pública era o grande empregador, representando 100% dos empregos no setor de serviços.

Para o total da região, os serviços são responsáveis por 79,9% dos empregos. A análise segundo a localização espacial dos municípios demonstra que a participação do setor é mais elevada nos municípios que integram o entorno imediato do Distrito Federal: os serviços representavam 81,3% dos empregos formais no DF, 63% nos municípios do entorno imediato e 52% nos demais municípios do entorno.

O comércio foi responsável por 11,8% dos empregos regionais, sendo que a predominância para todos os municípios da região foi do comércio varejista, que representava 89,4% desses empregos. A exemplo dos demais setores da economia, o DF respondeu por 88,8% dos empregos do setor na região.

No contexto regional, apesar do predomínio do DF em relação aos demais municípios, alguns municípios têm conseguido dinamizar sua base econômica, destacando-se na economia regional, ainda que com participações pequenas se comparadas ao DF. Luziânia, segundo em termos de população<sup>20</sup>, apesar dos desmembramentos sofridos nas últimas décadas<sup>21</sup>, é o segundo em termos de participação no total da economia regional, seguido por Unaí e Formosa.

Em termos de número de unidades produtivas, segundo as informações da RAIS 2001, Luziânia tem 21,5% dos estabelecimentos industriais, 17,8% dos estabelecimentos do setor

---

<sup>20</sup> A evolução e dinâmica demográfica da região serão apresentadas no capítulo seguinte.

<sup>21</sup> A população do município, segundo o censo 2000, era de 140.813 hab, porém, se fossem desconsiderados apenas os desmembramentos ocorridos na década de 90, o município teria 349.445 habitantes. Entre 1993 e 1997, o município deu origem a três novos municípios: Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

serviços e 17,2% dos estabelecimentos comerciais da região, localizados fora do Distrito Federal. Formosa (21,5% dos industriais, 15,6% dos de serviços e 15,5% dos comerciais) e Unai (17,1%, 16,9% e 18,8% respectivamente) são os próximos mais importantes. Para aqueles três municípios, os ramos de atividade predominante são os mesmos para o total da região: indústria de produtos alimentícios e de bebidas, comércio varejista e administração pública, tanto em número de estabelecimentos como de empregos gerados.

Em síntese, a RIDE apresenta como principais características e especificidades da região baixa diversificação produtiva, frágil base econômica, além de evidente predominância do terciário.

## **2.2. A evolução demográfica e ocupação territorial no Distrito Federal: o processo embrionário de formação da RIDE**

No período de implantação e no início da consolidação urbana da nova capital, o Estado foi o grande promotor da ocupação do solo, atuando como planejador, construtor e financiador da ocupação, além de o grande proprietário de terras. Tornou-se, assim, o principal agente do processo de urbanização da região, o que diferencia a ocupação em relação às demais cidades brasileiras em alguns aspectos da gestão do solo urbano<sup>22</sup>.

A especificidade da atuação estatal no processo de ocupação territorial do DF se deve mais às condições excepcionais de posse pública da terra e às possibilidades de controle sobre o uso e ocupação do solo, do que à sua atuação efetiva na mediação ou atenuação dos conflitos gerados nas disputas pelo acesso à terra urbana dos diferentes segmentos populacionais.

É importante lembrar que os princípios estabelecidos no projeto de criação da nova Capital – inseridos pela modernidade no contexto político e ideológico de superação do atraso econômico nacional e cuja maior expressão era o projeto urbanístico extremamente setorizado –, associados à posse estatal da terra urbana e rural do DF, geraram uma expectativa de gestão urbana baseada no planejamento e com atuação estatal capaz de determinar o ritmo, a direção e a qualidade do crescimento urbano.

A questão da posse estatal, sem dúvida, foi um instrumento decisivo da atuação estatal no processo de ocupação urbana do DF, o que certamente não impediu as desigualdades no acesso às localizações urbanas. A questão relativa à multiplicidade de

---

<sup>22</sup> A análise do processo de ocupação do DF e entorno teve por base as conclusões da pesquisa Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano, realizada em 1997 (IPEA; USP; UnB; UFRJ, 2001).

regimes de propriedade das terras<sup>23</sup> constituiu-se em prerrogativa para a ilegalidade no acesso à terra urbana, sendo utilizada como instrumento pelo mercado imobiliário, em resposta às tentativas de controle da ocupação por parte do Estado. Destarte, no período de construção e implantação do DF, o Estado manteve o monopólio sobre a terra, cabendo-lhe a decisão sobre a oferta e o parcelamento de áreas disponíveis para a ocupação.

A ocupação inicial se efetiva a partir da premissa básica que iria determinar a atuação estatal no processo de ocupação territorial: a preservação do núcleo central, formado pelo Plano Piloto. No entanto, como resposta às tentativas de controle do Estado, ao mesmo tempo em que se implantava o Plano Piloto, a pressão populacional exercida principalmente pelos operários que construíam a nova capital obrigava o Estado a reconhecer a força dos movimentos sociais. Como resposta formava-se a periferia, constituída pelas cidades-satélites, implantadas a partir da oferta de lotes pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), com o objetivo de abrigar não só o contingente de população operária migrante, mas também parte dos funcionários públicos com posições mais baixas na hierarquia funcional, sem acesso às terras localizadas no Plano Piloto.

No processo de ocupação periférica, surgiram inicialmente as Regiões Administrativas de Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1970), inaugurando assim o polinucleamento característico da estruturação urbana inicial da região. Esses núcleos, denominados cidades-satélites, foram previstos no projeto urbanístico para serem implementados a partir da saturação do limite populacional estabelecido para o Plano Piloto, sendo que a antecipação da sua implantação em áreas distantes do núcleo principal gerou grandes vazios urbanos e deu início ao processo de ocupação gerenciado pela atuação estatal, com clara divisão social do espaço urbano, que permeou o processo de estruturação urbana no DF e entorno.

Entre 1960 e 1970, a população do DF mais do que triplicou, passando de 140,1 mil para 537,5 mil habitantes. A taxa média anual de crescimento de 14,9% ao ano estava fortemente influenciada por intenso processo migratório, com saldo médio anual de 30 mil

---

<sup>23</sup>A constituição de 1891 estabeleceu que as terras devolutas da União passariam a pertencer aos estados, exceto as áreas incluídas no perímetro de 14.400km<sup>2</sup>, destinado à implantação da capital no Planalto Central, a serem demarcadas futuramente. Um Decreto-Lei promulgado em 1967 determinou que fossem respeitados os direitos dos proprietários particulares, cujas posses constassem nos registros paroquiais, ou fossem baseadas em ações de usucapião até 01/01/1917, ou em documento de venda ou doação feitas pela União após a Constituição de 1891. Assim, a implantação do DF não extinguiu a propriedade privada da terra, resultando na existência de diferentes naturezas de propriedade, com terras públicas, via desapropriação; terras particulares; e terras públicas e particulares em comum.

pessoas, basicamente pela transferência de funcionários federais da antiga capital e da vinda de trabalhadores da construção civil<sup>24</sup>.

Durante a década de 70 ocorreram a consolidação de Brasília como centro urbano e o início da fixação de parte do contingente migratório nos municípios limítrofes ao DF. Iniciou-se, assim, a constituição de uma aglomeração urbana, com a conurbação entre alguns municípios e algumas cidades-satélites. Concomitantemente à ocupação de municípios limítrofes, iniciou-se o processo de ampliação da área de influência de Brasília, marcado pela expansão dos setores comercial e de prestação de serviços. Brasília, como polo regional, passou a oferecer mais infra-estrutura social, com melhores serviços nas áreas de educação, saúde, etc., ampliando, assim, a atração de mais população.

Durante aquele período, a ocupação do solo urbano no Distrito Federal foi condicionada pela preocupação com a preservação de recursos hídricos, uma vez que o DF se localiza estrategicamente em área de nascentes, tributárias de importantes bacias hidrográficas dos rios Paraná, Tocantins e São Francisco. A ocupação, submetida inicialmente ao Planidro (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do DF), criado em 1970, consolidou-se através da atuação do Poder Público, localizando as cidades-satélites, na medida do possível, fora da Bacia do Paranoá, visando a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que era reforçado o modelo de ocupação territorial seletivo, com uma clara divisão social do espaço.

O Planidro recomendou a não ocupação dos espaços livres na Bacia do Paranoá, estabeleceu um limite populacional para aquela área e definiu o Zoneamento Sanitário para o DF. Consolidou-se, assim, o Anel Sanitário de Brasília, delimitado pela Estrada Parque do Contorno, contornando a Bacia do Paranoá, o que afastou as pressões dos operários e dos agentes imobiliários por ocupação urbana.

A definição do plano e a implementação do anel sanitário estabeleceram a direção da atuação estatal na estruturação urbana, acentuando a seletividade espacial através da valorização do Plano Piloto como sede com melhores condições de habitação, infra-estrutura e concentração de atividades geradoras de empregos, em detrimento dos demais núcleos urbanos, onde a qualidade de vida era inferior e a ocupação precária. Os núcleos urbanos preexistentes à definição do quadrilátero do DF (Planaltina e Brazilândia) foram desconsiderados no plano e mantidos no isolamento.

---

<sup>24</sup> Os cálculos sobre saldos Migratórios aqui apresentados foram elaborados pelo IPEA; USP; UnB e UFRJ (2001).

A premissa da preservação do meio ambiente tornou-se básica para a gestão do uso e ocupação do solo no DF. A partir de então, vários planos foram elaborados com o objetivo de preservar a bacia do Paranoá e dar continuidade ao processo de espraiamento da ocupação, através da criação de novas cidades-satélites, afastando as pressões por ocupação.

O cenário político nacional vivia sob a ideologia estabelecida nas diretrizes definidas pelo segundo Plano Nacional de desenvolvimento (II PND), que vigeu entre 1975 e 1979, e previa a articulação de programas regionais (Pergerb e Polocentro<sup>25</sup>) para o desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília. O planejamento era a resposta para as demandas e pressões populares e os planos constituíram instrumento da ação estatal. Nesse contexto, o Plano Estrutural de Organização Territorial – Peot, elaborado em 1977, estabeleceu rígidas limitações à abertura de novos espaços urbanos, através da preservação principalmente dos mananciais do Descoberto e de São Bartolomeu, e da continuidade da preservação da Bacia do Paranoá. Essas restrições à ocupação acabaram por definir o vetor de expansão em direção à região sudoeste do quadrilátero, priorizando a ocupação entre os núcleos do Gama e Taguatinga – única faixa de terra não protegida pelos instrumentos de controle definidos pela política de uso e ocupação do solo urbano.

No período de 1970 a 1980, a população do DF passou de 537,5 mil para 1.176,9 mil habitantes, crescendo a uma taxa média anual de 8,15%. A migração teve grande influência nas taxas de crescimento, responsável por 64,3% do incremento populacional no período. O saldo migratório de 411,4 mil pessoas (41,1 mil pessoas/ano) não mais se constituía somente de funcionários transferidos e de trabalhadores da construção civil.

---

<sup>25</sup> Pergerb – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, criado através da Emenda Ministerial n. 04/1975. Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975) – Programa de Ação Regional do II PND, teve como principais medidas a concessão de crédito subsidiado e a construção de infra-estrutura básica, como estradas e eletrificação rural (HOGAN, 2002).

**TABELA 1 – Componentes do crescimento demográfico – Distrito Federal 1960-2000**

Ano	População Total	Incremento Populacional Total	Taxa Média Anual de Crescimento	Crescimento		Participação Relativa do Crescimento Migratório
				Natural (Nascimentos - Óbitos)	Migratório (Saldo Migratório)	
1960	<b>140.164</b>	-	-	-	-	-
1970	<b>537.492</b>	<b>397.328</b>	14,39	67.313	330.015	83,1
1980	<b>1.176.935</b>	<b>639.443</b>	8,15	228.051	411.392	64,3
1991	<b>1.601.094</b>	<b>424.159</b>	2,84	326.376	97.783	23,1
2000	<b>2.051.146</b>	<b>450.052</b>	2,79	325.971	124.081	27,6

**Fonte:** Nogalles (2004). Estimativa baseada nas taxas de natalidade e mortalidade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Na mesma década, a população dos municípios limítrofes passou de 50,2 mil para 120,8 mil habitantes, com taxa média anual de 9,19% e um saldo migratório líquido estimado em 6 mil pessoas/ano. A ocupação urbana foi marcada pela dispersão da ocupação em núcleos distantes do centro principal, com grandes vazios entre eles. A RA de Taguatinga já concentrava população, juntamente com a RA de Brasília, que abrigava o Plano Piloto e adjacências (O Guará e o Núcleo Bandeirantes até então integravam a RA de Brasília) (Tabela 2).

Como já foi mencionado anteriormente, as cidades satélites surgiram na década de 60, após acelerado processo de crescimento do Distrito Federal, chegando ao início dos anos 80 com a ocupação próxima ao limite. A pressão populacional pela ocupação de áreas infra-estruturadas gera a subdivisão de lotes e a constituição de locações de fundo de quintal nas cidades satélites ocupadas e a proliferação de favelas no centro e na periferia da aglomeração.

Em resposta ao explosivo crescimento das favelas e ocupações ilegais, o governo do DF criou, em 1982, o grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Ocupações (Gepafi), visando a urbanização dessas áreas onde fosse possível, a transferência da população invasora para áreas próximas, quando a ocupação no próprio local da invasão não fosse possível, ou a transferência para áreas previstas no Peot.

**TABELA 2 – População e taxa de crescimento do DF 1970-2000**

Região	População				População (%)				Taxa Média de Crescimento Anual (%)		
	1970 (1)	1980 (2)	1991	2000	1970	1980	1991	2000	70-80	80-91	91-00
<b>TOTAL DF</b>	<b>537.492</b>	<b>1.176.908</b>	<b>1.601.094</b>	<b>2.051.146</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>8,15</b>	<b>2,84</b>	<b>2,79</b>
Brasília	272.002	410.999	458.556	528.842	50,61	35,07	28,64	25,78	4,21	1,00	1,60
Gama	75.947	139.016	153.279	322.546	14,13	11,86	9,57	15,73	6,23	0,89	8,62
Taguatinga	109.584	479.839	719.969	751.933	20,39	40,94	44,97	36,66	15,91	3,76	0,48
Brazilândia	11.521	22.504	41.119	52.698	2,14	1,92	2,57	2,57	6,92	5,63	2,80
Sobradinho	42.782	69.094	81.521	128.789	7,96	5,90	5,09	6,28	4,91	1,51	5,21
Planaltina	21.032	50.356	90.185	147.114	3,91	4,04	6,72	10,31	9,12	5,44	5,59
Paranoá	4.624	5.100	56.465	119.224	0,86	0,27	2,44	2,68	0,98	24,43	8,66

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000).

1. Dados extraídos de Paviani (1991).

2. Os dados referentes às RAs de Planaltina e Paranoá são estimativas que absorvem a população da extinta RA Jardim.

3. Os dados desconsideram os desmembramentos de RAs após a década de 70, para efeito de comparabilidade.

Até 1986, a atuação do Gepafi representou alteração em relação à postura de atuação estatal, com urbanização de algumas favelas. Como resultado, algumas ocupações, como Vila Metropolitana, Cadangolândia, Vila Planalto, entre outras, foram urbanizadas e a população fixada no local. Com a mudança de governo, volta a política de erradicação de favelas e a transferência de população para áreas periféricas.

A Constituição de 1988 possibilitou a definição de novas normas relativas à política urbana, estabelecendo novos instrumentos de gestão urbanística. No DF, além da elaboração da Lei Orgânica e do Plano Diretor, as relações de poder foram alteradas em função da instalação do Poder Legislativo local que, a partir de 1990, passou a legislar concorrentemente com o Poder Executivo sobre gestão territorial.

A partir da nova correlação de forças, e numa tentativa de resolver ou atenuar as ocupações e as sublocações, o GDF passou a atuar criando e distribuindo lotes semi-urbanizados para a população de baixa renda, gerando novas cidades-satélites (Samambaia, Paranoá e Santa Maria), expandindo a maioria das já existentes e fixando algumas ocupações. Essa atuação incorporou novos espaços ao DF. Entre 1977 e 1991, o espaço urbano sofreu acréscimo de 16.888 ha, representando cerca de 73% de aumento, via incorporação de novos espaços<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Sobre a expansão urbana no DF ver Anjos (1991).

Durante a década de 80, em todo país ocorreu o fenômeno de desconcentração de população e de atividades econômicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com a diminuição da atratividade e dos fluxos migratórios em direção às sedes regionais (PACHECO; PATARRA, 2000). Brasília, como sede regional, enfrentou ainda uma situação de diminuição da oferta de empregos públicos devido à conclusão do processo de transferência dos órgãos estatais para a nova capital.

Naquele período, a taxa média anual de crescimento do DF caiu para 2,84% e o fluxo demográfico decresceu, apresentando um saldo migratório estimado em 12 mil pessoas/ano, entre 1980 e 1991. Os municípios limítrofes apresentaram saldo migratório de aproximadamente 13 mil pessoas/ano e uma taxa média de crescimento anual de 8,96%.

A expansão da ocupação nos municípios limítrofes ao DF intensificou-se na década de 90, instaurando o processo de formação e expansão da periferia regional do DF. Sua constituição é diferenciada das demais periferias metropolitanas, uma vez que tem uma função eminentemente residencial, com fortes características de municípios-dormitório.

Entre as RAs do DF, as que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional, de 1991 a 2000, foram as mais periféricas (Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião), com expansão da mancha urbana principalmente em direção a Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás.

Na periferia regional, houve continuidade no processo de expansão e consolidação, principalmente na periferia sul, nos novos municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, todos desmembrados de Luziânia.

### **2.3. Evolução e Distribuição Demográfica na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**

A RIDE é composta por uma rede de cidades que, em sua maioria, são de médio e pequeno portes. Além do DF, apenas dois municípios apresentam população superior a 100 mil habitantes (Águas Lindas de Goiás e Luziânia), segundo o censo demográfico de 2000. Seis outros municípios têm população entre 50 e 100 mil (Formosa, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Unai), seis entre 20 e 50 mil habitantes (Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Padre Bernardo, Pirenópolis e Buritis) e oito possuem menos de 20 mil habitantes (Abadiânia, Água Fria, Cabeceiras, Cocalzinho de Goiás,

Corumbá de Goiás, Mimoso de Goiás, Vila Boa e Cabeceira Grande), sendo o menor deles Mimoso de Goiás, com apenas 2.801 habitantes<sup>27</sup>.

A distribuição espacial da população na RIDE expressa a forte polaridade exercida pelo DF, que concentra mais de 70% da população regional, em 2000. Os municípios que apresentam as maiores participações no total da população regional são Luziânia (4,8%), Águas Lindas de Goiás (3,6%) e Valparaíso de Goiás (3,2%), todos diretamente envolvidos no processo de expansão urbana do DF, que teve como principal eixo a direção sudoeste, constituindo uma periferia regional, a partir das RAs e dos municípios goianos limítrofes, localizados naquela direção.

Como forma de análise mais sintética da expansão urbana/metropolitana, serão utilizados neste capítulo três diferentes recortes espaciais, abrangendo os municípios que compõem a RIDE. Será denominado entorno imediato o conjunto de municípios goianos vizinhos ao DF e que tiveram seus processos de ocupação e crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana do DF.

Compõem o Entorno Imediato o município de Luziânia e seus desmembramentos ocorridos – Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás (desmembrado de Santo Antônio do Descoberto em 1997) –, todos a sudoeste do DF, e o município de Planaltina de Goiás localizado na direção nordeste. Esses municípios, além do DF, apresentam as maiores participações no total da população regional e também as mais elevadas densidades demográficas, sendo o mais denso deles Valparaíso de Goiás, com 1.555,63 habitantes por km<sup>2</sup>.

O Distrito Federal será tratado como um recorte único devido às dificuldades relacionadas à expansão dos dados da amostra dos censos, apesar das especificidades da sua estruturação interna, constituída por uma região central formada pelo Plano Piloto e adjacências e uma periferia interna formada pelo conjunto das cidades satélites. No entanto, sempre que os dados permitirem desagregação, a análise será realizada segundo suas regiões administrativas.

Os demais municípios que compõem a RIDE e que não sofreram impacto direto do processo de expansão urbana periférica do DF serão denominados “Entorno Distante”.

A população da RIDE é eminentemente urbana, com uma taxa de urbanização de 93,3%, segundo censo 2000. Apenas três municípios apresentaram taxas de urbanização inferiores a 50,0%: Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Cocalzinho de Goiás. Os municípios

---

<sup>27</sup> O município de Cabeceira Grande, desmembrado de Unai em 1997, não integra a RIDE oficialmente, apesar de ser limítrofe ao DF. No entanto, acreditando que este é um erro que deverá ser corrigido, o município foi incluído na área de análise.

localizados no entorno imediato e o DF registraram as maiores taxas, todas acima de 85,0% (Tabela 3).

O crescimento demográfico da RIDE tem se reduzido nas últimas décadas, apesar de apresentar uma taxa média anual de 3,5% para o período 1991-2000, considerada elevada se comparada à média nacional ou às grandes metrópoles nacionais<sup>28</sup>.

A heterogeneidade dos municípios que compõem a RIDE pode ser observada também através das estatísticas demográficas, principalmente pelo crescimento populacional e pelo processo migratório. Esses evidenciam que parte significativa do crescimento está associada à expansão do DF, uma vez que os municípios limítrofes apresentam dinâmicas diferenciadas dos demais<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> A taxa média anual de crescimento demográfico do Brasil, entre 1991 e 2000, foi de 1,63%. As Regiões Metropolitanas e de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Fortaleza tiveram taxas médias de 1,64%,0,73%,1,56%,1,50% e 2,44%, respectivamente. A maior taxa média anual de crescimento entre as grandes metrópoles foi a da RM de Curitiba, com 3,11%. No Centro-Oeste a Região Metropolitana de Goiânia teve taxa de 3,21% ao ano, no mesmo período.

<sup>29</sup> Como foi evidenciado no tópico anterior, a dificuldade de ocupação de terras pertencentes ao DF, no final da década de 70 e início dos anos 80, incentivou a intensificação de parcelamentos em municípios limítrofes, localizados, principalmente, na direção sudoeste do DF, onde os lotes eram oferecidos a preços mais baixos e com maiores facilidades de pagamento, conforme mostra Paviani (1987, 1989, 1991 e 1996).

**TABELA 3 – População, taxa de crescimento e densidade demográfica região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000**

UF	Município	População				Taxa de crescimento (% a.a.)		
		1970 <sup>(1)</sup>	1980 <sup>(1)</sup>	1991	2000 <sup>(2)</sup>	70-80	80-91	91-00
DF	Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	8,15	2,84	2,79
GOIÁS	Abadiânia							
	Água Fria de Goiás*							
	Águas L. de Goiás***							
	Alexânia	7.772	9.005	9.402	11.452	1,48	0,39	2,22
	Cabeceiras	808	1.456	3.976	4.469	6,07	9,56	1,31
	Cidade Ocidental**	-	-	-	-	-	-	-
	Cocalzinho de Goiás**	9.390	12.124	16.472	20.047	2,59	2,83	2,21
	Goiás**	4.056	4.986	6.464	6.758	2,09	2,39	0,50
	Corumbá de Goiás	-	-	-	-	-	-	-
	Cristalina	-	-	-	-	-	-	-
	Formosa	18.439	20.209	19.663	24.305	0,92	-0,25	2,38
	Luziânia	11.600	15.991	24.937	34.116	3,26	4,12	3,54
	<b>Mimoso de Goiás*</b>	<b>28.874</b>	<b>43.296</b>	<b>62.982</b>	<b>81.938</b>	<b>4,13</b>	<b>3,47</b>	<b>2,97</b>
	Novo Gama***	27.785	80.089	207.674	350.695	11,17	9,05	5,99
	Padre Bernardo	2.138	4.046	3.750	2.801	6,59	-0,69	-3,19
	Pirenópolis <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	-	-	-
	Planaltina de Goiás	6.243	11.811	16.500	21.514	6,58	3,09	2,99
Sto Ant. do Descoberto	32.065	29.320	25.056	21.245	-0,89	-1,42	-1,82	
Valparaíso de Goiás***	5.022	12.725	35.509	157.643	9,74	9,78	18,01	
Vila Boa**	-	-	-	-	-	-	-	
MG	Buritis	9.810	15.416	18.417		4,62	1,63	1,14
	Cabeceira Grande ***	-	-	-	20.396	-	-	-
	Unai <sup>(5)</sup>	52.303	67.883	69.612	75.953	2,64	0,23	0,97
<b>TOTAL da RIDE<sup>(6)</sup></b>		<b>761.961</b>	<b>1.519.981</b>	<b>2.161.709</b>	<b>2.958.196</b>	<b>7,15</b>	<b>3,25</b>	<b>3,55</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000; Contagem 1996).

(1) População dos municípios de Mimoso de Goiás e Água Fria de Goiás, reconstituída segundo os antigos distritos

(2) População ignorando os desmembramentos ocorridos na década de 90, exceto para os municípios que depois do desmembramento passaram a não integrar a RIDE

(4) O município perde população em função do desmembramento de Vila Propício em 1996

(5) O município perde população em função dos desmembramentos de Cabeceira Grande e Uruana em 1996

(6) O total da RIDE perde população em função do desmembramento dos municípios de Cabeceira Grande, Uruana de Minas e de Vila Propício que apesar de desmembrados de municípios que a compõe não foram incorporados à região.

\* Município desmembrado em 1989.

\*\* Município Instalado em 1993.

\*\*\* Município Instalado em 1997.

A análise dos indicadores de crescimento e da densidade populacional na RIDE requer certa cautela em função do grande número de desmembramentos de municípios ocorridos, principalmente entre 1993 e 1997. Em 1989 foram criados os municípios de Mimoso de Goiás, Água Fria de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, desmembrados de Planaltina, Padre

Bernardo e Luziânia, respectivamente. Em 1993 foram criados os municípios de Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás e Vila Boa, desmembrados respectivamente de Luziânia, Corumbá de Goiás e Formosa. Em 1997 foram criados Novo Gama e Valparaíso de Goiás, desmembrados de Luziânia; Águas Lindas de Goiás, desmembrado de Santo Antônio do Descoberto; Vila Propício, desmembrado de Pirenópolis e Cabeceira Grande e Uruana, desmembrados de Unaí, que não integram a RIDE. Esses últimos desmembramentos ocorridos na RIDE (principalmente em 1997) deram origem a novos municípios com alta densidade populacional, em alguns casos sendo inclusive mais elevada que as do DF. Os novos municípios de Novo Gama, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás são limítrofes ao DF e integram o entorno imediato do quadrilátero.

A população da RIDE cresceu a uma taxa média anual de 7,2%, no período 1970-1980, com alguns municípios apresentando taxas superiores a 9% ao ano, mais elevadas que as do DF (8,2%). Municípios localizados nos principais eixos de expansão urbana (sudoeste e nordeste) tiveram elevadas taxas de crescimento: Luziânia (11,2%) e Santo Antônio do Descoberto (9,7%), na direção sudoeste e Planaltina de Goiás (6,1%), na direção Nordeste.

Além desses municípios, outros não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana do DF, com base econômica na agropecuária, também registraram taxas médias superiores a 6,0% ao ano: Padre Bernardo (6,6%), Mimoso de Goiás (6,6%) e Água Fria de Goiás (6,1%).

No período entre 1980 e 1991, a exemplo das demais metrópoles nacionais, ocorreu um arrefecimento no processo de crescimento populacional regional, com taxa média de 3,3 % ao ano. Os municípios localizados no entorno imediato, no entanto, apresentaram taxas médias superiores a 9,0% ao ano.

Entre 1991 e 2000 houve ligeira elevação em relação ao período anterior – com a região crescendo a uma taxa média de 3,6% ao ano –, considerada elevada se comparada às metrópoles nacionais e, em grande parte, devido à elevada taxa apresentada por Santo Antônio do Descoberto (18,4% a.a.).

É importante ressaltar que os cálculos referentes às taxas para o período 1991-2000, para efeito de comparabilidade, desconsideram os desmembramentos de municípios ocorridos em 1993 e 1997. Se forem considerados esses desmembramentos, o que é possível para o período 1996-2000 utilizando-se a Contagem Populacional (IBGE, 1996), é possível identificar que o crescimento de Santo Antônio do Descoberto deve ser atribuído a Águas Lindas de Goiás, município desmembrado do seu território, que apresentou, no período, crescimento

médio anual de 14,5%, decorrente de uma ocupação irregular em áreas de mananciais hídricos.

Entre 1996 e 2000, praticamente todos os municípios da região apresentam elevação das taxas médias de crescimento anual em relação ao período 1980-1991. São exceções, além de quase todos os municípios localizados no entorno imediato, Alexânia, Água Fria de Goiás e Buritis, que arrefeceram o ritmo de crescimento populacional. Apesar de apresentar queda nas taxas de crescimento, os municípios periféricos de Luziânia e Planaltina, ao lado de Santo Antônio do Descoberto, ainda apresentam as maiores taxas da região (Tabela 4).

**TABELA 4 – População e taxa de crescimento região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1996/2000**

UF	Município	População		Taxa de Crescimento Média Anual (%) 1996-2000
		1996	2000	
DF	Brasília	1.821.946	2.051.146	3,01
GOIÁS	Abadiânia	10.144	11.452	3,08
	Água Fria de Goiás*	3.771	4.469	4,34
	Águas Lindas de Goiás***	61.478	105.746	14,52
	Alexânia	18.623	20.047	1,86
	Cabeceiras	5.973	6.758	3,14
	Cidade Ocidental**	33.147	40.377	5,06
	Cocalzinho de Goiás**	12.780	14.626	3,43
	Corumbá de Goiás	8.643	9.679	2,87
	Cristalina	28.262	34.116	4,82
	Formosa	68.704	78.651	3,44
	Luziânia	106.695	141.082	7,23
	Mimoso de Goiás*	2.584	2.801	2,04
	Novo Gama***	60.447	74.380	5,32
	Padre Bernardo	16.879	21.514	6,25
	Pirenópolis <sup>(1)</sup>	20.964	21.245	0,33
	Planaltina de Goiás	58.576	73.718	5,92
	Sto. Antônio do Descoberto	46.194	51.897	2,95
Valparaíso de Goiás***	75.380	94.856	5,91	
Vila Boa**	2.720	3.287	4,85	
MG	Buritis	19.796	20.396	0,75
	Cabeceira Grande ***	5.407	5.920	2,29
	Unai <sup>(2)</sup>	65.216	70.033	1,80
<b>TOTAL da RIDE<sup>(3)</sup></b>		<b>2.554.329</b>	<b>2.958.196</b>	<b>3,74</b>

Fonte: IBGE (1996; 2000).

(1) O município perde população em função do desmembramento de Vila Propício em 1996.

(2) O município perde população em função dos desmembramentos de Uruana em 1996.

(3) O Total da RIDE perde população em função do desmembramento dos municípios de Cabeceira Grande, Uruana de Minas e de Vila Propício.

\* Município desmembrado em 1989.

\*\* Município Instalado em 1993.

\*\*\* Município Instalado em 1997.

Apesar dessas restrições, os dados referentes ao período 1996-2000 foram utilizados em virtude da possibilidade de se aferir a tendência de crescimento para os municípios emancipados na segunda metade da década de 90. As estatísticas censitárias para o período 1991-2000 confirmam o crescimento periférico na direção do município de Santo Antônio do Descoberto e uma expansão mais elevada de dois municípios que, no período anterior, apresentaram taxas próximas a zero ou negativas: Corumbá de Goiás e Abadiânia.

Observa-se, para os municípios da região, um crescimento demográfico mais acelerado e contínuo daqueles que integram o entorno imediato do DF, expressando expansão da mancha urbana.

Os demais municípios não influenciados por esse processo, que possuem como base econômica o setor agropecuário, apresentam taxas de crescimento e densidades demográficas menores. Alguns, como Pirenópolis e Mimoso de Goiás, registraram taxas de crescimento negativas, no período mais recente. Chama a atenção Mimoso de Goiás, emancipado em 1989, que a partir de 1991 apresentou taxas negativas de crescimento.

Entre 1970 e 2000 a periferia como um todo aumentou sua participação no total da região sendo, o entorno imediato, o principal responsável. (Tabela 5). A periferia, na média, além de aumentar sua participação no total da população da RIDE, apresentou elevação da taxa de crescimento médio anual, crescendo no último período a uma taxa média anual de 5,5%. Apesar da redução no ritmo de crescimento do entorno imediato para 8,3% no período 1991-2000, essa taxa é significativamente elevada, quando comparada à média regional.

**TABELA 5 – População e taxa de crescimento – Centro e Periferia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000**

Município	População				População Participação (%)				Taxa de Crescimento (% a. a)		
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	70-80	80-91	91-00
Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	70,54	77,43	74,13	69,47	8,15	2,84	2,79
<b>Entorno imediato</b> <sup>(1)</sup>	40.971	107.530	283.384	582.056	5,38	7,07	13,06	19,72	10,13	9,21	8,33
<b>Entorno Distante</b>	183.498	235.543	277.231	324.994	24,08	15,50	12,81	10,81	2,53	1,49	1,78
<b>TOTAL Periferia</b>	<b>224.469</b>	<b>343.073</b>	<b>560.615</b>	<b>907.050</b>	<b>29,46</b>	<b>22,57</b>	<b>25,87</b>	<b>30,53</b>	<b>4,33</b>	<b>4,57</b>	<b>5,49</b>
<b>TOTAL RIDE</b>	<b>761.961</b>	<b>1.519.981</b>	<b>2.161.709</b>	<b>2.958.196</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>7,15</b>	<b>3,25</b>	<b>3,55</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000); Contagem (1996).

(1) O entorno imediato é formado pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

O DF apresentou forte arrefecimento no ritmo do crescimento, principalmente em relação ao período 1970-1980, quando os fluxos migratórios dirigidos às grandes cidades se intensificaram e o processo de urbanização nacional foi mais acelerado.

O incremento populacional da região entre 1970 e 2000 foi de 2.193.235 habitantes, 1.513.654 localizados no DF e 682.581 na periferia, sendo que desses 79,2% estão localizados no entorno imediato. Cunha (1998) mostrou que a mobilidade entre Goiás e o Distrito Federal na década de 80, foi predominantemente marcada pela transferência de nordestinos da primeira para a segunda UF, o que revelava a ocupação de Goiás como uma segunda etapa na trajetória migratória desses migrantes provenientes do Nordeste.

Ao longo de seu processo de expansão e consolidação metropolitana, o Distrito Federal apresentou, como as demais sedes de regiões metropolitanas nacionais, arrefecimento no crescimento populacional e nas taxas de migração. No entanto, a intensidade da redução foi bem menor que a apresentada pelas metrópoles industriais do Sudeste, por exemplo, apresentando taxa média anual de crescimento de 3,6% entre 1991 e 2000, o que revela o dinamismo do seu incremento populacional.

## **2.4 Síntese do Capítulo**

A ocupação do Distrito Federal e entorno foi fortemente condicionada pela afluência de grandes fluxos migratórios atraídos no início do processo pelas oportunidades de emprego geradas pela construção da capital federal. A falta de opção de acesso aos empregos e à renda em suas áreas de origem, somadas à geração de fortes expectativas de novas oportunidades em função da magnitude do projeto nacional de desenvolvimento, representada pela construção de uma cidade a partir de um território desocupado, foram responsáveis pela constante chegada de pessoas à região, processo que se mantém até os dias atuais.

Apesar de ser um fenômeno característico do processo de urbanização brasileiro, no caso do DF se diferencia pela magnitude e por sua manutenção, apesar do arrefecimento no anos 80 e da estabilização no período mais recente (década de 90). A oferta de terra urbana para moradia, representada pela ausência de ocupação anterior, deve ter contribuído para a expectativa de melhoria na qualidade de vida da população migrante.

O contingente migratório, com intensidade não prevista no projeto inicial de ocupação do território, alterou completamente o ritmo esperado de ocupação. A capacidade de resistir aos constantes processos de expulsão demonstrada por aquele contingente, seja o arbitrário, através da política de remoção, seja o espontâneo, por meio da valorização imobiliária, constitui fator decisivo para o processo de expansão da ocupação urbana e para a

conformação da periferia regional. A capacidade de articulação e reivindicação de alguns segmentos populacionais muitas vezes gerou a reversão da lógica da atuação estatal, alterando, assim, o perfil da segregação socioespacial e da distribuição da população no espaço urbano.

As características sociodemográficas deste contingente populacional, tais como estrutura etária, fase do ciclo vital, composição familiar, acesso à renda, acesso à educação entre outras, tiveram papel preponderante no processo de segregação e na configuração socioespacial resultante do processo de ocupação e de desenvolvimento urbano na região.

O que é importante apreender deste capítulo é que a dinâmica econômica e a configuração socioespacial da RIDE só se viabilizaram a partir da existência de um expressivo contingente populacional que mora, se desloca, produz, consome e se reproduz, constituindo-se assim em fator imprescindível para a compreensão da estruturação interna da metrópole e de suas relações com as demais regiões nacionais.

A análise sobre mobilidade, evolução e características sociodemográficas espacialmente localizadas será desenvolvida nos próximos capítulos.

---

## **A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

A RIDE teve seu processo de consolidação como metrópole marcado pela migração de longa distância, principalmente durante as décadas de 1960 e 70. Fatores associados à abertura de frentes de trabalho para a construção da cidade e à transferência da capital fizeram com que a migração interestadual fosse predominante no processo de implantação da nova cidade.

O processo de formação e consolidação da RIDE, na década de 1980, foi fortemente influenciado pela expansão da mancha urbana do DF. Os movimentos migratórios regionais confirmam esse processo, no qual a migração intra-regional (que também poderia ser denominada de intrametropolitana) adquire expressão no total dos fluxos migratórios, ainda que os fluxos interestaduais continuem predominantes. Na verdade, mesmo os fluxos intra-regionais mais significativos – emigração do DF para os municípios da região – são interestaduais, uma vez que a região é constituída por três UFs (DF, Goiás e Minas Gerais). No entanto, para uma melhor compreensão da migração intra-regional, esses fluxos serão denominados intra-regionais, ou intrametropolitanos, ainda que envolvam diferentes UFs.

Assim, a migração para os municípios que compõem a RIDE tem como principais e mais significativos fluxos aqueles referentes à migração interestadual em direção ao DF, iniciada no final da década de 50, que ainda continua elevada em 2000, apesar de arrefecido a partir de 1980.

Para quantificar a migração interestadual, serão utilizadas, neste capítulo, informações intercensitárias e quinquenais. Acredita-se que o ideal seria a adoção do período de dez anos (intercensitário), que permite um panorama mais consolidado sobre a migração. No entanto, o censo demográfico de 2000 não investigou a variável “município de residência anterior”, o que impossibilita a identificação da origem dos fluxos migratórios intermunicipais segundo sua última etapa. Por se considerar importante a análise para o período de dez anos, todas as vezes em que for possível será utilizada a informação sobre última etapa na mensuração da migração, por meio das variáveis “tempo de residência na UF” e “UF de residência anterior”. Em função dessa restrição metodológica, todas as vezes que for necessária a identificação do município de residência anterior, como no caso da análise sobre a emigração e a migração intermunicipal, será utilizada a informação sobre migração referente à data fixa. Nesses casos o período de análise será de cinco anos<sup>30</sup>.

O capítulo está organizado em quatro itens. O primeiro analisa a migração interestadual (entre a região os demais estados brasileiros), o segundo aborda a migração intra-estadual (os fluxos entre municípios das três Unidades da Federação que integram a região), o terceiro trata da migração intra-regional, ou intrametropolitana, e o quarto apresenta uma síntese do capítulo.

---

<sup>30</sup>Na análise sobre a migração foi necessária uma opção metodológica diferenciada para os dados dos censos demográficos IBGE 1980 e 1991, e o Censo 2000. Nos casos em que não for possível identificar a residência anterior (origem por municípios) será feita a opção pela adoção da informação referente à data fixa. Para efeito de comparabilidade, nesses casos será utilizada para os censos 1980 e 1991, a informação referente à residência anterior, para os migrantes com menos de cinco anos de residência, e, para o censo 2000, a informação referente ao município de residência em 31/07/1995. Apesar de reconhecer que as informações não são comparáveis em termos de volumes, principalmente nos casos de múltiplos movimentos no período intercensitário, a opção foi feita em função de ser essa a única possibilidade de identificar o município de origem dos fluxos migratórios para o censo 2000. A informação referente à data fixa tem como vantagem formal nos dados demográficos a determinação clara do período referente à migração. No entanto, no caso da migração intrametropolitana, movimento em que são mais frequentes as reemigrações de curto prazo, a informação de data fixa tem como desvantagem a perda dos movimentos ocorridos no primeiro quinquênio, além do fato de essa informação considerar apenas as pessoas maiores de cinco anos. Para maiores detalhes sobre as diferenças entre esses dois tipos de informação, vide Carvalho (1998).

### 3.1 A migração interestadual<sup>31</sup>

Desde o início do processo de migração para Brasília, os fluxos de nordestinos, goianos e mineiros foram predominantes<sup>32</sup>. Além da atratividade exercida pela existência de grande número de empregos, durante a construção da capital, a condição de vida naqueles estados contribuiu para a consolidação dos fluxos. Holston (1993), baseado em informações do Censo Demográfico de 1959, aponta que 96,0% dos migrantes vindos para Brasília vinham daquelas regiões (de estados do Nordeste, do Sudeste, principalmente Minas Gerais, e do Centro-Oeste, principalmente Goiás)<sup>33</sup>. Segundo aquele autor, a migração, já naquele período, era predominantemente urbana, sendo que quatro em cada cinco migrantes residiam anteriormente em área urbana.

Entre 1970 e 1980, período de maior dinamismo do processo de urbanização da região, os principais fluxos da migração interestadual continuaram sendo aqueles originados em estados nordestinos (212 mil), em Goiás (167 mil) e em Minas Gerais (90 mil). Entre os estados nordestinos, destacam-se os fluxos vindos do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, que apresentaram, em conjunto, o maior volume (155 mil migrantes) (Tabela 6).

Entre 1981 e 1991, o volume de migrantes arrefeceu-se (605,8 mil), mas a taxa de migração permaneceu expressiva (3,04%). O fluxo de nordestinos continuou elevado (207,7 mil) e os Estados que mais contribuíram para esse movimento (MA, PI, CE e BA) enviaram, em conjunto, 157,8 mil migrantes – contingente maior que o do período anterior. Maior, também, foi o contingente vindo das Regiões Norte e Sul, demonstrando ampliação da atratividade exercida pela capital federal. A situação se mantém no período 1991-2000, ampliando-se ainda mais os fluxos originados nos quatro estados nordestinos (MA, PI, CE e BA) e na Região Norte.

Observa-se que cresceu significativamente o fluxo de migrantes com residência anterior no DF, passando de 49 mil, entre 1970 e 1980 para 121,6 mil em 1991-81 e para 136,7 em 1990-2000, denotando ampliação do fluxo migratório intra-regional. Em síntese, a RIDE

---

<sup>31</sup> Foram considerados migrantes as pessoas com mais de dez anos de idade e com menos de dez anos de residência na UF, incluindo a migração de retorno e os não-naturais.

<sup>32</sup> Antes mesmo da inauguração da capital, durante o processo de sua construção, o recrutamento de trabalhadores que iriam tornar realidade o projeto do Governo Federal deu origem a um intenso fluxo migratório, baseado em expectativas supervalorizadas, de empregos e melhores condições de vida. As condições especiais do mercado de trabalho e salários eram o principal atrativo para a população que não encontrava condições satisfatórias de vida em seus Estados de origem. As expectativas de melhoria das condições de vida se fundamentavam na grande oferta de empregos, em salários mais elevados que nos locais de origem, na não limitação de trabalho em horas extras e no fato de o treinamento ser realizado no próprio local de trabalho, o que dispensava experiência anterior e possibilitava rápida ascensão profissional, em função das habilidades recém adquiridas (HOLSTON, 1993).

<sup>33</sup> Goiás havia recebido grande fluxo de imigrantes na década anterior, pela expansão da fronteira agrícola, o que certamente favoreceu nova etapa migratória em direção à Brasília.

caracteriza-se pelo predomínio dos migrantes provenientes principalmente dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, cuja taxa média anual de migração ainda é a mais elevada na região (1,44% no período 1970-80 e 0,86% entre 1990 e 2000). É importante salientar que, a exemplo do ocorrido no DF, apesar da tendência de queda da taxa para o total da região ao longo do período 1970-2000, a imigração originária daqueles estados nordestinos apresentou elevação no período mais recente, enquanto os demais fluxos registraram redução ou mantiveram constantes as taxas médias anuais de migração interestadual.

**TABELA 6 – Volume e taxa média anual de migração interestadual, segundo região de última residência – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE– 1970-2000**

Região de Residência Anterior	1970-1980		1981-1991		1990-2000	
	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
DF	48.977	0,46	121.684	0,61	136.720	0,55
Goiás	166.948	1,55	109.107	0,55	60.248	0,24
Outros do Centro-oeste	5.497	0,05	6.373	0,03	7.680	0,03
Minas Gerais	90.023	0,84	64.826	0,33	65.307	0,26
RJ	54.324	0,50	25.842	0,13	21.559	0,09
Outros Sudeste	28.031	0,26	22.385	0,11	27.301	0,11
MA/PI/CE/BA	155.014	1,44	157.821	0,79	213.052	0,86
Outros Nordeste	57.001	0,53	49.888	0,25	45.182	0,18
Região Norte	10.833	0,10	24.623	0,12	29.671	0,12
Região Sul	15.433	0,14	17.122	0,09	13.873	0,06
Outros	7.701	0,07	6.125	0,03	23.694	0,10
<b>TOTAL da Ride</b>	<b>639.781</b>	<b>5,940,</b>	<b>605.796</b>	<b>3,04</b>	<b>644.287</b>	<b>2,60</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Além de apresentar elevação, a migração originária daqueles estados nordestinos se manteve como o fluxo mais importante ao longo do período, indicando a provável existência de redes sociais de migração atuando nesse fluxo e mantendo-o com relativa intensidade, apesar do arrefecimento das migrações no país e na região nos períodos mais recentes.

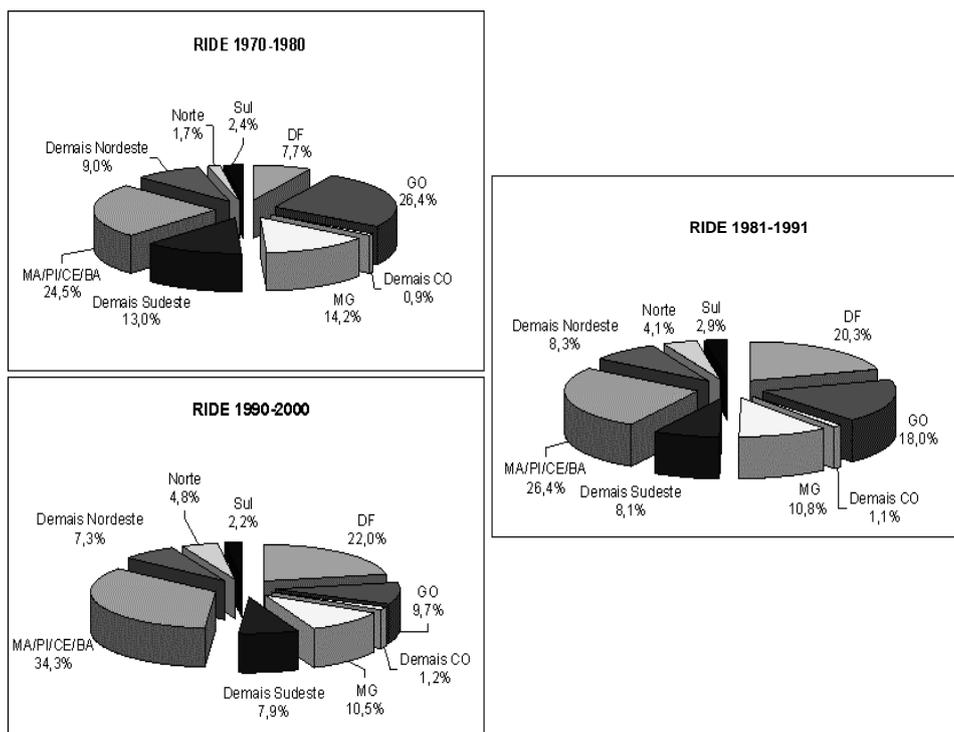
O fluxo originário do DF apresentou elevação entre 1980 e 1991, período de consolidação do processo de crescimento periférico em direção aos municípios goianos. Apesar da ligeira queda no período mais recente, ainda se mantém como o segundo fluxo de migração para o total da região.

Tanto a taxa média anual<sup>34</sup> quanto a participação dos fluxos no total da imigração entre as UFs e a região, entre 1970 e 2000, indicam que a migração vinda do DF tem aumentado sua participação ao longo do período.

<sup>34</sup> Relação entre o volume do fluxo e a população média da região.

De 1970 a 1980, quando o processo de crescimento periférico ainda era incipiente, a participação dos fluxos vindos do DF representava 7,7% do total, enquanto o fluxo total de nordestinos para a região respondia por 35,5% do total. No período 1981-1991, quando o crescimento dos municípios goianos se intensificou e a periferia regional se consolidou, a participação dos fluxos originários do DF passou a representar 20,3% do total e a de nordestinos se manteve (35,7%). Entre 1990 e 2000, a migração de nordestinos e a vinda do DF, aumentaram suas participações para 41,6% e 22,0%, respectivamente (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1 – Participação da imigração interestadual – RIDE 1970-2000**



**Fonte:** IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Quando analisado todo o período (1970-2000), observa-se que os fluxos migratórios originários nos demais Estados do nordeste diminuíram e aqueles provenientes de Minas Gerais, Goiás e demais Estados do Sudeste, que foram bastante significativos no período inicial, perderam intensidade.

O fluxo originário do Rio de Janeiro, que teve peso significativo no início da implantação do DF pela transferência de funcionários públicos, perdeu importância relativa, posteriormente. Assim, os fluxos do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, e do DF consolidaram-se como principais fluxos de imigração para o total da RIDE.

Como se verá mais adiante, o fluxo originário do DF é constituído por antigos migrantes nordestinos, expulsos do DF pelas características do processo de ocupação territorial e de estruturação urbana, marcado pela segregação socioespacial. Esta hipótese se baseia na interpretação das características do processo de ocupação territorial do espaço urbano e do intenso volume desta imigração para o DF ao longo do período.

Na verdade, os volumes de migrantes interestaduais para a região demonstram seu grande peso, devido aos fluxos direcionados ao DF. Houve redução nos fluxos de mineiros e goianos ao longo do período, a exemplo do corrido para o total de região, e a manutenção do volume de migrantes nordestinos, apesar da redução dos volumes totais de imigrantes. A elevação do fluxo de MA, PI, CE e BA, na última década, retoma a importância em relação à década de 1970, período de maior intensidade migratória nos contextos regional e nacional. (Tabela 7).

**TABELA 7 – Volume e taxa média anual de migração interestadual segundo Região de Última Residência – Distrito Federal 1970-2000**

Região de Residência Anterior	1970-1980		1980-1991		1991-2000	
	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
Goiás	88.468	0,64	53.433	0,35	58.225	0,39
Outros do Centro-Oeste	4.956	0,04	4.698	0,03	5.921	0,04
Minas Gerais	77.518	0,56	49.048	0,32	47.608	0,32
RJ	53.404	0,39	22.856	0,15	19.086	0,13
Outros Sudeste	25.962	0,19	17.097	0,11	20.772	0,14
MA/PI/CE/BA	147.425	1,07	129.653	0,86	153.363	1,02
Outros Nordeste	53.281	0,39	40.774	0,27	33.001	0,22
Região Norte	10.467	0,08	20.778	0,14	22.492	0,15
Região Sul	14.326	0,10	10.850	0,07	10.723	0,07
Outros	7.405	0,05	5.730	0,04	7.113	0,05
<b>TOTAL Ride</b>	<b>483.212</b>	<b>3,52</b>	<b>354.917</b>	<b>2,35</b>	<b>378.304</b>	<b>2,51</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

O DF tem se caracterizado como região de forte atração migratória, principalmente de nordestinos, que tiveram participação predominante no total da migração para a região, entre 1970 e 1980, respondendo por 41,5%. Nos dois períodos seguintes, esse fluxo passou a representar 48,0% e 49,3% do total da imigração entre UFs, respectivamente, apesar da redução dos volumes absolutos (200,7 mil no período 1970-1980, 170,4 mil de 1980-1991 e 186,3 mil entre 1991 e 2000).

A migração de nordestinos, principalmente do MA, PI, CE e BA, certamente teve condicionantes relacionados às dificuldades nos locais de origem. No entanto, alguns programas definidos no âmbito da política de desenvolvimento regional podem ter contribuído para a intensificação desses fluxos, como é o caso do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – Pergerb<sup>35</sup>.

A distribuição da migração interestadual para o total da região é semelhante à do Distrito Federal, em função do peso que aquela população assume no total regional (em torno de 70,0% desde 1970 até 2000). Assim, o fluxo de migrantes nordestinos para a região é fortemente influenciado pelo contingente de migrantes que se dirigem ao DF.

Ao longo do período 1970-2000, ao peso da migração de nordestinos para o DF diminui, passando de 95,1% entre 1970 e 1980 para 41,5% de 1990 a 2000, aumentando a participação deste fluxo na migração interestadual para o total da região (Tabela 8).

**TABELA 8 – Volumes da migração de nordestinos para o DF e Entorno Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000**

Local de Residência Atual	Volumes Totais						Volume Médio por Ano		
	1970-1980		1981-1991		1990-2000		1970-1980	1981-1991	1990-2000
	ABS	%	ABS	%	ABS	%			
<b>DF</b>									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	147.425	95,1	129.653	82,3	153.363	41,5	14.743	12.965	15.336
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>200.706</b>	<b>94,7</b>	<b>170.427</b>	<b>82,8</b>	<b>186.364</b>	<b>41,0</b>	<b>20.071</b>	<b>17.043</b>	<b>18.636</b>
<b>TOTAL da RIDE</b>									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	155.014	73,0	157.457	75,6	369.119	81,3	15.501	15.746	36.912
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>212.015</b>	<b>100</b>	<b>205.848</b>	<b>100</b>	<b>454.013</b>	<b>100</b>	<b>21.201</b>	<b>20.585</b>	<b>45.401</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Outra tendência observada nesse fluxo é a elevação da participação de MA, PI, CE e BA no total da migração de nordestinos, tanto para o DF quanto para o total da região.

Na verdade essa elevação da participação está relacionada ao aumento do fluxo em direção aos municípios que integram o entorno imediato<sup>36</sup> da RIDE. Os volumes médios anuais

<sup>35</sup> O programa tinha como objetivo o desenvolvimento regional abrangendo toda a área de influência de Brasília, numa tentativa de reter a população potencialmente migrante, em seu lugar de origem. O objetivo mais específico era dinamizar as regiões potencialmente exportadoras de população para o DF, como o oeste da Bahia e de Minas Gerais e o sul do Maranhão e Piauí. No entanto, em função da morosidade na implantação das medidas que deveriam dinamizar a economia daquelas regiões, os investimentos em infraestrutura viária realizados com esse objetivo acabaram por facilitar o acesso dos migrantes ao DF. Ao que tudo indica, as expectativas de melhoria de vida da população potencialmente migrante nos locais de origem deram lugar à frustração gerada pela incapacidade de produzir resultados visíveis no curto prazo, produzindo assim o efeito inverso.

<sup>36</sup> Para maiores detalhes sobre a divisão socioespacial adotada nessa pesquisa, vide capítulo 2.

da migração para os municípios elevaram-se de 455, no período 1970-1980, para 5.556, entre 1990 e 2000 (Tabela 9).

A migração vinda do DF, no período inicial (1970-1980), já apresentava participações elevadas no total da migração interestadual de vários municípios. Além dos municípios que integram o entorno imediato (naquele período: Planaltina e Luziânia), outros como Alexânia, Corumbá de Goiás, Formosa, Padre Bernardo e Pirenópolis tinham nos fluxos vindos do DF a maior participação na migração entre UFs, embora os volumes de população migrante fossem numericamente pouco significativos. Naqueles municípios, o segundo principal fluxo vinham de municípios mineiros que não integram a RIDE. Como eles apresentam base econômica na agropecuária, é possível que a migração de mineiros tenha sido motivada pela expansão da fronteira agrícola ocorrida na região (aumento do plantio de soja no serrado, naquele período).

**TABELA 9 – Principais volumes da imigração de nordestinos para o entorno imediato – 1970-2000 na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE**

Local de Residência Atual	Volumes Totais						Volume Médio por Ano		
	1970-1980		1981-1991		1990-2000		1970-1980	1981-1991	1990-2000
	ABS	%	ABS	%	ABS	%			
<b>Luziânia*</b>									
Imigrantes de	4.226	71,1	14.523	76,6	30.867	82,0	423	1.452	3.087
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>5.944</b>	<b>100,</b>	<b>18.956</b>	<b>100,0</b>	<b>37.659</b>	<b>100,0</b>	<b>594</b>	<b>1.896</b>	<b>3.766</b>
<b>Planaltina de Goiás</b>									
Imigrantes de	319	53,5	2.897	76,2	6.735	82,4	32	290	674
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>596</b>	<b>100,</b>	<b>3.800</b>	<b>100,0</b>	<b>8.176</b>	<b>100,0</b>	<b>60</b>	<b>380</b>	<b>818</b>
<b>Sto. Antônio do</b>									
Imigrantes de	-	-	3.393	-	17.954	-	-	339	1.795
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.528</b>	<b>-</b>	<b>20.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>453</b>	<b>2.053</b>
<b>Total Entorno Imediato</b>									
Imigrantes de	4.545	69,5	20.813	76,3	55.556	83,7	455	2.081	5.556
<b>TOTAL de Nordestinos</b>	<b>6.540</b>	<b>100,</b>	<b>27.284</b>	<b>100,0</b>	<b>66.366</b>	<b>100,0</b>	<b>654</b>	<b>2.728</b>	<b>6.637</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp.

\* Desconsiderados os desmembramentos de 1997.

Entre 1981 e 1991, manteve-se a tendência de elevação dos volumes de migrantes para municípios que integram a RIDE, tanto os vindos do DF quanto os nordestinos. Em praticamente todos os demais fluxos houve redução, principalmente para aqueles originários dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O término do processo de transferência de funcionários do Rio de Janeiro para a nova capital certamente é responsável pelo decréscimo dos fluxos entre a região e o Rio de Janeiro.

Apesar de ser um período conhecido pelo arrefecimento das migrações internas no Brasil, o volume de migrantes que chegaram à região se manteve bem próximo ao do período anterior (562.704 e 588.897, de 1970 a 1980 e de 1981 a 1991, respectivamente).

No contexto regional, 121.684 migrantes deixaram o DF em direção aos municípios do entorno, apresentando elevação em relação ao período anterior, quando 48.977 pessoas passaram a residir no entorno.

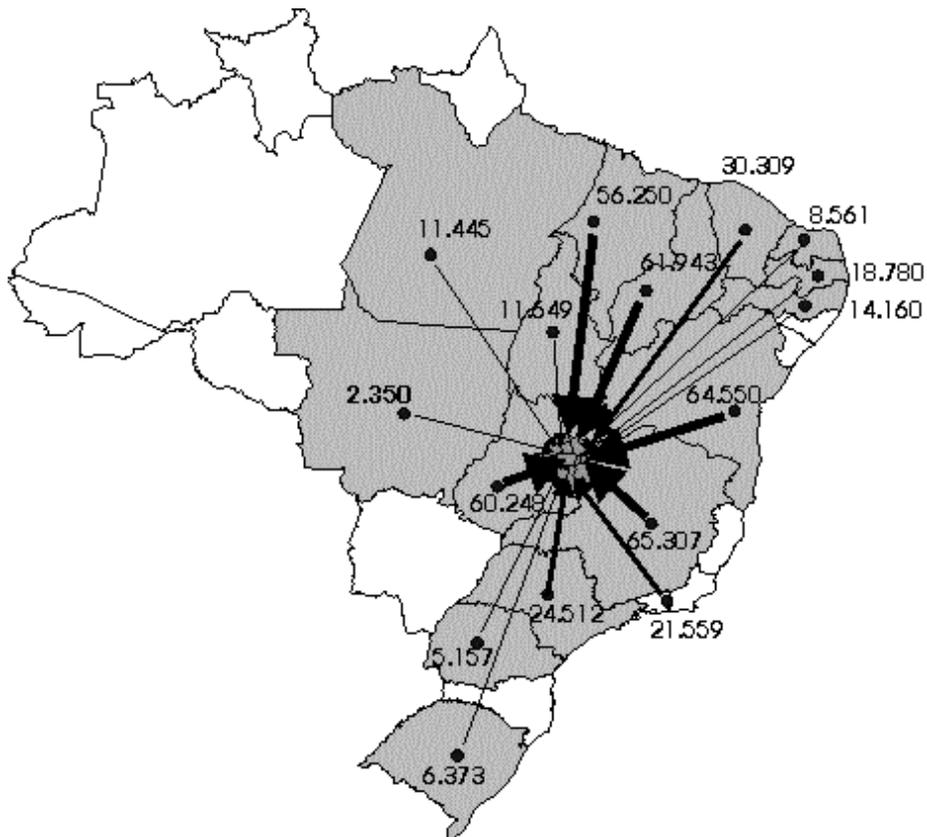
No período mais recente (1990-2000), não houve alterações significativas em relação ao anterior (1981-1991). Os volumes da migração recebida pela região elevaram-se de 588.897 para 644.287, sem no entanto alterar as tendências até então apresentadas. O fluxo de migrantes originado no DF continuou a crescer (136.720), representando 22,0% do total (Figura 1).

O volume de migrantes nordestinos também apresentou elevação, com a entrada de 258.234 pessoas, 40,0% do total. O entorno imediato passou a ser o destino de um contingente crescente de nordestinos, ainda que a participação dos que chegam no DF continue elevada, representando 53,6% dos migrantes.

Houve elevação da migração vinda da Região Norte para os três recortes espaciais, principalmente devido ao aumento do fluxo vindo do Pará.

Se agregados segundo os três recortes espaciais utilizados nesta tese (DF e Entorno Imediato e Entorno distante), a participação da migração do DF para o entorno imediato diminuiu, enquanto aquela em direção aos municípios que compõem o restante do entorno, registrou aumento (Gráfico 2).

**FIGURA 1 – Principais fluxos de imigração para a RIDE 1990-2000**

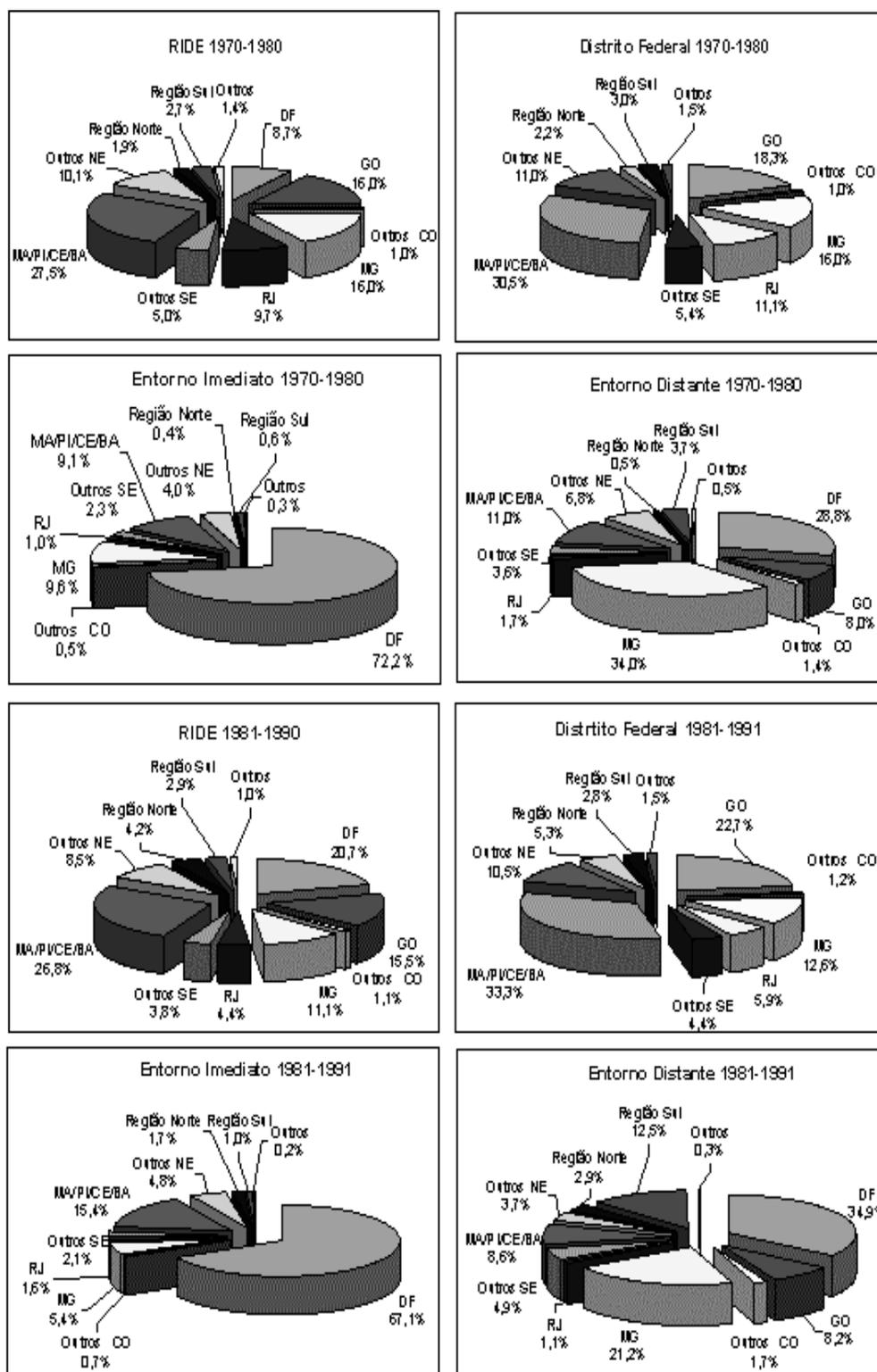


**Fonte:** IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

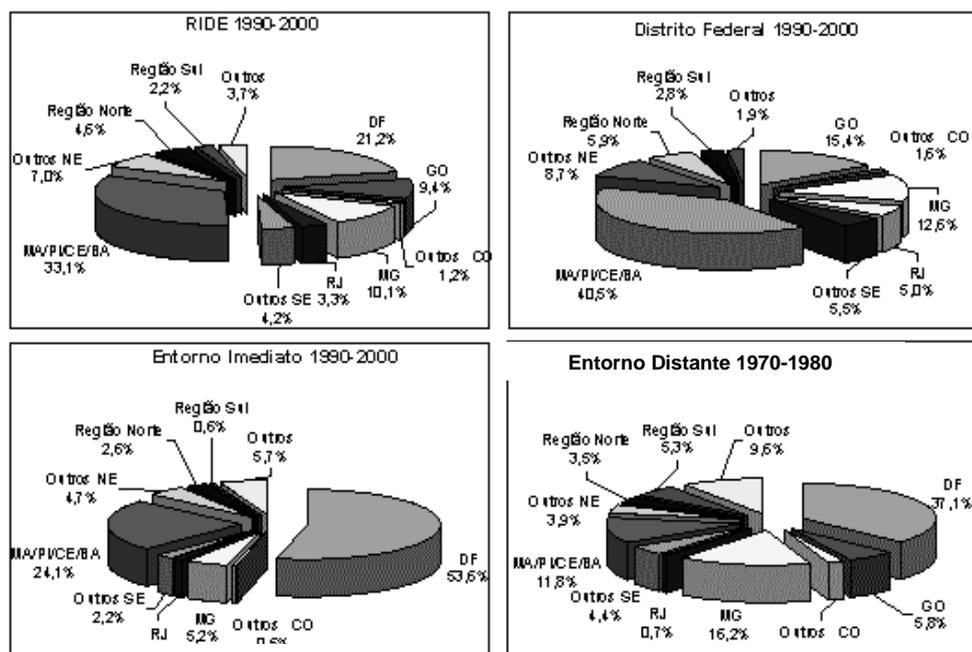
Quando a migração para o DF é desagregada por RAs, constata-se que mais de 50% do fluxo recebido pelas RAs de Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia e Recanto das Emas vem dos Estados nordestinos<sup>37</sup>. O volume de nordestinos também foi intenso em direção às RAs de Planaltina, Riacho Fundo, Santa Maria, Gama, Lago Norte, Sobradinho, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, representando mais de 40% do fluxo.

<sup>37</sup> O censo 2000 passou a divulgar os dados da amostra por subdistritos que, no caso do DF, correspondem às RAs. Assim, foi possível desagregar as informações sobre migração, para o período 1991-2000.

**GRÁFICO 2 – Participação da migração interestadual, segundo o local de origem e o local de destino na RIDE – 1970-2000**



## Continuação do Gráfico 2



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

É importante destacar que algumas RAs, como Paranoá, Riacho Fundo e Recanto das Emas, por exemplo, têm recebido população removida de áreas de invasão localizadas em localidades mais centrais (mais valorizadas) do DF. Como na migração para o DF tem sido constante a participação daqueles quatro estados nordestinos, não é difícil concluir que o contingente de migrantes nordestinos é predominante no conjunto da população que busca acesso à moradia através da invasão de terras. Assim, redes sociais de migração alimentam esses fluxos em direção ao DF, buscando abrigo na população instalada nessas RAs (Tabela 10).

Nas RAs mais centrais, como Brasília, Lago Norte, Lago Sul, Cruzeiro e Guará, a migração dos Estados do Sudeste é mais significativa, ainda que no Lago Norte e Lago Sul haja participações elevadas de migrantes nordestinos.

**TABELA 10 – Migração Interestadual no Distrito Federal por local de residência anterior – Regiões Administrativa 1990-2000**

UF	Regiões Administrativas	Região Anterior										Total
		GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Região Norte	Região Sul	Outros	
DF	Brasília	4.601	1.362	5.911	7.783	5.577	10.425	4.292	4.246	5.014	7.514	<b>56.725</b>
	Gama	3.386	330	2.410	511	880	8.112	1.592	883	191	3.626	<b>21.921</b>
	Taguatinga	7.614	530	6.633	1.321	2.203	16.248	3.435	3.020	925	7.967	<b>49.896</b>
	Brazilândia	2.200	134	1.118	143	189	2.593	1.004	429	28	2.257	<b>10.095</b>
	Sobradinho	4.622	502	3.074	1.030	1.173	10.307	2.427	1.681	535	5.022	<b>30.373</b>
	Planaltina	5.965	539	4.154	365	941	14.258	2.530	1.017	467	6.003	<b>36.239</b>
	Paranoá	1.053	56	2.360	242	188	4.889	1.044	254	160	1.088	<b>11.334</b>
	Riacho Fundo	1.303	92	730	170	67	3.040	613	494	78	1.351	<b>7.938</b>
	Núcleo Bandeirante	1.041	250	1.136	357	437	2.726	765	404	292	1.239	<b>8.647</b>
	Ceilândia	7.694	520	4.689	1.016	2.300	26.177	6.027	2.900	382	7.824	<b>59.529</b>
	Guará	3.244	217	2.702	1.901	1.444	8.904	1.112	1.643	625	3.498	<b>25.290</b>
	Cruzeiro	2.316	487	2.234	1.819	1.498	2.555	1.212	687	852	2.525	<b>16.185</b>
	Samambaia	3.749	247	2.461	517	795	12.553	2.212	1.210	208	3.801	<b>27.753</b>
	Candangolândia	338	15	453	68	92	921	211	152	37	347	<b>2.634</b>
	Recanto das Emas	3.005	257	1.607	209	415	9.702	1.374	1.273	51	3.044	<b>20.937</b>
	Lago Norte	617	65	609	267	509	2.510	329	234	461	803	<b>6.404</b>
	Lago Sul	0	25	741	474	524	1.070	376	230	156	1.212	<b>4.808</b>
	Santa Maria	2.550	192	1.132	655	737	6.454	1.619	877	84	2.614	<b>16.914</b>
	São Sebastião	2.384	101	3.454	238	803	9.919	827	858	177	2.414	<b>21.175</b>
	<b>TOTAL DF</b>	<b>57.682</b>	<b>5.921</b>	<b>47.608</b>	<b>19.086</b>	<b>20.772</b>	<b>153.363</b>	<b>33.001</b>	<b>22.492</b>	<b>10.723</b>	<b>64.149</b>	<b>434.797</b>

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

### 3.2 Migração intra-estadual<sup>38</sup>

As informações sobre a migração entre municípios da mesma UF serão utilizadas neste item visando a complementação da análise sobre a migração interestadual. No caso da RIDE, essa complementação se refere aos fluxos entre os municípios mineiros e goianos que a integram e os demais municípios da mesma UF.

A Tabela 11 apresenta os volumes dos fluxos de migrantes originários dos demais municípios da RIDE, de outros de Goiás (incluindo os fluxos entre municípios goianos) e de outros de Minas Gerais (incluindo os municípios mineiros), complementando os dados sobre a migração externa à região. Sua análise confirma as tendências apresentadas no estudo sobre a imigração interestadual, sendo que as participações dos fluxos vindos dos outros municípios mineiros e goianos e dos municípios que integram a RIDE (excluído o DF) apresentam ligeiras elevações.

**TABELA 11 – Migração intra-regional, por local de residência anterior Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000**

Residência Atual	Região Anterior											
	1975-1986				1986-1991				1995-2000			
	RIDE	Outros GO	Outros MG	TOTAL	RIDE	Outros de GO	Outros MG	TOTAL	RIDE	Outros GO	Outros MG	TOTAL
Brasília	19.623	51.259	43.318	<b>331.869</b>	15.167	19.211	23.628	<b>205.768</b>	13.413	24.746	23.102	<b>216.861</b>
Entorno												
Imediato	2.298	9.042	3.097	<b>56.274</b>	3.194	8.474	3.888	<b>84.978</b>	9.995	13.931	7.071	<b>171.826</b>
Entorno Distante	6.803	9.309	11.100	<b>35.033</b>	5.138	7.287	5.505	<b>30.227</b>	6.721	9.401	6.351	<b>39.173</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.724</b>	<b>69.610</b>	<b>57.515</b>	<b>423.176</b>	<b>23.499</b>	<b>34.972</b>	<b>33.021</b>	<b>320.973</b>	<b>30.129</b>	<b>48.078</b>	<b>36.524</b>	<b>427.860</b>

**Fonte:** IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Migrante: pessoas maiores de cinco anos com menos de cinco anos de residência no município e para o período 1995-2000 pessoas menores de 5 anos que residiam em outro município em 31/07/1995 (data fixa).

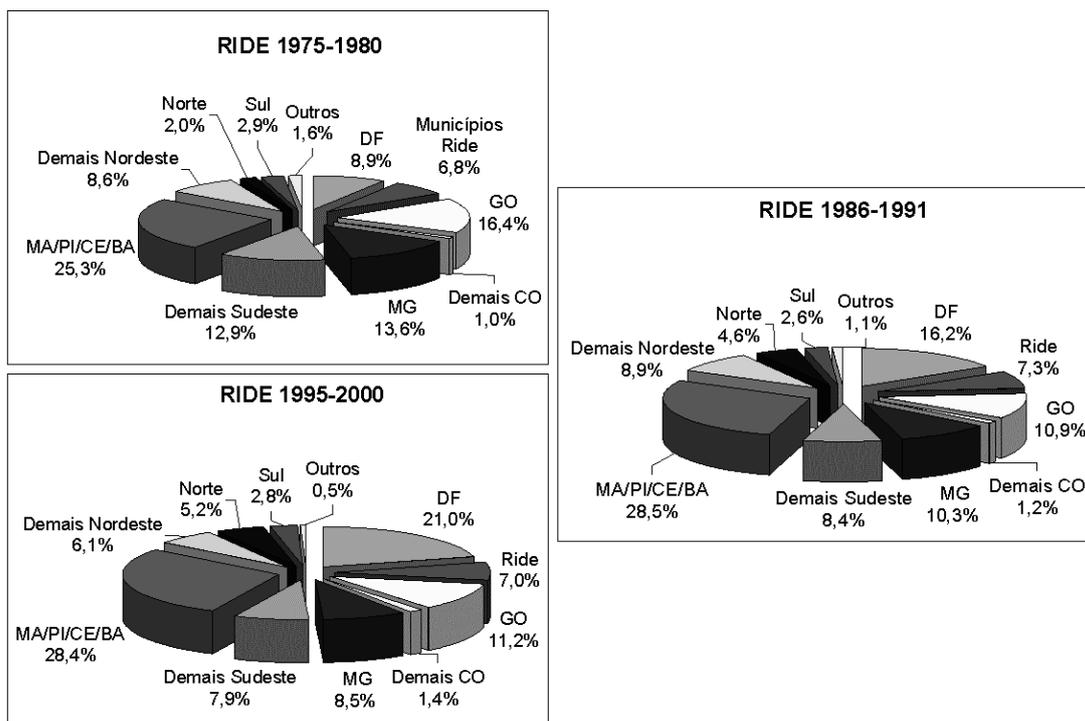
\*Município Emancipado após 1980.

\*\*Município Instalado em 1993.

\*\*\*Município Instalado em 1997.

<sup>38</sup> Migrantes intra-estaduais são pessoas maiores de cinco anos, com menos de cinco anos de residência no município no caso dos censos 1980 e 1991, e que residiam em município diferente do atual em 31/07/1995, no caso do censo 2000.

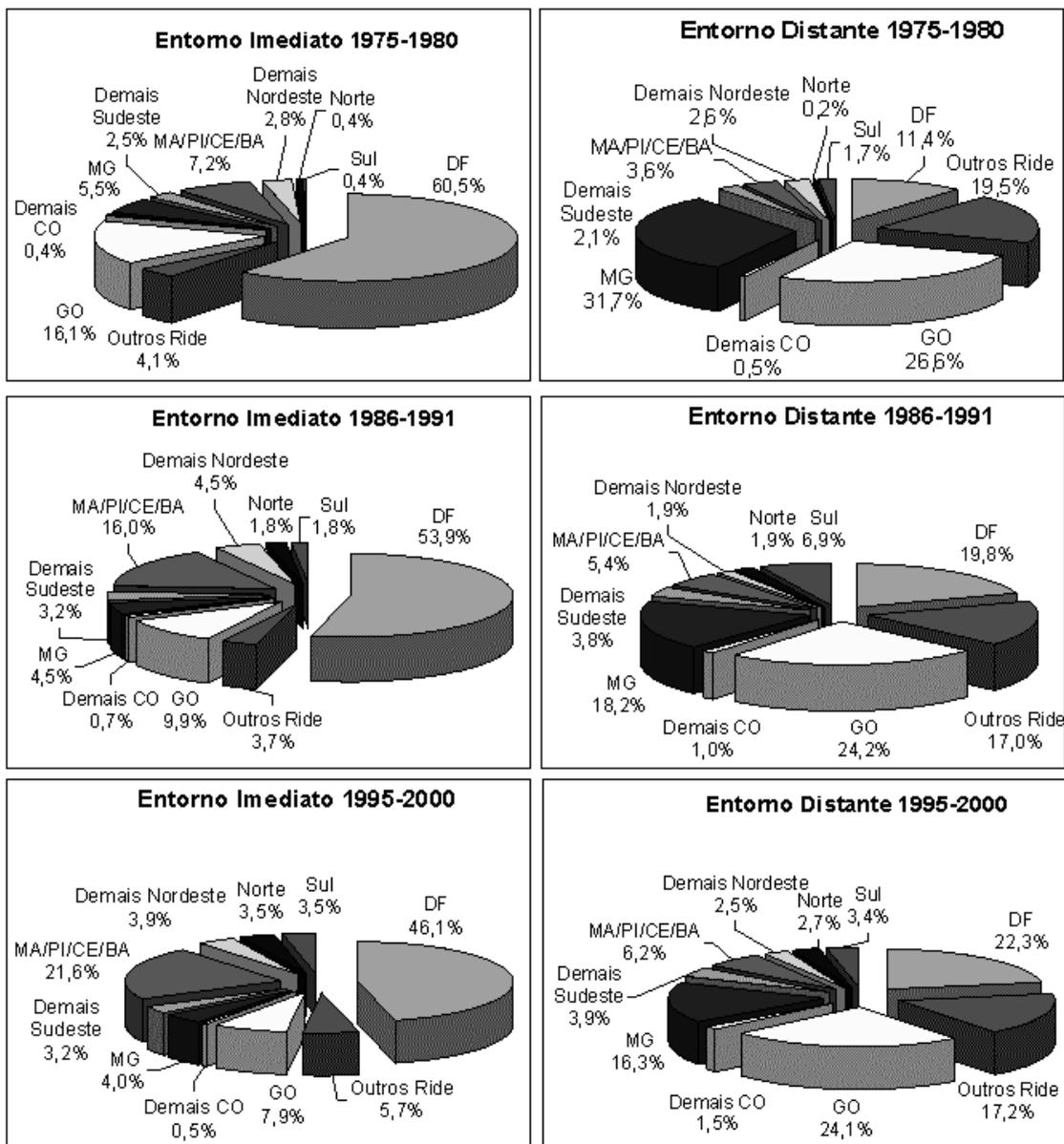
**GRÁFICO 5 – Participação da migração intra-estadual segundo o local de origem RIDE 1995-2000**



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

A identificação da direção desses fluxos de migração intra-estadual, segundo os recortes espaciais adotados, possibilita uma visão mais detalhada sobre a distribuição dos migrantes em direção ao entorno imediato e aos demais municípios do entorno. Os dados da migração interestadual não permitem identificar a participação da imigração de municípios goianos para entorno imediato, composto somente por municípios goianos, dando maior importância relativa à migração vinda do DF, que mantém, no entanto, a posição de fluxo numérico mais significativo (60,5% no período 1975-1980 e 46,1% entre 1995 e 2000, do total da imigração para esta área) (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6 – Participação da migração intra-estadual segundo o local de origem e destino – RIDE 1975-2000**



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

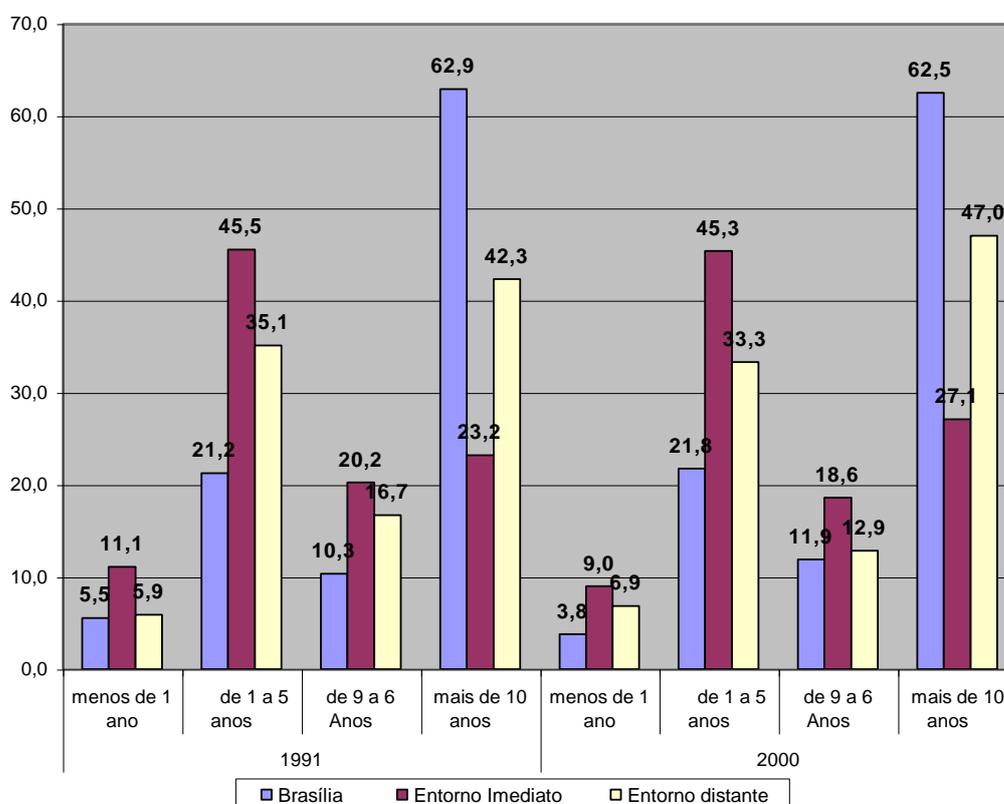
Manteve-se a tendência de elevação da migração de nordestinos, principalmente dos quatro principais estados fornecedores de população para a região. A participação do fluxo desses Estados em direção ao entorno imediato cresceu de 7,2% para 21,6%, entre 1975 e 2000.

No caso dos demais municípios do entorno, o aumento da participação dos municípios da RIDE e dos demais municípios de Minas Gerais e de Goiás gerou novas participações para a

migração interestadual, principalmente aquela vinda do DF, sem no entanto alterar a tendência de crescimento deste fluxo no total da migração.

Essa elevação da participação ocorreu principalmente, devido à redução da participação da migração vinda de Minas Gerais, que passou de 31%, no período 1975-1980, para 16,3 %, no período final. No entanto, o fluxo originário de outros municípios de Goiás manteve a participação em torno de 24% ao longo do período, o que demonstra que estes municípios mantêm trocas populacionais com municípios do estado que não integram a RIDE. Abadiânia (60,5%), Mimoso de Goiás (60,9%), Pirenópolis (64,0%) e Corumbá de Goiás (48,0%), municípios com economia baseada na agropecuária e não atingidos pelo processo de expansão urbana do DF, se destacam nesse processo. Os municípios mineiros de Buritis e Unaí também apresentaram, como fluxos de maior participação, aqueles de origem nos demais municípios da mesma UF (Gráfico 9).

**GRÁFICO 9** – Participação dos migrantes, segundo tempo de residência no município – RIDE 1991 e 2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Através da Tabela 12 é possível identificar a intensidade da migração mais recente, sendo que a maioria dos migrantes tem menos de nove anos de residência no município atual.

Os dados desagregados para os municípios que integram o entorno imediato indicam que no período analisado (1975-2000), os migrantes com menos de 5 anos de residência são maioria, representando cerca de 45% do total. A exceção é no Distrito Federal, onde os migrantes com mais de dez anos de residência são maioria (62%), o que influencia o total da região, devido à magnitude dos volumes relativos da migração vinda para o DF).

**TABELA 12 – Migrantes, por tempo de residência no Município Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000**

Em porcentagem

Residência Atual	Anos de Residência no Município/1991					Anos de Residência no Município/2000				
	Menos 1 Ano	De 1 a 5 Anos	De 6 a 9 Anos	Mais de 10 Anos	TOTAL	Menos 1 Ano	De 1 a 5 Anos	De 6 a 9 Anos	Mais de 10 Anos	TOTAL
Brasília	5,5	21,2	10,3	62,9	956.331	3,8	21,8	11,9	62,5	1.132.35
Entorno Imediato	11,1	45,5	20,2	23,2	202.122	9,0	45,3	18,6	27,1	416.966
Entorno Distante	5,9	35,1	16,7	42,3	103.382	6,9	33,3	12,9	47,0	129.041
<b>TOTAL</b>	<b>6,5</b>	<b>26,3</b>	<b>12,4</b>	<b>54,8</b>	<b>1.261.83</b>	<b>5,3</b>	<b>28,5</b>	<b>13,6</b>	<b>52,5</b>	<b>1.678.36</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Migrantes: pessoas que declararam ter residido em município diferente do município de residência na época do censo.

Os dados sobre a renda *per capita* familiar dos migrantes indicam que a maioria recebe até um salário mínimo, independentemente do tempo de residência. As participações dos migrantes com rendimentos mais altos são maiores para os que têm mais de dez anos de residência, o que pode indicar uma melhoria nas condições de renda em função da sua maior inserção produtiva, proporcionalmente ao maior tempo de residência na região<sup>39</sup> (Tabela 13).

No que se refere à inserção socioocupacional<sup>40</sup>, os números relativos às participações das diferentes categorias são influenciados pelo predomínio das participações dos migrantes

<sup>39</sup> Martine (1980) estudou diferentes conclusões sobre a análise de diferenciais socioeconômicos entre migrantes e não-migrantes em diversos trabalhos sobre a questão da adaptação dos migrantes no seu local de destino e levantou importantes questões sobre a identificação de melhorias nas condições de vida dos migrantes, associadas à elevação do tempo de residência. A questão da evasão dos mais fracos e sobrevivência dos mais fortes, enquanto variáveis que devem ser ponderadas na análise sobre as melhorias, certamente é de fundamental importância neste tipo de análise. No entanto, o próprio autor reconhece as dificuldades metodológicas que essas possibilidades de análise acarretam, e conclui que a relação entre tempo de residência e melhoria das condições socioeconômicas dos migrantes pode ser verificada independente da unidade de observação, ainda que os resultados devam ser ponderados em função da estrutura e dinâmica socioeconômica e demográfica da região de destino desses migrantes.

<sup>40</sup> A metodologia básica desenvolvida pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ – Fase), no âmbito da pesquisa “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Foi necessária, entretanto, uma adaptação para os objetivos deste estudo, principalmente em relação aos dados do censo 2000, em função das alterações

com mais de dez anos de residência no total. No entanto, no período mais recente, houve elevação na participação dos migrantes com tempo de residência entre 1 e 5 anos, na categoria intelectual, formada por empregados de nível superior do setor público e privado e autônomos de nível superior. Apesar dessa categoria ter apresentado participações menores, em 2000, para o total da população regional, as maiores participações entre os migrantes recentes podem indicar melhoria na qualificação, provavelmente relacionada ao seu lugar de origem, como mostraram os dados sobre inserção socioocupacional dos migrantes e residência anterior.

---

na categorização das ocupações e setores de atividades introduzidas na pesquisa. As categorias socioocupacionais foram definidas através da combinação de variáveis sobre trabalho e rendimentos extraídas dos censos de 1991 e 2000, tais como ocupação principal, posição na ocupação, porte da empresa, rendimentos da ocupação e setor de atividade no qual a ocupação é exercida. Foram definidas vinte e cinco categorias agrupadas em oito grandes grupos: categoria dirigente (empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais liberais da medicina, engenharia, arquitetura, odontologia e advocacia); categoria intelectual (profissionais autônomos e empregados de nível superior); categoria empregadores urbanos (pequenos empregadores em atividades urbanas – com até dez empregados e comerciantes por conta-própria); categoria média (trabalhadores não-manuais separados em trabalhadores em atividades de rotina e trabalhadores em atividades de supervisão do setor público e privado, técnicos e artistas, trabalhadores da saúde e educação e trabalhadores da justiça, segurança e correios); trabalhadores manuais do secundário (indústria tradicional, indústria moderna, serviços auxiliares, artesanato e da construção civil); trabalhadores manuais do terciário (comércio e serviços especializados e não-especializados); trabalhadores manuais sem qualificação (trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros) e trabalhadores agrícolas (todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor).

**TABELA 13** – Chefes migrantes segundo tempo de residência e renda *per capita* familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Renda Per Capita Familiar	Anos de Residência no Município – 1991				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 5 Anos	De 6 a 9 Anos	10 Anos e Mais	TOTAL
Sem Rendimento	5.3	3.3	3.0	1.8	<b>11.069</b>
Até 1 SM	55.0	55.4	54.4	44.4	<b>226.795</b>
De 1 a 3 SM	25.7	25.8	25.9	30.2	<b>136.596</b>
De 3 a 5 SM	5.5	7.0	7.5	10.3	<b>43.764</b>
5 a 10 SM	5.4	5.1	5.6	8.4	<b>35.380</b>
Mais de 10 SM	3.0	3.3	3,6	4.9	<b>20.821</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.960</b>	<b>84</b>	<b>48.771</b>	<b>324.193</b>	<b>474.425</b>

Renda Per Capita Familiar	Anos de Residência no Município –2000				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 5 Anos	De 6 a 9 Anos	10 Anos e Mais	TOTAL
Sem Rendimento	6.3	4.8	4.2	2.7	<b>23.485</b>
De 1 SM	48.0	48.2	53.5	38.3	<b>291.439</b>
De 1 a 3 SM	26.7	27.7	27.3	30.6	<b>203.110</b>
De 5 a 10 SM	7.0	6.8	5.9	10.2	<b>61.151</b>
De 5 a 10 SM	6.0	6.8	4.6	10.2	<b>60.238</b>
Mais de 10 SM	6.0	5.7	4.4	8.1	<b>48.826</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21.497</b>	<b>139.078</b>	<b>79.408</b>	<b>448.265</b>	<b>688.248</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Em síntese, a análise sobre a migração inter-regional demonstrou que a migração na RIDE tem se caracterizado por dois movimentos predominantes: a atração exercida pelo DF e o processo de redistribuição populacional na RIDE. Apesar de manter as características de área de atração de imigrantes, o DF passa gradativamente, a partir da década de 1980, a um intenso processo de redistribuição de população em direção aos municípios da RIDE, principalmente os localizados na periferia sudoeste, que passam a se caracterizar como receptores de população migrante.

Duas hipóteses parecem se confirmar a partir da análise sobre a intensidade e a direção dos fluxos inter-regional. São elas: a hipótese da migração por etapas, com transferência de imigrantes vindos para o DF e redirecionados para o entorno imediato, em função, principalmente, da forte atuação do Estado restringindo o acesso da população menos favorecida economicamente à ocupação nas áreas da sede regional; e a da existência de redes sociais de imigração atuando na região, principalmente em relação ao fluxo de migrantes nordestinos, mas também aos originários dos outros quatro principais estados fornecedores,

devido ao aumento da participação desses fluxos em direção aos municípios que recebem população vinda do DF.

Até aqui a migração foi apresentada sobre o aspecto quantitativo, como forma de inferir sua intensidade e principais direções. No próximo item serão analisadas algumas características desses migrantes interestaduais, segundo o local de origem, como forma de avaliar o perfil desta migração, pressupondo-se que existam diferenças qualitativas entre eles, segundo suas condições de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à renda.

### **Algumas características da migração segundo a residência anterior**

A migração de nordestinos para outras regiões do país tem sido bastante estudada. No entanto, os dados sobre naturalidade e local de residência anterior dos imigrantes que chegam à RIDE possibilitam uma visão mais ampla do fenômeno da remigração da população originária dos Estados nordestinos, indicando, principalmente, a não absorção de parte desse contingente de imigrantes pelo DF (Tabela 14).

No período 1986-1991, o fluxo de migrantes vindo do DF para a região era composto de 51,8% de naturais dos Estados do Nordeste, dos quais 38,1% nascidos no Maranhão, Piauí, Ceará ou Bahia. No período mais recente (1995-2000), a população natural desses Estados representou 49,8% do fluxo de migrantes do DF em direção a outros municípios da RIDE.

A transferência de população do DF para os municípios do entorno imediato também tem como principal característica a remigração, principalmente de nordestinos.

A migração tem papel preponderante na formação da periferia, uma vez que é responsável por grande parte do incremento populacional do DF (principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando ocorre a intensificação do processo de periferização), o que potencializa o processo de redistribuição para os municípios do entorno imediato.

A seguir serão apresentadas algumas características sociodemográficas dos chefes de família<sup>41</sup> migrantes, segundo o local de residência anterior, como forma de inferir o papel da migração na estrutura socioespacial da região.

---

<sup>41</sup> A variável utilizada para a classificação dos chefes foi “condição na família” (Censo 91) e “relação com o responsável pela família” (Censo 2000). O censo demográfico do IBGE 1991, assim como os anteriores, classificou como chefe de família a pessoa responsável pela família. No censo 2000, a classificação se refere à pessoa responsável pela família, o que pode acarretar alteração na informação em função da mudança na definição conceitual da chefia familiar. Apesar de reconhecer que a comparabilidade não pode ser perfeita, será utilizada a nomenclatura chefe de família para os dois períodos (1986-1991 e 1995-2000), por acreditar que essa opção metodológica atende aos objetivos dessa pesquisa.

**TABELA 14 – Chefes migrantes, por local de nascimento segundo residência anterior – RIDE – 1991-2000**

Em porcentagem

Residência Anterior	Naturalidade do Chefe										Total (n. Abs.)
	DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Região Norte	Outros	
<b>1991</b>											
DF	9,9	9,2	0,5	18,4	3,9	2,5	38,1	13,8	1,9	1,7	19.138
Ride	0,2	37,5	0,0	38,4	1,2	0,9	15,0	5,9	0,3	0,6	7.033
GO	2,1	57,0	0,6	16,2	1,2	1,7	14,3	5,1	1,1	0,5	11.444
Demais CO	1,1	11,1	29,5	14,3	6,2	7,1	25,0	2,1	3,0	0,8	1.316
MG	0,1	2,1	0,0	38,0	0,7	0,0	5,6	1,1	0,2	0,3	10.264
Demais Sudeste	0,4	2,1	0,7	8,9	31,0	23,1	16,3	13,4	1,7	2,1	9.747
MA/PI/CE/BA	0,0	0,4	0,0	0,6	0,2	0,6	95,8	2,2	0,1	0,1	24.621
Demais Nordeste	0,2	0,1	0,0	1,0	1,8	1,2	4,7	90,1	1,0	0,1	8.426
Norte	0,6	12,6	0,4	7,9	5,0	3,7	27,1	8,6	33,9	0,0	3.736
Sul	0,0	0,6	0,5	2,6	4,5	4,6	80,1	5,0	0,6	1,5	3.255
Outros	0,9	2,5	0,0	10,7	15,9	7,3	14,0	3,6	0,6	44,5	1.500
<b>TOTAL RIDE</b>	<b>2,3</b>	<b>12,0</b>	<b>0,7</b>	<b>19,0</b>	<b>4,9</b>	<b>3,7</b>	<b>40,0</b>	<b>23,7</b>	<b>2,1</b>	<b>1,4</b>	<b>100.683</b>
<b>2000</b>											
DF	17,0	0,2	0,3	13,6	2,0	2,0	49,8	12,5	2,4	0,0	28.089
Ride	6,6	15,0	0,2	32,6	2,0	3,3	29,3	8,9	1,5	0,0	7.360
GO	3,9	42,4	0,0	14,8	1,0	3,5	23,0	7,3	2,7	0,0	10.934
Demais CO	0,8	5,9	26,1	13,2	3,9	9,0	28,5	6,8	5,0	0,0	1.904
MG	1,4	3,4	0,0	77,6	2,1	3,8	7,1	3,0	0,9	0,0	9.234
Demais Sudeste	0,8	3,0	0,6	8,8	26,0	23,0	23,4	11,4	1,4	0,1	11.799
MA/PI/CE/BA	0,2	0,4	0,1	0,8	0,6	0,5	94,0	2,5	0,7	0,0	29.019
Demais Nordeste	0,5	0,1	0,3	1,0	2,6	1,3	11,1	82,0	0,8	0,0	7.302
Norte	2,0	9,1	0,3	5,7	2,1	2,2	30,5	5,9	42,1	0,0	5.676
Sul	0,3	2,5	0,0	3,4	5,7	8,1	74,2	3,9	1,9	0,0	3.931
Outros	1,7	8,8	0,0	8,6	0,0	1,9	57,9	21,2	0,0	0,0	534
<b>TOTAL RIDE</b>	<b>5,3</b>	<b>6,4</b>	<b>0,6</b>	<b>14,7</b>	<b>4,2</b>	<b>4,4</b>	<b>48,1</b>	<b>12,1</b>	<b>3,6</b>	<b>0,0</b>	<b>115.782</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Migrantes: pessoas não naturais (do município de residência/censo 91 e da UF de residência no Censo/2000), maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986 (Censo 91) e em 1995 (Censo 2000).

No que se refere à idade, os migrantes originários do Nordeste são mais jovens, apresentando as maiores participações entre os imigrantes nos grupos etários iniciais.

De modo geral, independentemente do local de residência anterior, os migrantes mais jovens (até 34 anos) são maioria na região. A participação deste grupo etário variou entre 44,4% e 71,3%, no período 1986-1991, e de 35,4% a 66,9%, entre 1995 e 2000.

Apesar da pequena diferença entre os percentuais para os dois períodos, os migrantes vindos do Nordeste apresentaram as maiores participações dos grupos mais jovens. No período 1986-1991, 71,3% deles tinham menos de 34 anos e, no período seguinte, 66,2% estavam nessa faixa etária.

Os vindos do Rio de Janeiro são os que apresentaram as menores participações. No período mais recente, 48,0% dos imigrantes provenientes daquele estado tinham entre 35 e 49 anos.

A análise dos dados sobre a escolaridade dos migrantes, segundo a região de origem, revela que os nordestinos e os que migraram internamente na RIDE foram os que apresentaram os menores níveis educacionais, com maiores participações entre os que chegaram à região sem instrução. Ainda que estes sejam mais novos, a estrutura etária certamente não pode ser responsável pela diferença nos níveis educacionais, uma vez que as informações referem-se a chefes de família, com idades superiores a 14 anos.

Os migrantes vindos do Rio de Janeiro apresentaram, ao longo do período 1975-2000 as maiores participações nos níveis educacionais mais elevados, com 74,0% com mais de 17 anos de estudo, o que corresponde ao ensino de nível superior, corroborando a hipótese de maior qualificação desses migrantes.

Os dados sobre a renda *per capita* familiar<sup>42</sup> sugerem relação com as informações sobre educação, indicando níveis mais elevados para os imigrantes que vem dos estados do Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro, da Região Sul e dos que vem dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A maioria dos migrantes, com exceção dos fluxos citados no parágrafo anterior, tinha renda *per capita* familiar até um salário mínimo. Quando analisado o período 1975-2000, observa-se redução nos níveis da renda dos migrantes no período mais recente (1995-2000).

A participação dos migrantes sem rendimentos aumentou para todos os fluxos, independentemente da região de origem, enquanto os dados sobre educação indicam melhoria nos níveis de escolaridade dos migrantes, com maiores participações dos que possuíam mais anos de estudos, ainda que esta melhoria tenha sido uma tendência generalizada no cenário nacional.

A inserção socioocupacional dos migrantes segundo o local de residência anterior, será utilizada como forma de inferir a posição na hierarquia socioprofissional dos migrantes nos períodos mais recentes.

Os migrantes pertencentes às categorias de posição mais elevada, compostas por dirigentes, intelectuais e empregadores urbanos, categoria média, formada por trabalhadores não manuais, bem como os trabalhadores manuais do setor secundário tiveram redução em suas participações na estrutura socioocupacional regional. Destaque deve ser dado aos integrantes da categoria média, que apresentaram decréscimo de participação para todos os fluxos.

---

<sup>42</sup> Os dados se referem aos rendimentos da família divididos pelo número de moradores do domicílio, sendo os resultados deflacionados, correspondendo nos dois períodos ao salário mínimo de 2002.

A categoria dos trabalhadores manuais do terciário elevou sua participação para todos os migrantes, independentemente da região de origem, fato relacionado às especificidades da base econômica regional, com predominância do setor terciário na economia.

É importante destacar que a inserção ocupacional só pode ser analisada para a população que declarou estar ocupada na data dos censos, não sendo computada, portanto, a população que se declara desempregada. A porcentagem de chefes que se declararam ocupados diminuiu de 83,5%, em 1991, para 70,3%, em 2000, o que faz com que os dados para o último período sejam menos representativos do total da população<sup>43</sup>.

A migração interestadual no período mais recente apresentou elevação da participação da categoria de trabalhadores manuais sem qualificação, composta por empregados domésticos, ambulantes e biscateiros, indicando menor qualificação e posição social inferior para a população migrante, principalmente nos fluxos originados no Nordeste, ainda que a tendência tenha sido observada para praticamente todos os fluxos. No entanto, é preciso lembrar que a redução na formalização das relações de trabalho e o crescimento do setor informal, no Brasil, principalmente nas grandes e médias cidades nacionais, não são tendências exclusivas da população migrante, atingindo a população urbana independentemente da sua condição migratória.

A migração de longa distância é, na maioria, composta por pessoas vindas do Nordeste, tradicionalmente reconhecido pelas difíceis condições de vida e reduzida capacidade de fixação de população, em função das condições climáticas, da miséria e das desigualdades regionais<sup>44</sup>. Esse fluxo predominante, que se dirige com maior intensidade para o DF e que vem aumentando sua participação na migração para os municípios do entorno metropolitano, é composto por segmentos populacionais formados, na sua maioria, por pessoas mais jovens, com menores níveis de instrução, e portanto, com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e com menores possibilidades de auferir níveis mais elevados de renda. Os migrantes naturais de Estados nordestinos são maioria, inclusive nos fluxos que declararam residência anterior nos Estados das Regiões Sul e Norte, o que demonstra a capacidade de remigração dessas pessoas, em busca de melhores condições de vida.

---

<sup>43</sup> Mais uma vez é preciso alertar para a não comparabilidade total das informações sobre ocupação nos dois censos relacionadas aos diferenciais na data de referência da variável.

<sup>44</sup> Segundo Camarano (1998): “A região Nordeste apresenta o maior percentual de família pobres do país e de população rural, as maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fecundidade, a menor esperança de vida ao nascer e o menor grau de urbanização. Além disto, desde os anos quarenta tem se constituído num centro expulsor de população para o restante do país” (p. 189).

A RIDE tem apresentando características de área de atração populacional, sendo o DF o principal ponto de chegada e de redistribuição de migrantes, tornando-se uma área de grande circulação de população que busca melhores condições de vida.

Apesar de a oferta de empregos não ter acompanhado o crescimento populacional e os números sobre o desemprego serem um desestímulo à migração, não se pode esquecer que Brasília oferece inúmeras possibilidades de se auferir renda no mercado de trabalho informal, devido à concentração de população de alta renda, que demanda bens e serviços.

### **3.3 A migração intra-regional<sup>45</sup>**

Apesar de se acreditar nas relações dialéticas entre estruturação intra-urbana e dinâmica migratória, neste item será analisada a mobilidade intra-regional como resposta ao processo de estruturação intra-urbana, pois a disponibilidade de dados não permite incursões sobre a questão da reciprocidade, entre causas e consequências dos dois processos. Assim, a análise dos deslocamentos intra-regionais buscará explicar o processo a partir da consideração de que a organização funcional entre os elementos que compõem a estrutura urbana (centro principal, subcentros e conjunto de bairros residenciais), e as relações estabelecidas entre eles são fatores condicionantes dessa mobilidade.

No caso da RIDE, a hipótese é de que a mobilidade intra-urbana tem como principal elemento definidor da intensidade e direção dos fluxos a busca por moradias dos segmentos populacionais que ocupam posições menos privilegiadas na estrutura social, em áreas onde existe menor pressão para ocupação por parte dos segmentos de rendas mais elevadas, que conseguem se apropriar das localizações urbanas otimizadas, com acessibilidade ao centro e atividades socioeconômicas privilegiadas.

Os instrumentos utilizados para viabilizar a apropriação diferenciada das acessibilidades e garantirem a segregação socioespacial da população, como elemento que viabiliza a dominação através do espaço pelos segmentos populacionais de maior poder político e econômico, são fruto principalmente da atuação do Estado. Este utiliza tanto os mecanismos de controle do uso e ocupação do solo, sobre a prerrogativa da preservação do meio-ambiente, quanto, no caso do DF, a preservação do projeto arquitetônico e paisagístico do Plano Piloto, ambos associados à política habitacional que conduz à ocupação periférica.

Além da atuação estatal, o mercado imobiliário também tem papel fundamental na estruturação, principalmente no que se refere à ocupação da periferia externa ao quadrilátero,

---

<sup>45</sup> Nesse item foram consideradas migrantes intra-regionais as pessoas maiores de cinco anos e que declararam residência em municípios diferentes dos de residência à época da coleta dos censos, nas datas fixas investigadas nos censos de 1991 e de 2000, e que vieram de outros municípios da RIDE.

constituída por municípios goianos limítrofes, atuando nas lacunas deixadas pela ação estatal na oferta de moradias para a população de baixa renda.

Esses condicionantes da estruturação intra-urbana serão considerados parte de uma estrutura de pressões ou motivações atuando, tanto nos lugares de destino como nos de origem, levando a população a se deslocar no espaço intra-urbano e estabelecendo trocas entre municípios da região (CUNHA, 1994).

Os municípios que compõem a RIDE apresentam dinâmicas migratórias diferenciadas. A análise dos Índices de Eficácia Migratória<sup>46</sup> para a migração interestadual revela que alguns municípios são absorvedores líquidos de população, enquanto outros assumem características de áreas de evasão populacional, ainda que essas localidades apresentem tendência à reversão desse quadro.

Entre 1975 e 2000, o Distrito Federal se consolidou como área de rotatividade migratória, apresentando valores semelhantes nos volumes de imigração e emigração. Esse fato está relacionado à capacidade de atração da capital federal e ao processo de redistribuição desses imigrantes para os demais municípios da região. No final do período, a maioria dos municípios registrou índices que os caracterizam como áreas de forte absorção migratória – IEM entre 0,51 e 1,00 (Tabela 15).

No quinquênio 1975-1980, oito municípios da região apresentavam características de áreas de evasão populacional e apenas dois se destacavam como área de absorção migratória (Luziânia e Planaltina). Naquele período, esses dois municípios iniciaram processo de consolidação da periferia regional.

No período seguinte, entre 1986 e 1991, Planaltina e Luziânia mantiveram-se como áreas de forte absorção migratória, juntando-se a eles apenas os novos municípios desmembrados de Luziânia (Santo Antônio do Descoberto e Cidade Ocidental). Observa-se, também, que os demais deixaram de apresentar índices relacionados às áreas de expulsão migratória, com exceção de Buritis, Unai e Pirenópolis, embora em menor escala. Os dois últimos (Unai e Pirenópolis) deixaram de ser áreas de forte evasão para serem áreas de baixa evasão migratória.

---

<sup>46</sup> Índice calculado a partir do quociente entre migração líquida e migração bruta, sendo que os valores positivos próximos a 1 indicam áreas de atração de população e os valores negativos próximos a -1 indicam áreas de evasão de população. Valores próximos a zero indicam área de grande circulação de população (imigração próxima a emigração). Na análise desse índice será utilizada a tipologia estabelecida por Baeninger (1999), sendo os diferentes espaços regionais classificados, segundo os IEM, em: área de forte evasão migratória (-1,00 a -0,51); área de média evasão migratória (-0,50 a -0,30); área de baixa evasão migratória (-0,29 a -0,01); área de rotatividade migratória (0,00 a 0,09); área de baixa absorção migratória (0,10 a 0,29); área de média absorção migratória (0,30 a 0,50) e área de forte absorção migratória (0,51 a 1,00).

Essa tendência se confirma no período entre 1995-2000, quando onze municípios passaram a ser caracterizados como áreas de forte absorção migratória, ainda que os fluxos fossem numericamente pouco significativos. Os que integram o Entorno Imediato apresentaram valores mais elevados do IEM, acima de 0,70. Águas Lindas de Goiás teve a mais elevada taxa média anual de crescimento no período (14,5%) e registrou índice bastante próximo a 1,00 (0,99), o que demonstra o peso da migração. Apenas Pirenópolis, Buritis e Unai apresentaram características de áreas de baixa evasão migratória. No entanto, alguns dos municípios não diretamente envolvidos no processo de expansão da mancha urbana do DF (Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo, que têm a agropecuária como base econômica) tiveram IEM característicos de áreas de forte absorção migratória, com elevados fluxos migratórios.

Em síntese, os fluxos numericamente mais significativos indicam que o DF é área de rotatividade migratória, recebendo e expulsando população com volumes cada vez mais semelhantes. Entre 1975 e 1980, os municípios que compõem o entorno imediato (Luziânia e Planaltina) foram os únicos que apresentaram características compatíveis com a absorção de imigração. Nos períodos subsequentes, os novos municípios desmembrados de Luziânia passaram a integrar esse conjunto.

**TABELA 15 – Imigração e Emigração por Municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000**

UF	Município	1975 – 1980				1986 – 1991				1995 – 2000			
		Imigração	Emigração	Migr. Líquida	IEM	Imigração	Emigração	Migr. Líquida	IEM	Imigração	Emigração	Migr. Líquida	IEM
<b>DF</b>		331.869	127.632	204.237	0,44	205.768	144.429	61.339	0,18	216.861	187.570	29.291	0,07
<b>GO</b>	Abadiânia	1.092	1.652	-560	-0,20	1.483	855	628	0,27	1.322	953	369	0,16
	Água Fria de Goiás*					599	193	406	0,5	955	217	738	0,63
	Águas L. de Goiás***									55.896	303	55.593	0,99
	Alexânia	2.345	2.604	-259	-0,05	2.264	1.812	452	0,11	2.289	1.839	450	0,11
	Cabeceiras	1.231	776	455	0,23	1.041	984	57	0,03	866	971	-105	-0,06
	Cidade Ocidental**									11.356	2.260	9.096	0,67
	Cocalzinho de Goiás**									2.099	1.173	926	0,28
	Corumbá de Goiás	2.662	4.044	-1.382	-0,21	1.861	2.187	-326	-0,08	674	435	239	0,22
	Cristalina	3.314	2.276	1.038	0,19	4.336	3.384	952	0,12	5.782	2.482	3.300	0,40
Formosa	6.796	7.839	-1.043	-0,07	7.843	6.968	875	0,06	8.728	6.640	2.088	0,14	
<b>GO</b>	Luziânia	47.460	6.379	41.081	0,76	59.761	6.370	53.391	0,81	30.707	7.991	22.716	0,59
	Mimoso de Goiás*					266	039	227	0,74	294	203	91	0,18
	NovoGama***									18.286	2.791	15.495	0,74
	Pe Bernardo	3.553	2.574	979	0,16	2.323	2.415	-92	-0,02	4.093	1.577	2.516	0,44
	Pirenópolis	2.280	6.960	-4.680	-0,51	1.179	3.231	-2.052	-0,47	1.315	2.712	-1.397	-0,35
	Planaltina de Goiás	8.814	1.248	7.566	0,75	12.706	2.905	9.801	0,63	15.238	5.663	9.575	0,46
	Sto. Antº do Descoberto					12.511	1.495	11.016	0,79	11.009	2.843	8.166	0,59
	Valparaíso de Vila Boa**									29.334	2.118	27.216	0,87
<b>MG</b>	Buritiz	3.661	2.032	1.629	0,29	2.005	2.539	-534	-0,12	2.464	3.180	-716	-0,13
	Cabeceira			0						1.077	393	684	0,47
	Unaí	8.099	15.915	-7.816	-0,33	5.027	9.657	311.31	0,94	6.459	7.711	-1.252	-0,09
<b>RIDE</b>		<b>423.176</b>	<b>181.931</b>	<b>241.245</b>	<b>0,40</b>	<b>320.973</b>	<b>189.463</b>	<b>131.51</b>	<b>0,26</b>	<b>427.860</b>	<b>243.901</b>	<b>183.95</b>	<b>0,27</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

\*Município emancipado após 1980.

\*\*Município Instalado em 1993.

\*\*\*Município Instalado em 1997.

Como já foi demonstrado anteriormente, a migração vinda de outras Unidades da Federação tem assumido papel importante na migração regional. No início do processo de ocupação do DF, foi o grande motor do crescimento populacional, e apesar do arrefecimento na década de 80 e da estabilização nos anos 90, continua a impactar o crescimento demográfico regional. A não absorção de grande parte desse contingente faz com que a migração intra-regional originada no DF ganhe importância relativa no total dos migrantes que chegam à região, com expansão da periferia regional. A participação dos migrantes internos à região ampliou-se, passando de 15,7% para 28,0% do total, ao longo do período 1975-2000.

Essa elevação ocorre não só pelo aumento de volume de migrantes intra-regionais – que passaram de 66.584 para 119.769, no período 1975-2000 –, mas também pela redução da chegada de migrantes vindos dos demais municípios de Goiás e MG. Com será detalhado mais adiante, o aumento da participação da emigração do DF em direção aos municípios da RIDE, inclusive os que não integram o entorno imediato, reduziu as participações das migrações entre municípios vizinhos que até então predominava naqueles não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana, indicando a intensificação das relações entre o DF e o entorno distante.

As participações das migrações segundo os locais de origem e destino dos migrantes se alteram ao longo do período 1975-2000. Os dados desagregados para os três recortes espaciais demonstram que o aumento da participação da migração intra-regional pode ser atribuído à sua elevação para os municípios do entorno que não integram o entorno imediato.

No caso do entorno imediato, a migração interestadual ganha maiores proporções em função da migração direta de nordestinos, enquanto a participação da migração vinda da região arrefece um pouco, embora os volumes de emigrantes provenientes do DF continuem aumentando, como demonstram os dados sobre migração entre as localidades que integram a RIDE (Tabela 16).

**TABELA 16** Migração intra-regional, por local de residência anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000

Município de Residência Atual	Local de Residência Anterior											
	1975-1980				1986-1991				1995-2000			
	DF	EDI	EI	TOTAL	DF	EDI	EI	TOTAL	DF	ED	EI	TOTAL
DF	0	15.504	4.119	<b>19.623</b>	0	9.819	5.348	<b>15.167</b>	0	7.263	6.150	<b>13.413</b>
Entorno Distante	3.994	5.962	841	<b>10.797</b>	5.962	4.100	1.038	<b>11.100</b>	8.698	4.610	2.111	<b>15.419</b>
Entorno Imediato	33.866	2.210	154	<b>36.230</b>	46.162	2.303	891	<b>49.356</b>	80.942	3.188	6.807	<b>90.937</b>
<b>TOTAL RIDE</b>	<b>37.860</b>	<b>8.503</b>	<b>5.114</b>	<b>66.650</b>	<b>52.124</b>	<b>16.222</b>	<b>7.277</b>	<b>75.623</b>	<b>89.640</b>	<b>15.061</b>	<b>15.068</b>	<b>119.769</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais pela autora.

ED: Entorno Distante EI: Entorno Imediato e DF: Distrito Federal.

Migrante: pessoas maiores de 5 anos, com menos de cinco anos de residência (1975-1980 e 1986-1991) e residência em 31/07 1995 em município diferente do de residência na época do censo (1995-2000), e que vieram de municípios da RIDE.

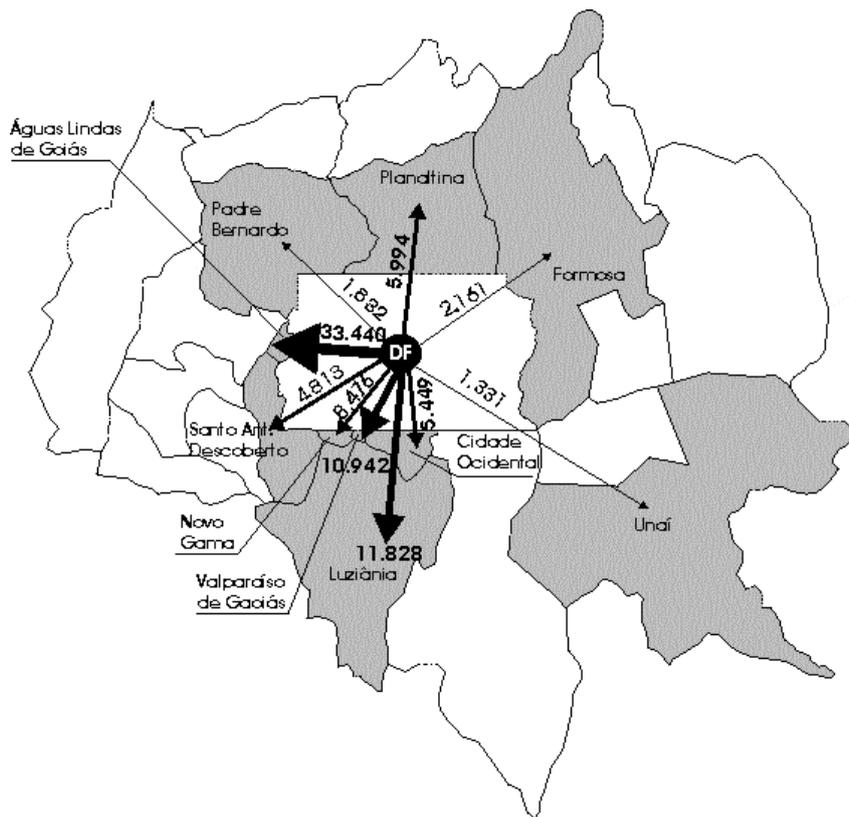
Como já foi dito, o fluxo de migração intra-regional mais significativo se dá pelos que deixam o DF em direção ao entorno imediato. No período 1975-1980, 33.866 pessoas saíram do DF para municípios que integram este recorte, principalmente para os localizados no sudoeste da RIDE (Sto. Antônio do Descoberto, Luziânia e seus desmembramentos: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás). Nos períodos seguintes, os volumes desse fluxo se elevaram para 46.162 (1986-1991) e 80.942 (1995-2000).

Os demais municípios do entorno, excluídos os que integram o entorno imediato, têm reduzido a imigração vinda dos outros municípios vizinhos e aumentado a participação da migração proveniente do DF e dos municípios do entorno imediato. Outra tendência observada para o período foi à intensificação das trocas entre municípios do entorno imediato e os demais da região.

Para os três recortes espaciais, foi possível observar o aumento da participação da migração vinda de municípios do entorno imediato (ainda que os números sejam pouco expressivos), indicando um novo aspecto da redistribuição populacional na região, associado à capacidade de absorver população por parte daqueles municípios

A migração vinda dos municípios do entorno imediato se intensifica inclusive em direção ao DF, o que pode representar um retorno da população que migra internamente em busca de moradias, podendo inclusive indicar a possibilidade de novas ocupações em áreas mais centrais. No período 1995-2000, dos 15.068 migrantes intra-regionais, 6.150(40,8%) se dirigiram para o DF e 14,8% foram para Valparaíso de Goiás.

**FIGURA 2** – Principais fluxos migração intra-regional emigrantes do Distrito Federal 1995-2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 2000). Tabulações especiais da autora.

Nas trocas populacionais intra-regionais são significativos apenas os fluxos representados pela emigração do DF em direção aos municípios que integram o entorno imediato, ainda que possam ser identificadas outras tendências redistributivas de população no interior da RIDE (Figura 2).

Apesar de a participação da migração vinda do DF para os municípios do entorno imediato ter apresentando ligeira queda na emigração intra-regional, isto não significa redução, mas sim ampliação das trocas entre municípios desse recorte espacial. Tanto a participação quanto o número de pessoas que deixam o DF em direção à periferia continuam aumentando no período mais recente. Dos 89.376 emigrantes intra-regionais que deixaram o DF no período 1995-2000, 90,6% se dirigiram para aqueles municípios (Tabela 17).

A emigração intra-regional confirma a tendência de intensificação das trocas internas entre municípios da periferia, entre os do restante do entorno, assim como entre os dois recortes, o que demonstra intensificação nas relações de interdependência entre estes municípios, em função da consolidação da estruturação da região.

A análise sobre intensidade, origem e destino dos principais fluxos da migração intra-regional na RIDE indicou que o fluxo numericamente mais significativo foi representado pela

migração do DF para os municípios da região, principalmente para os que integram o entorno imediato.

No período 1995-2000, intensificou-se a migração em direção aos demais municípios da região, até então não diretamente envolvidos no processo de expansão periférica. As trocas entre municípios do entorno imediato também apresentaram elevação, indicando que suas inter-relações ganham intensidade. Isso se dá pela melhora em suas dinâmicas econômicas e pelo processo de valorização imobiliária, em função das melhorias em infra-estrutura.

**TABELA 17** – Emigração intrametropolitana, por local de residência anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000

Município de Residência Anterior	Localidade de Residência Atual											
	1975-1980				1986-1991				1995-2000			
	DF	DE	EI	Total	DF	DE	EI	Total	DF	DE	EI	TOTAL
DF	0	3.994	33.866	37.860	0	5.962	46.162	52.124	0	8.698	80.942	<b>89.376</b>
Entorno distante	15.504	5.962	2.210	23.676	9.819	4.100	2.303	16.222	7.263	4.610	3.188	<b>14.785</b>
Entorno imediato	4.119	841	154	5.114	5.348	1.038	891	7.277	6.150	2.111	6.807	<b>14.949</b>
<b>TOTAL RIDE</b>	<b>19.623</b>	<b>10.797</b>	<b>36.230</b>	<b>66.650</b>	<b>15.167</b>	<b>11.100</b>	<b>49.356</b>	<b>75.623</b>	<b>13.413</b>	<b>15.419</b>	<b>90.937</b>	<b>119.769</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

ED: Entorno Distante; EI; Entorno Imediato e DF: Distrito Federal.

Migrantes: pessoas maiores de 5 anos, com menos de cinco anos de residência e residência anterior em municípios da RIDE.

### 3.4. Aspectos sociodemográficos da migração intra-regional (ou Intrametropolitana)

No que se refere à dimensão demográfica, serão analisadas algumas características relacionadas à composição segundo sexo, idade e arranjo familiar da população migrante, para entender às respostas demográficas no processo de localização dos migrantes na região.

Todas as variáveis serão apresentadas comparativamente para chefes de família migrantes e não-migrantes intra-regionais, estabelecendo maiores possibilidades de compreensão do processo<sup>47</sup>.

Mais adiante serão analisados alguns aspectos socioeconômicos relacionados à renda *per capita* familiar, ao nível de escolaridade e à inserção socioocupacional dos chefes segundo sua condição migratória, e bem como alguns aspectos relacionados às condições de moradia (acesso à infra-estrutura básica e condição de ocupação do imóvel), com objetivo de obter mais elementos que auxiliem a compreensão da mobilidade enquanto resposta sociodemográfica ao processo de estruturação urbana.

<sup>47</sup> As famílias foram construídas a partir da variável “relação com o chefe da família” (ou pessoa responsável, no caso do Censo 2000), segundo a condição migratória do chefe.

Estudos anteriores, já citados<sup>48</sup>, apontam a predominância da migração familiar na mobilidade intra-regional, em função, principalmente, da sua característica de movimento de curta distância. No entanto, é preciso lembrar que a composição familiar dos migrantes, detectada a partir dos dados censitários, refere-se ao momento da coleta do censo e não ao momento da migração, o que, no caso deste trabalho, implica uma diferença de no máximo cinco anos entre a coleta da informação e a data da mudança.

No caso da RIDE, tendo em vista que a principal motivação para mudança está relacionada ao acesso à moradia urbana, era de se esperar que a migração fosse predominantemente familiar. No período 1986-1991, do total das famílias com chefes migrantes intra-regionais, cerca de 70,2% foram classificadas como nucleares, sendo 16,7% compostas apenas pelo casal, 66,5% por casais com filhos, 10,4% por famílias monoparentais com chefia masculina e 6,1% monoparentais com chefia feminina. Infelizmente os dados sobre a composição os arranjos familiares para famílias com chefes migrantes intrametropolitanos não podem ser comparados para o período 1995-2000, pois a identificação do município de origem dos fluxos só é possível para as informações de data fixa, que não contabilizam as crianças menores de cinco anos, o que prejudica as participações dos arranjos tipo casais com filhos.

A análise do local de destino dos migrantes intra-regionais indica que no entorno imediato as participações das famílias migrantes nucleares são ligeiramente mais elevadas (71,3% para 1986-1991). As participações das famílias monoparentais são bastante semelhantes às apresentadas pelos migrantes para o total da região, registrando, no entanto, pequena variação com participação menor das famílias monoparentais femininas e ligeira elevação das famílias monoparentais masculinas no período 1986-1991.

Os municípios do entorno distante apresentaram maiores participações do arranjo familiar tipo individual entre os chefes migrantes. Embora os volumes desses fluxos sejam numericamente pouco significativos, eles são importantes, pois revelam o diferencial entre os fluxos intra-regionais associados à expansão periférica do DF e a migração entre os demais municípios da região, provavelmente associada às ofertas de trabalho, com predomínio da migração individual.

O Distrito Federal também apresenta características diferenciadas, com menores participações das famílias migrantes intra-regionais nucleares, devido ao aumento da participação dos arranjos individuais. No período 1986-1991, as famílias nucleares representaram 63,4% das famílias migrantes do DF e as famílias estendidas, 10,3% (Tabela 18).

---

<sup>48</sup> Ver Cunha (1994); Matos (1994); Rigotti e Rodrigues (1994) e Lago (1998).

**TABELA 18 – Chefes, por arranjo familiar segundo condição migratória 1986-1991**

Em porcentagem

Residência Atual	Individual	Casal sem filhos	Casal c/Filhos	Estendida	Monop. Masculina	Monop. Feminina	Outras	TOTAL (nº Abs.)
<b>Migrantes Intrametropolitanos</b>								
Brasília	10,3	11,2	39,5	10,3	7,9	4,9	16,0	<b>4.027</b>
Entorno imediato	5,0	11,5	48,2	12,4	7,5	4,1	11,3	<b>15.951</b>
Entorno Distante	7,8	13,3	48,2	7,5	5,7	5,4	12,0	<b>3.441</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6,3</b>	<b>11,7</b>	<b>46,7</b>	<b>11,3</b>	<b>7,3</b>	<b>4,4</b>	<b>12,2</b>	<b>23.417</b>
<b>Não-Migrantes Intrametropolitanos</b>								
Brasília	7,7	8,3	41,5	14,7	7,5	7,0	13,4	<b>413.517</b>
Entorno imediato	6,0	8,8	49,1	12,1	6,5	6,1	11,4	<b>53.759</b>
Entorno Distante	9,1	8,6	49,9	10,3	7,1	5,3	9,7	<b>65.473</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7,7</b>	<b>8,4</b>	<b>43,3</b>	<b>13,9</b>	<b>7,3</b>	<b>6,7</b>	<b>12,8</b>	<b>532.748</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000). Tabulações especiais pela autora.

Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência para 1986-1991.

A análise dos não-migrantes intra-regionais – pessoas com mais de cinco anos de residência no município, independentemente da sua real condição migratória – indica menor participação das famílias nucleares e participações mais elevadas dos arranjos individuais e estendidos. Das famílias não-migrantes, no período 1986-1991, 65,7% eram nucleares, sendo 12,2% compostas por casais sem filhos, 65,8% por casais com filhos, 11,1% de arranjos monoparentais masculinos e 10,2% de monoparentais femininos. O caráter familiar da migração intra-regional faz com que as participações das famílias nucleares sejam ligeiramente mais elevadas para a população migrante.

Os municípios do entorno imediato, se comparados com o entorno distante, apresentaram participações mais elevadas de famílias nucleares, principalmente aquelas formadas por e maiores participações dos casais com filhos

As famílias não-migrantes no DF apresentaram comportamento bastante semelhante ao total da região, com elevada participação daquelas, com predomínio dos casais com filhos. Os arranjos individuais, apresentaram participações bem menores do que na população migrante. O mesmo pode ser verificado para as famílias estendidas.

As etapas do processo de formação das famílias podem ser classificadas a partir da noção de ciclo vital familiar, cujas fases podem ser identificadas por aproximação através da informação sobre a idade média do casal, sendo os grupos etários agrupados segundo as seguintes denominações: etapa de formação (até 34 anos), de consolidação (entre 35 e 49 anos) e de fragmentação (acima de 50 anos).<sup>49</sup>

<sup>49</sup>As definições aqui utilizadas para classificação das etapas do processo de desenvolvimento das famílias foram baseadas nas faixas utilizadas por Cunha (1994), definidas a partir de informações empíricas sobre a idade média ao casar de homens e mulheres, idade média das mulheres ao ter o primeiro filho e

A análise das famílias, segundo a condição migratória e a idade média do casal, indica que 50,1% das migrantes estavam na fase de formação, o que já era esperado. Se considerada a hipótese de que a busca por habitação é o principal condicionante da migração intra-regional na RIDE, é de se esperar que famílias nesta fase do ciclo vital tenham mais motivos para migrar internamente, principalmente em direção à periferia, onde estão as ofertas de moradias mais baratas e com melhores condições de pagamento.

Entre as famílias migrantes intra-regionais na fase inicial do ciclo vital, têm maior participação as localizadas no DF (55%). No entorno imediato as famílias em formação representaram 50%, indicando que essa busca por acesso à moradia urbana atinge significativamente aquelas em fases iniciais do ciclo vital familiar, sendo que na periferia as idades são ligeiramente mais elevadas, muito provavelmente em função da remigração.

No entorno distante, as famílias migrantes com idade média do casal até 34 anos representaram 49,3%. Esses resultados são semelhantes aos encontrados para as famílias não-migrantes, sendo que a migração interna para estes municípios, como já analisado, é pouco expressiva. Os principais fluxos de migração intra-regional nesses municípios são característicos de trocas entre municípios vizinhos, principalmente entre os municípios recém emancipados e os de origem.

Alguns destes municípios, principalmente Unai e Formosa, têm apresentado características de potenciais subcentros regionais, com base econômica mais dinâmica que os vizinhos, concentrando maior número de empregos, sem no entanto apresentar ainda níveis de centralidade que permitam classificá-los como tal. Na migração intra-regional, excluindo-se os municípios integrantes do entorno imediato, estes foram os que apresentaram os maiores volumes de fluxos migratórios, ainda que pouco expressivos. Nas trocas entre municípios da região, Formosa perdeu 486 habitantes e Unai ganhou 387 no período 1995-2000.

A migração individual em direção ao DF, diferente da observada para os demais recortes (exceto a migração em direção aos municípios do entorno no período 1986-1991, que talvez possa ser atribuída à migração de trabalhadores agrícolas, em função da idade e da base econômica daqueles municípios), também é predominantemente jovem, com a maioria dos chefes na fase inicial do seu ciclo vital familiar, para os dois períodos apresentados.

A combinação destas variáveis suscita algumas questões em comparação com as tendências apresentadas no estudo sobre os arranjos familiares. A principal delas refere-se à elevada participação das famílias estendidas, entre os migrantes intrametropolitanos

---

número médio de filhos por casal. Em função da elevação da idade média ao casar de homens e mulheres e da idade ao ter o primeiro filho das mulheres ocorridas nestes 10 anos, foi adotado como limite de corte para fase de consolidação a idade média do casal de 35 a 50 anos.

residentes no DF. O cruzamento dessa variável com a idade média do casal demonstra que a participação desses arranjos é maior para os casais mais jovens na fase de formação e consolidação. Trata-se da ocorrência de famílias de chefes migrantes, constituídas com a presença de outros parentes ou agregados, nas etapas de formação ou consolidação, migrando dos municípios do entorno em direção ao DF, principalmente entre 1986 e 1991. Esse foi um período marcado pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano, por meio do Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda (1987-1995), quando foram distribuídos 109.128 novos lotes semi-urbanizados em várias localidades do DF, o que possivelmente teve impacto na atração de novos fluxos populacionais.

No entanto é preciso ressaltar que, em relação às participações mais elevadas das famílias com idade média do casal até 34 anos, os diferenciais associados à condição migratória são importantes apenas para os migrantes intra-regionais em direção ao DF, sendo que para os demais recortes espaciais a característica de juventude das famílias independe da condição migratória, apresentando semelhanças com as participações para a população não-migrante. Essa incidência de famílias mais jovens migrantes, na etapa inicial do ciclo vital familiar, localizadas no DF, é mais acentuada para os arranjos formados por casais sem filhos e para os arranjos individuais.

Os principais fluxos em termos numéricos da migração intra-regional em direção ao DF são originados dos municípios que integram o entorno imediato, o que, associado às características referentes às idades médias dos casais e aos tipos de arranjo mais significativos (individuais e casais com filhos) presentes nesses fluxos, pode estar relacionado ao retorno de integrantes de antigas famílias migrantes intra-regionais, na busca por melhores condições de acessibilidade ao centro principal. As ocupações ilegais nas áreas centrais do DF têm sido uma constante no processo de ocupação territorial do DF e, segundo os dados mais recentes, teve um crescimento na última década, devido à redução da oferta de moradias de baixa renda causada pelo término do Programa Habitacional de Assentamento para a População de Baixa Renda, o que pode ter gerado novos fluxos originários no entorno em direção ao DF.

A análise do processo de ocupação territorial, assim como sobre a evolução e a dinâmica demográfica na região, aponta como principal condicionante da formação da periferia regional a demanda por moradias, principalmente por parte da população de baixa renda. A questão a ser investigada é se o acesso à casa própria, seja através da remoção de população que invade áreas centrais promovida pelo estado, seja por meio do binômio lotes populares/autoconstrução, assume papel preponderante nesta ocupação, principalmente no que se refere aos fluxos principais da migração intra-regional, constituídos a partir da

emigração do DF em direção aos municípios do entorno imediato. A seguir serão apresentados os dados sobre as famílias segundo a condição migratória do chefe, arranjo familiar e condição de ocupação do imóvel, como forma de avaliar as dimensões desse processo.

A análise da condição de ocupação do imóvel, elaborada a seguir, parte da hipótese de que as variações das participações das diferentes formas de acesso à moradia, cruzadas com a condição migratória do chefe e com o tipo de arranjo familiar, podem fornecer pistas sobre as motivações ou condicionantes da mobilidade interna, associados aos elementos estruturadores da ocupação urbana na RIDE. Isso porque a propriedade do imóvel ocupado não significa que o morador esteja em melhores condições do que outro que se declare inquilino.

O cruzamento destas variáveis mostra que, de modo geral, a condição de acesso à casa própria, do migrante, é menor que a dos não-migrantes. Exceto, como era de se esperar, para as famílias compostas por chefe migrantes intra-regionais cujo destino tenha sido o Entorno Imediato, nos dois períodos analisados.

A análise sobre idade e sexo da população, visa complementar as informações a respeito do caráter familiar da migração intra-regional e identificar a seletividade e alguns indicativos sobre os principais condicionantes da migração.

Objetivando uma comparação mais específica da migração segundo os locais de origem e destino na RIDE, a distribuição da população por sexo e idade será analisada de acordo com a condição migratória, desagregada em quatro grupos: migrantes intra-regionais; outros migrantes; migrantes antigos; e não-migrantes<sup>50</sup>.

A estrutura etária do total da população da região mostra redução do segmento de crianças, principalmente entre zero e cinco anos, e aumento da participação dos mais idosos. Essa distribuição segue tendência mundial de envelhecimento da população, em função da redução dos níveis de fecundidade e mortalidade (com aumento da esperança de vida ao nascer), relacionados aos avanços da medicina e às mudanças sociocomportamentais da sociedade moderna, processo conhecido como transição demográfica. Em 1980 a participação de crianças de zero a quatro anos era de 15,3% e os idosos acima de 65 anos representavam

---

<sup>50</sup>Migrantes intra-regionais são pessoas com menos de cinco anos de residência no município (1986-1991) e pessoas maiores de cinco anos com residência em 31/07/95 em outros municípios diferentes do de residência na época do Censo (2000) e origem em municípios da RIDE. Migrantes recentes são aqueles com menos de cinco anos de residência no município originários de localidades fora da RIDE. Os migrantes antigos são pessoas com mais de cinco e menos de dez anos de residência no município, independentemente da origem; e não-migrantes são as pessoas naturais do município ou migrantes com mais de dez anos de residência no município, independente da origem.

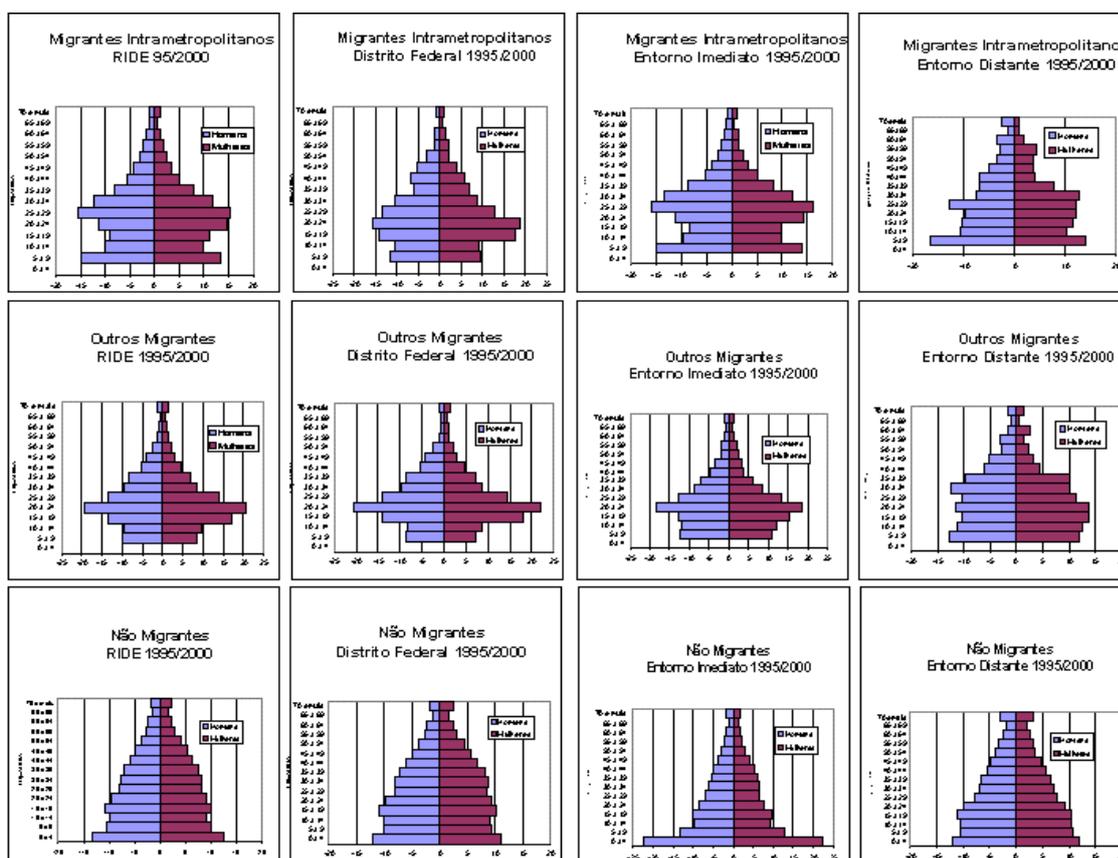
1,9%. Em 2000, estas faixas etárias representavam 10,7% e 3,2%, respectivamente, do total da população.

A participação das crianças de zero a quatro anos é bem mais elevada na estrutura etária da população do entorno imediato (18,1% em 1980; 13,7% em 1991; e 13,6% em 2000) e apresenta ritmo mais lento de redução, em comparação ao total da RIDE (15,3%, em 1980; 11,4%, em 1991; e 10,7%, em 2000).

No DF ocorre o contrário. A participação das crianças de zero a quatro anos é bem menor e apresenta redução mais acentuada no período 1980-2000 (14,8% em 1980; 10,9% em 1991; e 9,8% em 2000). O mesmo ocorre com a participação do segmento populacional de cinco a 14 anos.

No período mais recente, a população da região apresenta elevação da participação dos grupos entre 25 a 29 e de 30 a 34 anos, que pode estar associado à maior intensidade da migração vinda do DF que, provavelmente, é composta por famílias em idades um pouco mais avançadas, devido à remigração em direção à periferia.

**GRÁFICO 11 – Pirâmides Etárias – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000) Tabulações especiais da autora.

O aumento da participação das pessoas em idades mais avançadas, acima dos 50 anos, no total da população é mais significativo no DF e no entorno distante. No entorno imediato, são mais elevadas as participações das pessoas entre 25 e 34 anos e das crianças de zero a nove anos, corroborando a hipótese de que a migração vinda do DF é familiar, composta por casais com filhos pequenos, na etapa inicial do ciclo vital.

Os não-migrantes residentes no entorno imediato apresentam as maiores participações nas faixas entre zero e quatro anos no total da população (24,1% em 1980; 22,5% em 1991; e 22,4% em 2000). No entanto é preciso lembrar que as crianças menores de cinco anos naturais do município e com pais migrantes (o chamado efeito indireto da migração) são classificadas como não-migrantes, o que gera diferenciação conceitual para a categoria de não-migrantes

A categoria outros migrantes é composta por pessoas mais jovens, principalmente nas faixas entre 15 e 24 anos, o que reflete as características da migração intra-estadual, analisada anteriormente.

No que se refere à estrutura por sexo da população, é possível observar o impacto que a migração, diferenciada segundo o lugar de origem, gera na estrutura populacional regional. (Tabela 19).

A condição migratória revela, no caso da intra-regional, que a estrutura por sexo da população total da região é bastante semelhante à observada para o entorno imediato. Na categoria “outros migrantes”, em que a migração interestadual é expressiva, a estrutura etária da população total se assemelha à encontrada no DF, onde o peso da migração interestadual é predominante.

O equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres nas faixas iniciais até dez anos de idade pode ser observado para todos os recortes espaciais, independentemente da condição migratória (razões de sexo com valores próximos a 1). No entanto, no caso específico da população migrante intra-regional, a participação de mulheres é mais elevada a partir das idades de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, principalmente para os municípios do entorno imediato e do Distrito Federal. No DF esta característica é comum aos demais migrantes (“migrantes antigos” e “outros migrantes”). Como a maior concentração de imigrantes em direção ao DF, independentemente do lugar de origem, se concentra justamente nessas faixas etárias, é possível afirmar o predomínio de mulheres nos fluxos que se dirigem para a capital federal.

Os homens que migram no interior da região, no entanto, apresentam volumes mais elevados nas faixas entre 30 e 34 e entre 35 e 39 anos, o que pode ser associado à migração familiar, se for considerada a reconhecida diferença entre a idade média ao casar para homens

e mulheres, em que o homem geralmente é mais velho. No entanto, para o entorno imediato, os diferenciais entre os volumes de homens e de mulheres são mais significativos para os grupos etários nas idades mais elevadas, a partir de 45 anos.

Chama atenção as maiores participações de homens migrantes intra-regionais nas faixas de idade mais elevadas, acima de 60 anos, para todos os recortes espaciais da região, exceto o DF, o que deve estar associado à busca por trabalho – principalmente em atividades agrícolas, no caso dos municípios do entorno distante, e em atividades terciárias da economia informal, o entorno imediato. A migração individual correspondeu a 34% do fluxo de pessoas maiores de 65 anos que se dirigiram ao Entorno Imediato, o que corrobora a hipótese<sup>51</sup>.

**TABELA 19 – Razão de sexo segundo condição migratória e residência atual na RIDE–1986-1991 e 1995-2000**

Cond. Migrat.	Residência Atual	Razão de Sexo 1991														
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 +
Migrante Intra-regional	DF	0,82	1,14	0,60	0,66	0,83	0,98	1,02	0,86	1,16	1,58	0,46	0,59	1,35	0,85	2,11
	E. Imediato	1,16	1,06	1,05	0,86	0,82	0,80	0,95	0,83	1,13	1,06	1,57	1,22	0,93	1,02	0,75
	E. Distante	0,89	1,03	1,10	0,90	0,86	0,94	0,83	1,08	1,04	1,17	2,47	0,66	2,26	0,81	1,37
	<b>TOTAL RIDE</b>	<b>1,05</b>	<b>1,07</b>	<b>0,97</b>	<b>0,80</b>	<b>0,83</b>	<b>0,85</b>	<b>0,94</b>	<b>0,91</b>	<b>1,12</b>	<b>1,13</b>	<b>1,43</b>	<b>0,95</b>	<b>1,18</b>	<b>0,94</b>	<b>1,02</b>
Não-migrante	DF	1,03	1,04	1,01	0,97	0,94	0,89	0,86	0,84	0,84	0,87	1,01	0,97	0,93	0,81	0,66
	E. Imediato	1,02	1,06	0,96	1,02	1,20	1,00	0,88	0,83	1,09	1,19	1,10	0,99	0,91	1,04	0,93
	E. Distante	1,06	1,02	1,08	1,13	1,17	1,02	1,02	1,03	1,08	1,09	1,11	1,03	1,20	1,23	0,89
	<b>TOTAL RIDE</b>	<b>1,03</b>	<b>1,04</b>	<b>1,02</b>	<b>1,00</b>	<b>0,99</b>	<b>0,91</b>	<b>0,88</b>	<b>0,86</b>	<b>0,88</b>	<b>0,91</b>	<b>1,03</b>	<b>0,98</b>	<b>0,97</b>	<b>0,89</b>	<b>0,72</b>
Outro Migrante	DF	1,06	0,99	0,83	0,59	0,89	0,88	0,96	0,97	1,24	0,99	1,01	0,98	0,66	0,85	0,61
	E. Imediato	0,96	1,04	0,88	0,84	1,02	1,16	1,22	1,40	1,09	0,82	1,48	1,12	0,72	1,50	0,78
	E. Distante	1,23	1,09	0,95	0,81	1,01	1,11	1,47	1,04	1,33	1,52	1,65	0,80	0,91	1,45	0,72
	<b>TOTAL RIDE</b>	<b>1,05</b>	<b>1,01</b>	<b>0,85</b>	<b>0,63</b>	<b>0,91</b>	<b>0,93</b>	<b>1,04</b>	<b>1,04</b>	<b>1,22</b>	<b>1,01</b>	<b>1,14</b>	<b>0,99</b>	<b>0,70</b>	<b>1,00</b>	<b>0,64</b>
Migrantes Antigos	DF		0,91	1,03	0,82	0,71	0,90	0,73	0,78	1,12	1,16	1,24	0,54	0,63	1,00	0,43
	E. Imediato		0,92	1,09	0,98	0,84	0,71	0,93	0,85	1,04	1,28	0,95	0,86	0,99	1,07	1,08
	E. Distante		1,15	0,93	1,13	0,94	0,81	1,06	1,07	1,44	1,15	1,22	1,40	1,07	3,18	1,39
	<b>TOTAL RIDE</b>		<b>0,94</b>	<b>1,04</b>	<b>0,90</b>	<b>0,74</b>	<b>0,86</b>	<b>0,80</b>	<b>0,83</b>	<b>1,13</b>	<b>1,20</b>	<b>1,15</b>	<b>0,73</b>	<b>0,81</b>	<b>1,21</b>	<b>0,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>DF</b>	<b>1,03</b>	<b>1,03</b>	<b>0,98</b>	<b>0,85</b>	<b>0,90</b>	<b>0,89</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>	<b>0,89</b>	<b>0,90</b>	<b>1,01</b>	<b>0,95</b>	<b>0,90</b>	<b>0,83</b>	<b>0,65</b>
	E. Imediato	1,04	1,04	1,00	0,94	0,99	0,91	0,96	0,98	1,09	1,12	1,19	1,03	0,90	1,09	0,91
	E. Distante	1,04	1,06	1,05	1,08	1,11	1,00	1,06	1,03	1,13	1,13	1,19	1,01	1,20	1,28	0,91
<b>TOTAL</b>		<b>1,03</b>	<b>1,03</b>	<b>1,00</b>	<b>0,89</b>	<b>0,93</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,89</b>	<b>0,94</b>	<b>0,95</b>	<b>1,05</b>	<b>0,97</b>	<b>0,94</b>	<b>0,92</b>	<b>0,72</b>

<sup>51</sup> Sobre o processo de envelhecimento e masculinização do rural no Brasil, vide Camarano e Abramovay (1998).

Continuação da Tabela 19

Cond. Migrat.	Residência Atual	Razão de Sexo 2000														
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70+
Migrante Intra-regional	DF		1,16	1,08	0,74	0,77	1,00	1,15	0,83	1,10	1,24	1,44	0,58	0,75	0,51	0,97
	E. Imediato		1,01	0,93	0,78	0,72	0,93	1,04	0,98	0,98	1,21	1,15	1,30	1,20	2,36	0,78
	E. Distante		1,22	1,07	0,91	0,84	1,07	0,62	1,33	1,75	1,33	0,98	0,72	1,96	1,75	2,65
	<b>TOTAL RIDE</b>		<b>1,05</b>	<b>0,96</b>	<b>0,79</b>	<b>0,74</b>	<b>0,95</b>	<b>1,00</b>	<b>1,15</b>	<b>1,07</b>	<b>1,23</b>	<b>1,15</b>	<b>1,06</b>	<b>1,27</b>	<b>2,02</b>	<b>1,00</b>
Não-migrante	DF	1,03	1,01	1,03	1,00	0,99	0,92	0,89	0,85	0,83	0,82	0,83	0,88	0,93	0,79	0,70
	E. Imediato	1,03	1,04	1,08	1,05	1,09	1,04	0,97	0,87	0,95	0,91	0,93	0,97	1,03	1,00	1,00
	E. Distante	1,03	1,03	1,04	1,11	1,10	1,07	1,02	1,02	1,01	1,03	1,08	1,04	1,03	0,92	0,99
	<b>TOTAL RIDE</b>	<b>1,03</b>	<b>1,02</b>	<b>1,04</b>	<b>1,02</b>	<b>1,01</b>	<b>0,95</b>	<b>0,91</b>	<b>0,87</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>	<b>0,86</b>	<b>0,91</b>	<b>0,95</b>	<b>0,82</b>	<b>0,77</b>
Outro Migrante	DF		1,00	0,79	0,64	0,77	0,80	0,94	0,99	1,00	1,20	1,02	0,84	0,74	0,84	0,56
	E. Imediato		1,10	0,98	0,81	0,96	0,94	0,99	1,19	1,21	1,15	0,79	0,90	0,73	1,11	0,88
	E. Distante		1,15	0,96	0,83	0,91	0,99	1,32	1,05	1,50	1,80	1,21	2,27	0,62	1,85	1,28
	<b>TOTAL RIDE</b>		<b>1,05</b>	<b>0,86</b>	<b>0,68</b>	<b>0,82</b>	<b>0,85</b>	<b>0,98</b>	<b>1,04</b>	<b>1,08</b>	<b>1,23</b>	<b>0,97</b>	<b>0,97</b>	<b>0,72</b>	<b>1,00</b>	<b>0,68</b>
Migrante Antigo	DF		1,05	0,95	0,80	0,73	0,91	0,86	0,91	0,92	0,96	1,24	1,08	0,85	0,60	0,55
	E. Imediato		1,01	0,97	1,00	0,90	0,93	0,97	0,97	1,01	1,07	1,06	1,03	0,98	0,95	0,97
	E. Distante		0,97	0,96	1,06	0,76	0,82	1,05	0,79	1,22	1,17	0,97	1,65	1,36	1,65	0,67
	<b>TOTAL RIDE</b>		<b>1,02</b>	<b>0,96</b>	<b>0,90</b>	<b>0,77</b>	<b>0,91</b>	<b>0,91</b>	<b>0,92</b>	<b>0,98</b>	<b>1,02</b>	<b>1,14</b>	<b>1,11</b>	<b>0,97</b>	<b>0,83</b>	<b>0,69</b>
<b>TOTAL</b>	E. Imediato	<b>1,01</b>	<b>1,04</b>	<b>1,00</b>	<b>0,92</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,89</b>	<b>0,87</b>	<b>0,85</b>	<b>0,86</b>	<b>0,86</b>	<b>0,89</b>	<b>0,92</b>	<b>0,79</b>	<b>0,68</b>
	E. Distante	<b>1,04</b>	<b>1,04</b>	<b>1,01</b>	<b>0,94</b>	<b>0,94</b>	<b>0,96</b>	<b>0,99</b>	<b>0,96</b>	<b>1,00</b>	<b>1,01</b>	<b>0,98</b>	<b>1,03</b>	<b>1,00</b>	<b>1,10</b>	<b>0,95</b>
	<b>Total RIDE</b>	<b>1,04</b>	<b>1,05</b>	<b>1,03</b>	<b>1,07</b>	<b>1,04</b>	<b>1,03</b>	<b>1,02</b>	<b>1,00</b>	<b>1,09</b>	<b>1,09</b>	<b>1,08</b>	<b>1,09</b>	<b>1,06</b>	<b>1,00</b>	<b>1,03</b>
<b>TOTAL</b>	<b>DF</b>	<b>1,02</b>	<b>1,04</b>	<b>1,01</b>	<b>0,94</b>	<b>0,92</b>	<b>0,93</b>	<b>0,92</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,93</b>	<b>0,95</b>	<b>0,86</b>	<b>0,76</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000).

Migrante intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência no município e que declaram residência anterior em município da RIDE (1986-1991) e pessoas menores de cinco anos que declararam residência em 1995 em município diferente do município na época do censo (1995-2000); não-migrante: naturais do Município que nunca migraram; Outros Migrantes: pessoas com menos de 5 anos de residência no município que vieram de outras localidades; Migrantes antigos: migrantes com mais de 5 anos de residência no município.

### 3.5 Alguns aspectos sobre a migração intra-regional e a segregação socioespacial da população na RIDE

Como já foi demonstrado através da análise do processo de ocupação e estruturação urbana, o crescimento dos municípios do entorno, principalmente dos localizados nos limites do quadrante sudoeste do Distrito Federal (num processo semelhante ao ocorrido com as cidades satélites, principalmente as localizadas ao longo do eixo de crescimento estabelecido nesta direção), teve com principal condicionante a oferta de moradias para população de baixa renda, seja através do mercado imobiliário, seja por meio das políticas de habitação empreendidas pelo Estado.

O processo de ocupação e estruturação intra-urbana gerou, no espaço interno da RIDE, uma configuração socioespacial marcada pela segregação de população de baixa renda em localizações onde o acesso aos bens e serviços e à infra-estrutura urbana é precário, intensificando a exclusão social destes segmentos populacionais, característica do processo de desenvolvimento nacional.

Sendo assim, o objetivo deste item é estabelecer uma comparação entre a população migrante intra-regional e a não-migrante na região, segundo o acesso à educação, à renda, à inserção socioocupacional e às condições de moradia, estabelecendo os diferenciais em

relação à inserção desta população migrante, segundo os diferentes recortes espaciais internos na RIDE.

Algumas variáveis socioeconômicas serão cruzadas com algumas variáveis demográficas, tais como idade, tipo de arranjo doméstico e sexo da chefia, buscando avaliar em que medida as diferentes características da população que migra e ocupa os diferentes espaços intra-urbanos contribui para a configuração socioespacial. Mais especificamente, como estas características sociodemográficas da população nos diferentes espaços regionais colaboram para a segregação populacional no interior da RIDE.

Inicialmente serão analisados a distribuição da renda *per capita* familiar<sup>52</sup>, segundo condição migratória dos chefes (migrantes e não-migrantes intra-regional), e o local de residência no interior da região.

Os dados sobre a renda *per capita* familiar, para o período 1991-2000, indicam a redução da participação das famílias com rendimentos inferiores a um salário mínimo *per capita* para o total da população, sendo mais acentuada para os não-migrantes. Em 1991 as famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo representavam 66,3% do total para população migrante e 52,6% para a não-migrante, reduzindo, em 2000, para 61,9% e 46,3%, respectivamente.

No entanto, é através destes dados desagregados para os diferentes espaços no interior da região que surgem os maiores diferenciais. No que se refere à condição migratória, no caso da população que habita o entorno metropolitano (entornos imediato e distante), as participações mais elevadas da população na faixa inferior a um salário mínimo é maior para os não-migrantes no período analisado. As famílias migrantes neste patamar de renda *per capita* representavam, em 1991, 63,4% no entorno imediato e 75,8% nos demais municípios do entorno. Em 2000, a redução dos níveis de pobreza é mais acentuada para as famílias migrantes nos demais municípios do entorno, excluído o entorno imediato. Enquanto as famílias migrantes localizadas no entorno imediato praticamente mantêm a mesma participação (63,4%), os que habitam os municípios do entorno distante apresentam queda na participação das famílias migrantes com menos de um salário mínimo *per capita*, passando a representar 66,4% do total.

A redução dos níveis de pobreza para as famílias residentes no DF é ainda mais acentuada, principalmente para as migrantes, com a queda dos diferenciais entre a população

---

<sup>52</sup>A variável renda será utilizada em função do reconhecimento como principal determinante, mas não o único, do nível de bem-estar da população. No entanto, é preciso reconhecer sua limitação para classificar níveis de qualidade de vida de uma população, devendo ser considerados para tanto outros indicadores, tais como acesso a bens e serviços públicos, à infra-estrutura básica (ROCHA, 2000).

segundo a condição migratória. As famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo, em 1991, correspondiam a 70,8% para os chefes migrantes e a 45,5% para os não-migrantes, diminuindo, em 2000, para 43,9% e 38,2%, respectivamente.

Quando a análise sobre a distribuição da renda focaliza as faixas da população que com renda mais elevada, surgem os maiores diferenciais entre a população do DF segundo a condição migratória, bem como entre esta e a população dos demais municípios do entorno, seja em relação às participações das diferentes faixas de rendimentos, seja quanto aos níveis de melhoria no total do período. Em 1991, as famílias migrantes residentes no DF com rendimentos *per capita* acima de cinco salários mínimos representavam 3,8%, enquanto as não-migrantes com essa renda correspondiam a 11% do total de famílias da mesma condição migratória. A redução dos níveis de pobreza atinge as famílias residentes no DF independentemente da sua condição migratória. Em 2000, os migrantes desta faixa de rendimentos passam a representar 11% e os não-migrantes 19,6% do total da população de condição migratória idêntica.

A análise dos dados sobre as condições de vida da população sob o aspecto da renda familiar *per capita* levanta algumas questões que merecem maior atenção. Apesar de a redução esperada nos níveis de pobreza atingir a população total da RIDE<sup>53</sup>, a intensidade foi maior para a população que reside no DF, acentuando os diferenciais entre esta população e a que habita o entorno metropolitano. Esta retração foi ainda mais acentuada para os migrantes intra-regionais, que apresentavam, em 1991, maiores participações nas faixas abaixo de um salário mínimo em relação aos municípios do entorno, principalmente em comparação aos municípios que integram o entorno imediato. No período 1986-1991, cerca de 70,8% das famílias dos chefes migrantes intra-regionais residentes no DF apresentavam renda *per capita* até um salário mínimo, enquanto no entorno imediato esta participação era de 63%. No período seguinte (1995-2000), esse percentual de famílias residentes no DF diminuiu para 43,9%, enquanto na periferia manteve-se nos 63%. Uma relação semelhante pode ser verificada para as famílias migrantes com renda acima de cinco salários mínimos *per capita* residentes no DF, em relação aos demais municípios do entorno metropolitano.

Outro aspecto que merece mais atenção refere-se aos diferenciais segundo a condição migratória das famílias residentes nos diferentes espaços regionais. Chamam a atenção as condições mais favoráveis da população migrante em relação à não-migrante, no entorno (entorno imediato e entorno distante), com participações menores nas faixas de rendimentos

---

<sup>53</sup>Estudos recentes sobre evolução da pobreza no Brasil apontam para a redução de seus níveis durante o período 1993-1995, em função dos efeitos distributivos do Plano Real e da manutenção deste patamar na segunda metade da década de 90 (ROCHA, 2000).

até um salário mínimo e maiores naquelas acima de cinco salários mínimos, nos dois anos que integram o período estudado, ainda que os diferenciais entre esta população e a de mesma condição migratória residente no DF sejam desfavoráveis a este segmento populacional. Isto certamente pode estar associado ao baixo nível de rendimentos auferidos pela população não-migrante desses municípios, o que faz com que a população que migrou recentemente para estas regiões tenham rendimentos mais elevados, embora ainda muito baixos se comparados ao da população do DF.

Apesar de a população migrante que se dirige para o entorno metropolitano apresentar condições de acesso à renda *per capita* familiar mais favoráveis do que a não-migrante, trata-se de um movimento característico de população de baixa renda, com elevadas participações de famílias com até um salário mínimo *per capita* (63% para o fluxo em direção à periferia e 66,4 % para os demais municípios do entorno) e com renda bem inferior à população que reside no Distrito Federal, região de origem deste fluxo (38% para a população não-migrante do DF). O fato de as famílias migrantes estarem em condições mais favoráveis em relação à população não-migrante residente nestes municípios, certamente, está associado à hipótese de remigração desta população originária do DF, o que pode significar melhores condições de inserção profissional e de acesso à renda, em função de uma maior adaptação à realidade local e do tempo de residência mais elevado no interior da região.

Estes aspectos observados no comportamento da variável renda *per capita* familiar na RIDE podem estar associados a algumas características demográficas, tais como idade e composição familiar destes chefes migrantes, o que e será investigado a seguir.

No que se refere ao cruzamento da variável renda *per capita* familiar com a estrutura etária dos chefes na região, é possível observar que, independente da condição migratória e do local de residência, as maiores participações nas faixas de baixa renda concentram-se nas idades mais jovens desta população. À medida que a idade se eleva, diminuem as participações nestas faixas, o que certamente está relacionado à inserção no mercado de trabalho, independente do grau de formalidade das relações trabalhistas. A partir dos 60 anos, as participações nas faixas de renda mais baixa voltam a subir, possivelmente em função da redução nos rendimentos, associada à retirada do mercado de trabalho dos indivíduos desta faixa etária.

No que se refere à elevação da renda *per capita* familiar dos chefes migrantes intra-regionais e à redução do diferencial entre migrantes e não-migrantes no período 1991-2000, para a população residente no DF, os dados sobre a distribuição por idade revelam que 70,7% dos que recebiam mais de dez salários mínimos tinham até 34 anos, o que revela que a

melhoria no acesso à renda atingiu mais diretamente as famílias com chefes migrantes intra-regionais nas fases iniciais do ciclo vital familiar.

Com relação ao tipo de arranjo doméstico constituído pelas famílias, segundo a condição migratória dos chefes, a análise dos dados indica que, no caso específico dos migrantes intra-regionais residentes no DF, as maiores participações estão nos arranjos do tipo “estendidos” e “outros”. A terceira maior participação das famílias migrantes no DF foi apresentada pelos arranjos do tipo individual, para as faixas acima de três salários mínimos *per capita*.

Para os migrantes intra-regionais em direção ao entorno imediato, somente para a faixa de rendimento mais elevado, acima de dez salários mínimos, a migração individual superou a participação das famílias constituídas por casais com ou sem filhos. Para os municípios do entorno distante, a participação dos arranjos do tipo individual é mais significativa para todas as faixas de renda, se comparadas aos dados para o entorno imediato, apesar da predominância dos arranjos do tipo casal com e sem filhos, exceto para as faixas entre três e cinco e acima de dez salários mínimos, em que o domínio é da imigração individual, embora os fluxos sejam numericamente pouco significativos.

No caso das famílias de chefes não-migrantes, as maiores participações, independente do local de residência na RIDE, podem ser atribuídas ao arranjo do tipo casal com filhos, embora os arranjos do tipo individual apareçam com maior intensidade para os indivíduos residentes nos municípios do entorno imediato, o que pode estar relacionado à presença de migrantes com origem fora da região metropolitana ou mesmo de migrantes intra-regionais com mais de cinco anos de residência no município atual, que se dirigem para estas localidades na busca por oportunidades de trabalho na agropecuária, como já foi demonstrado por outros dados apresentados neste estudo sobre a região.

Outro aspecto da estrutura sociodemográfica que merece ser investigado e que pode contribuir para os objetivos desse estudo está relacionado à ocorrência da chefia feminina nos grupos domésticos, principalmente no que se refere aos rendimentos auferidos por estas famílias, uma vez que o pagamento de salários menores às mulheres é uma tendência na nossa sociedade, o que certamente tem influência na distribuição do atributo renda no interior da região.

A ocorrência da chefia feminina é mais significativa para a população não-migrante residente no Distrito Federal. Para as demais famílias, segundo as diferentes localizações na região e independente da condição migratória, o comportamento é extremamente semelhante, com os chefes masculinos representando em torno de 75% do total de chefes.

Os dados desagregados segundo as faixas de renda *per capita* familiar indicam que, no caso da população não-migrante, as maiores participações da chefia feminina estão relacionadas às faixas de menor rendimento *per capita*, independente da localização no espaço regional. No entanto, para as famílias migrantes, as maiores participações das mulheres na chefia da família são diferenciadas segundo o local de destino do fluxo, no interior da RIDE. No caso da migração em direção ao DF e aos municípios do entorno distante, a ocorrência da chefia feminina é maior para as faixas de renda mais elevadas, acima de três até dez salários mínimos *per capita*, enquanto para os municípios da periferia é maior para a população mais pobre, sem rendimentos declarados ou com rendimentos até um salário mínimo *per capita*. Os dados sobre arranjo familiar e renda já indicavam que a população não-migrante residente no DF e a migrante que se dirigiu ao entorno imediato apresentavam as maiores participações dos arranjos monoparentais femininos, nas faixas de renda até um salário mínimo *per capita* (Tabela 20).

Os efeitos das mudanças no mercado de trabalho na última década, tais como a redução dos postos de trabalho e dos rendimentos auferidos, atingiram mais diretamente indivíduos com menores qualificações, nos anos de estudo<sup>54</sup>. Certamente estas tendências atingiram a população da região e os diferenciais, segundo a condição migratória e a direção dos fluxos no interior da região, podem ajudar na identificação dos condicionantes e das respostas sociodemográficas relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana na região.

Apesar de a expectativa de melhoria nos níveis educacionais, em função da melhora geral deste indicador no Brasil na última década, se confirmar para a população regional, o segmento que migrou internamente no período 1995-2000 apresentou os piores índices de melhoria, com queda da participação dos chefes com o ensino médio completo ou mais. No entanto, as participações dos chefes com menores níveis educacionais também apresentaram redução, paralelamente à elevação dos níveis intermediários (de 14,5% para 7,8% a proporção daqueles com até 4 anos de estudo, de 14,9% para 17,4% daqueles com 4 a 7 anos, de 31,9% para 38,7% a de 8 a 10 anos e 18,9% para 19,3% a de 11 a 17 anos). Para os demais recortes, independente da condição migratória, houve crescimento da participação dos chefes com níveis educacionais mais elevados, sendo mais expressivos para os migrantes em direção ao DF, principalmente no que se refere à redução dos chefes com menos de quatro anos de estudo (de 24,2% em 1991 para 5,8% em 2000).

---

<sup>54</sup>Segundo Rocha, o agravamento dos níveis de pobreza nas regiões metropolitanas teve como principal condicionante as mudanças no mercado de trabalho, em que a redução do número de postos e dos rendimentos obtidos pelo trabalho, foi maior para a população menos qualificada, com menos de quatro anos de estudo, o que agrava a má distribuição de renda no país (ROCHA, 2000).

Como forma de avaliar os diferenciais na hierarquia da estrutura social da população segundo a condição migratória e a localização nos diferentes espaços regionais, será utilizada a classificação desses chefes segundo a definição de categorias socioocupacionais, conforme a metodologia já apresentada sobre o processo de ocupação e estruturação socioespacial na RIDE<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup>As categorias socioocupacionais foram definidas através da combinação de variáveis sobre trabalho e rendimentos, tais como ocupação principal, posição na ocupação, porte da empresa, rendimentos da ocupação e setor de atividade no qual a ocupação é exercida, extraídas dos censos demográficos do IBGE. Partindo do pressuposto do trabalho (ocupação) como elemento central na estrutura social da sociedade moderna, mais do que a simples inserção no mercado de trabalho, a definição destas categorias buscou a localização dos indivíduos na sociedade, ou seja, a posição que ele ocupa na hierarquia social, localizada espacialmente.

**TABELA 20 – Chefes, por condição migratória e sexo, segundo renda *per capita* familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1986-1991 e 1995-2000**

Residên- Cia Atual	Renda per <i>capita</i> familiar	Migrante Intrametropolitano 1986-1991					Não Migrante Intrametropolitano 1995- 2000					TOTAL da Pop.
		Chefia		Chefia		Total	Chefia		Chefia		Total	
		Masc.	%	Fem.	%		Masc.	%	Fem.	%		
DF	Sem Rend.	98	86,7	15	13,3	113	9.626	62,0	5.904	38,0	15.530	15.643
	Mais de 1 SM	1.232	77,0	368	23,0	1.600	129.231	61,9	79.461	38,1	208.692	210.292
	De 1 a 3 SM	1.000	71,2	404	28,8	1.404	122.884	66,5	62.002	33,5	184.886	186.290
	De 3 a 5 SM	259	73,2	95	26,8	354	42.160	67,3	20.521	32,7	62.681	63.035
	De 5 a 10 SM	236	70,2	100	29,8	336	44.450	69,0	19.925	31,0	64.375	64.711
	Mais de 10 SM	92	100,0	0	0,0	92	35.291	69,7	15.350	30,3	50.641	50.733
	<b>TOTAL</b>	<b>2.916</b>	<b>74,8</b>	<b>984</b>	<b>25,2</b>	<b>3.900</b>	<b>383.641</b>	<b>65,4</b>	<b>203.159</b>	<b>34,6</b>	<b>586.800</b>	<b>590.700</b>
Entorno Imediato	Sem Rend.	1.294	67,7	618	32,3	1.912	5.370	73,3	1.953	26,7	7.323	9.235
	Mais de 1 SM	13.652	75,6	4.409	24,4	18.061	55.979	72,8	20.895	27,2	76.874	94.935
	De 1 a 3 SM	7.585	80,2	1.868	19,8	9.453	24.654	76,1	7.758	23,9	32.412	41.865
	De 3 a 5 SM	1.063	81,1	248	18,9	1.311	3.828	77,9	1.086	22,1	4.914	6.225
	De 5 a 10 SM	441	80,5	107	19,5	548	1.795	77,6	517	22,4	2.312	2.860
	Mais de 10 SM	170	86,7	26	13,3	196	884	83,9	170	16,1	1.054	1.250
	<b>TOTAL</b>	<b>24.207</b>	<b>76,9</b>	<b>7.276</b>	<b>23,1</b>	<b>31.483</b>	<b>92.511</b>	<b>74,1</b>	<b>32.379</b>	<b>25,9</b>	<b>124.890</b>	<b>156.373</b>
Entorno Distante	Sem Rend.	329	76,5	101	23,5	430	3.812	76,4	1.179	23,6	4.991	5.421
	Mais de 1 SM	2.150	76,4	664	23,6	2.814	40.881	73,9	14.444	26,1	55.325	58.139
	De 1 a 3 SM	859	73,9	304	26,1	1.163	14.570	79,0	3.864	21,0	18.434	19.597
	De 3 a 5 SM	125	53,6	108	46,4	233	2.590	80,3	636	19,7	3.226	3.459
	De 5 a 10 SM	85	68,0	40	32,0	125	1.582	84,6	288	15,4	1.870	1.995
	Mais de 10 SM	75	61,5	47	38,5	122	1.128	94,5	66	5,5	1.194	1.316
	<b>TOTAL</b>	<b>3.624</b>	<b>74,1</b>	<b>1.265</b>	<b>25,9</b>	<b>4.889</b>	<b>64.564</b>	<b>75,9</b>	<b>20.478</b>	<b>24,1</b>	<b>85.042</b>	<b>89.931</b>
<b>TOTAL</b>	Sem Rend.	<b>1.721</b>	<b>70,1</b>	<b>733</b>	<b>29,9</b>	<b>2.454</b>	<b>18.809</b>	<b>67,5</b>	<b>9.039</b>	<b>32,5</b>	<b>27.848</b>	<b>30.302</b>
	Mais de 1 SM	<b>17.035</b>	<b>75,8</b>	<b>5.443</b>	<b>24,2</b>	<b>22.478</b>	<b>226.090</b>	<b>66,3</b>	<b>114.799</b>	<b>33,7</b>	<b>340.889</b>	<b>363.367</b>
	De 1 a 3 SM	<b>9.444</b>	<b>78,6</b>	<b>2.576</b>	<b>21,4</b>	<b>12.020</b>	<b>162.110</b>	<b>68,8</b>	<b>73.623</b>	<b>31,2</b>	<b>235.733</b>	<b>247.753</b>
	De 3 a 5 SM	<b>1.448</b>	<b>76,3</b>	<b>450</b>	<b>23,7</b>	<b>1.898</b>	<b>48.577</b>	<b>68,6</b>	<b>22.242</b>	<b>31,4</b>	<b>70.819</b>	<b>72.717</b>
	De 5 a 10 SM	<b>761</b>	<b>75,6</b>	<b>246</b>	<b>24,4</b>	<b>1.007</b>	<b>47.827</b>	<b>69,8</b>	<b>20.728</b>	<b>30,2</b>	<b>68.555</b>	<b>69.562</b>
	Mais de 10 SM	<b>338</b>	<b>82,0</b>	<b>74</b>	<b>18,0</b>	<b>412</b>	<b>37.302</b>	<b>70,5</b>	<b>15.585</b>	<b>29,5</b>	<b>52.887</b>	<b>53.299</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>30.746</b>	<b>76,4</b>	<b>9.523</b>	<b>23,6</b>	<b>40.269</b>	<b>540.717</b>	<b>67,9</b>	<b>256.017</b>	<b>32,1</b>	<b>796.734</b>	<b>837.003</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991; 2000). Tabulações especiais da autora.

Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de 5 anos de residência (1986-1991) e pessoas maiores de 5 anos com residência em 1995 em município diferente do de residência em 2000 e que migraram entre municípios da RIDE.

A localização dos indivíduos, segundo categorias definidas e local de residência no interior da RIDE, demonstra a concentração das ocupações em posições mais elevadas na estrutura social na região central do DF e a disseminação das categorias médias e de posição inferior nos municípios do entorno metropolitano. A análise demonstrou também a especificidade da região em relação ao dimensionamento do setor terciário da economia. Enquanto nas principais metrópoles a participação dos trabalhadores inseridos na categoria média, formada por trabalhadores não manuais (em atividades de rotina e de supervisão dos setores público e privado, técnicos e artistas, trabalhadores da saúde e educação e trabalhadores da justiça, segurança e correios), aparece como predominante entre as demais<sup>56</sup>, no caso da RIDE fica evidente o peso da categoria “trabalhadores manuais do terciário”, em todos os recortes espaciais adotados.

A espacialização das categoriais socioocupacionais demonstra também que os trabalhadores sem qualificação, aqui representados pelos ambulantes e biscateiros e trabalhadores domésticos, se concentram no entorno imediato, o que evidencia o papel de repositórios da população de renda mais baixa e menos qualificada, que depende do DF para atendimento da demanda por empregos, em função da concentração no seu território de atividades econômicas geradoras de renda e população de renda mais alta, que demanda serviços e empregos domésticos.

A ideia é estabelecer neste item uma comparação entre migrantes e não-migrantes intra-regionais, como forma de avaliar os diferenciais entre o grau de inserção socioocupacional e inferir o papel destes fluxos na configuração socioespacial da região (Tabela 21).

---

<sup>56</sup>As pesquisas realizadas para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte demonstraram que a participação da categoria média correspondeu entre 25% e 28% do total, enquanto os manuais do secundário representavam entre 21% e 26% dos ocupados e os manuais do terciário entre 22% e 25%.

**TABELA 21** – Chefes migrantes, por inserção socioocupacional segundo a residência anterior – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Em porcentagem

Residência Atual	Residência Anterior	Inserção Ocupacional								TOTAL
		Categ. Dirig.	Categ. Intelec.	Empregadores Urbanos	Categ. Média	Trab. Man. Secund	Trab. Man. Terc.	Trab. Man. s/qualif.	Trab. Agríc.	
Distrito Federal	DF									
	Outros da Ride	1,0	0,8	4,5	13,2	17,6	42,4	15,1	5,5	<b>2.726</b>
	Outras Localidades	1,8	3,0	3,1	13,6	10,5	50,8	13,7	2,5	<b>40.165</b>
Entorno Imediato	DF	0,2	0,2	2,5	10,2	21,2	49,4	13,3	1,9	<b>18.143</b>
	Outros da Ride	0,0	0,0	1,7	10,8	19,4	46,0	14,5	6,4	<b>2.314</b>
	Outras Localidades	0,0	0,1	2,3	7,6	25,5	43,8	15,9	4,0	<b>14.522</b>
Entorno Distante	DF	0,0	0,0	5,9	6,9	15,1	41,9	8,0	18,4	<b>1.498</b>
	Outros da Ride	0,0	0,0	1,8	4,6	10,1	24,4	8,3	49,1	<b>1.514</b>
	Outras Localidades	0,2	1,6	6,4	6,1	8,5	29,5	10,6	36,0	<b>5.233</b>
<b>TOTAL</b>	<b>DF</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>2,7</b>	<b>10,0</b>	<b>20,7</b>	<b>48,9</b>	<b>12,9</b>	<b>3,2</b>	<b>19.665</b>
	<b>Outros da Ride</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>2,9</b>	<b>10,3</b>	<b>16,5</b>	<b>39,4</b>	<b>13,3</b>	<b>15,9</b>	<b>6.553</b>
	<b>Outras Localidades</b>	<b>1,3</b>	<b>2,2</b>	<b>3,2</b>	<b>11,6</b>	<b>13,9</b>	<b>47,3</b>	<b>13,9</b>	<b>5,8</b>	<b>59.542</b>
<b>TOTAL RIDE</b>		<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>3,1</b>	<b>11,1</b>	<b>15,7</b>	<b>47,0</b>	<b>13,7</b>	<b>6,0</b>	<b>86.135</b>

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000) Tabulações especiais pela autora.

Migrante: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995/Censo 2000 (inclui não naturais e retorno).

O total inclui outros sem especificação e estrangeiros.

No item em que foram analisadas as características sociodemográficas dos migrantes que chegam à região, segundo o seu local de origem, foram estabelecidos alguns diferenciais entre emigrantes intra-regionais e migrantes de outras regiões, apontando para uma qualificação um pouco melhor para os não-migrantes intra-regionais, em função das maiores participações nas categorias de posição mais elevada na hierarquia social: a dos dirigentes e a dos intelectuais

Como já foi demonstrado em outras análises deste estudo, o predomínio do terciário sobre os demais setores da economia pode ser verificado para todos os recortes espaciais e independe, em termos gerais, do local de origem do movimento migratório. A desagregação destes dados, segundo local de destino na região, indica que o fluxo de migrantes que deixam o DF em direção ao entorno imediato apresenta participações ligeiramente maiores nas categoriais socioocupacionais de posição mais elevada, se comparado com os demais fluxos originários dentro e fora da RIDE.

No caso do fluxo em direção ao DF, a migração vinda de localidades externas à RIDE apresenta indícios de uma melhor qualificação, com mais pessoas que se enquadram nas categorias mais elevadas, se comparadas às características da população que deixa os municípios do entorno. Esta maior participação pode ser atribuída aos fluxos vindos do

Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro, como já foi demonstrado anteriormente. No entanto, este mesmo fluxo também apresenta maiores participações dos trabalhadores menos qualificados, representados pela categoria “trabalhadores manuais sem qualificação”, em que se agregam os ambulantes/biscateiros e os trabalhadores domésticos.

Os fluxos de migrantes vindos dos municípios da RIDE (excluído o DF) e das demais localidades, em direção aos demais municípios do entorno, como era esperado, apresentam as maiores participações dos trabalhadores agrícolas, o que é coerente com o peso da agropecuária na economia municipal, nesta parte da região.

Os diferenciais entre migrantes e não-migrantes intra-regionais são significativos apenas para os fluxos sem direção ao Distrito Federal, em função dos diferenciais já estabelecidos entre outros migrantes e os migrantes intra-regionais. As maiores variações entre as participações dos chefes segundo a condição migratória são mais significativas para os extremos da hierarquia social. Os migrantes intra-regionais apresentam participações menores nas categoriais “dirigentes” e “intelectuais”, e maiores participações na categoria “trabalhadores manuais sem qualificação”.

Para os demais recortes espaciais praticamente não se verificam alterações entre migrantes e não-migrantes intra-regionais, o que significa que estes fluxos mais recentes contribuem, ou melhor, reforçam a segregação socioespacial da região. Não se pode esquecer que os dados são relativos à migração nos últimos cinco anos e, portanto, não demonstram o peso destes fluxos no início da formação da periferia regional, na década de 70. Os dados para o período 1986-1991 indicam diferenciais maiores, demonstrando que a população migrante estava em condições menos favoráveis na hierarquia social. se comparada à população não-migrante, indicando que o perfil socioocupacional da região tende a uma homogeneização em função da intensificação dos fluxos.

Reconhecendo a educação como atributo da inserção sócio-econômica da população, apresenta-se os diferentes níveis educacionais dos chefes e a sua relação com a inserção socioocupacional da população, segundo condição migratória e localização de destino na região.

Os dados demonstram que o nível educacional não é suficiente para explicar a inserção socioocupacional da população. Chefes com mesmo nível educacional assumem diferentes posições na estrutura social, e a localização no interior da região (associada ou não à condição migratória) assume importância na posição que o indivíduo ocupa nesta estrutura, definindo o grau desta inserção.

Assim, é possível observar que os chefes migrantes com mais de 16 anos de estudo, o que corresponde ao ensino médio completo ou mais, se comparados com os não-migrantes intra-regionais, assumem posições inferiores na estrutura socioocupacional da região, seja em relação às menores participações nas categoriais de posição mais elevada, seja no que se refere às mais elevadas participações nas posições inferiores (1,4% para os migrantes e 3,9% para os não-migrantes na categoria dirigente; 0,9% e 3,3% na categoria intelectual e 3,2% e 2,6% de “trabalhadores manuais sem qualificação”, respectivamente).

Os chefes com menos de quatro anos de estudo representavam 21,4% dos trabalhadores “manuais sem qualificação”, enquanto a participação nesta categoria para os não-migrantes com o mesmo nível educacional, era de 18,5%.

Os diferenciais são ainda mais acentuados para os migrantes intra-regionais que se dirigem ao DF. No entanto, para os municípios que integram o entorno imediato, os diferenciais praticamente não existem, sendo que, para a categoria “dirigente”, a participação relativa dos migrantes foi superior à dos não-migrantes, o que não chega a surpreender, uma vez que os dados sobre renda e níveis de escolaridade já apontavam uma redução dos diferenciais entre chefes segundo a condição migratória neste recorte espacial.

O objetivo deste item é verificar os diferenciais existentes entre os migrantes e os não-migrantes intra-regionais, visando estabelecer relações entre as características sociodemográficas destes dois segmentos populacionais, relacionadas à sua localização no espaço urbano regional, como forma de entender as relações entre estruturação urbana e diferenciação socioespacial da população.

Como foi mencionado na introdução deste item sobre a migração intra-regional, o espaço urbano tem como principal elemento estruturador a disputa por localizações otimizadas em razão das possibilidades de deslocamentos. Os segmentos populacionais de maior poder político e econômico se apropriam das melhores localizações, restando às populações menos favorecidas, as localizações menos qualificadas, com piores condições de acessibilidade, e acesso precário a serviços sociais e infra-estrutura básica, reforçando assim o processo de exclusão social destes segmentos de menor inserção profissional, o que certamente acarreta menores rendimentos.

Assim sendo, a análise dos diferenciais entre a população, segundo localização espacial e condição migratória, não estaria completa se não fossem considerados aspectos relativos às condições de habitação destes segmentos populacionais. A metodologia, já descrita na análise sobre o processo de ocupação territorial e estruturação urbana na região, será utilizada como forma de agregar, numa só tipologia, as condições de inadequação dos domicílios, segundo

acesso à infra-estrutura (condições adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e tratamento de resíduos sólidos), tipo e localização do domicílio (domicílio permanente ou improvisado, casa ou cômodo, localização em setor caracterizado como aglomerado subnormal ou não) e condições de instalação sanitária (existência de banheiros).

Os diferenciais nas condições de habitação são visíveis tanto entre os recortes espaciais quanto para as condições migratórias dos chefes do domicílio. Enquanto 15,5% dos chefes migrantes têm domicílios totalmente adequados, este percentual entre os não-migrantes chega a 60,8%. Quando os dados são desagregados para os três recortes espaciais, é possível verificar o diferencial entre o DF e os demais municípios, uma vez que 77,0% dos chefes não-migrantes e 57,2% dos migrantes residentes no DF estão em domicílios com condições adequadas de infra-estrutura, instalações sanitárias e localização.

No entorno imediato, o percentual de domicílios com condições adequadas é de apenas 11,3 % para os chefes migrantes e 31,7 % para os não-migrantes intra-regionais, situação ainda mais grave para os demais municípios do entorno, onde a proporção de adequação dos domicílios cai para 9,0% entre os migrantes.

Alguns municípios do entorno imediato, no entanto, apresentaram altas participações dos domicílios adequados, tais como Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, em função de parte da ocupação ter sido através da construção de conjuntos habitacionais, o que demonstra os diferenciais no interior da periferia, relacionados à precariedade da ocupação através do binômio lotes populares/autoconstrução.

É importante ressaltar que, para a maioria dos municípios que apresentam algum grau de inadequação, a falta do serviço de coleta e tratamento de esgotos é determinante, podendo ou não estar associada a outras carências relacionadas ao provimento de infra-estrutura urbana.

Em síntese, pode-se concluir que a intensidade e a direção da migração intra-regional na RIDE estão intimamente relacionadas ao processo de expansão da mancha urbana do Distrito Federal, em continuidade à expansão com as mesmas características no interior do quadrilátero. A oferta de moradias ao longo dos eixos de crescimento periférico, principalmente na direção sudoeste, foi sem dúvida o principal condicionante à formação da periferia regional, que surge como forma de atenuar as pressões por moradia dos segmentos menos favorecidos, política e economicamente, contribuindo assim para a manutenção da ocupação seletiva das áreas mais centrais.

A ocupação desta periferia, constituída a partir da ocupação das porções do território de antigos municípios goianos, contíguas ao território do DF, resulta de dois processos

diferenciados, mas que na verdade agem de maneira articulada, sempre com o objetivo da manutenção da ocupação seletiva nas áreas mais centrais de Brasília.

O mercado imobiliário atua especulativamente através da oferta de parcelamentos nos municípios goianos limítrofes, antes mesmo da inauguração da nova capital, com a conivência do poder público (do DF e dos municípios goianos em questão, que, na ausência de dinamismo econômico que pudesse lhes assegurar crescimento, acreditavam ser esta uma forma de aumentar a arrecadação municipal), principalmente no município de Luziânia, constituindo o principal eixo de crescimento periférico, ao longo da BR 040 em direção aos estados do Sudeste.

O Estado, por sua vez, diante dos conflitos pela posse da terra urbana, gerados principalmente pela pouca oferta de moradia que atendessem à população de baixa renda, age reassentando a população das ocupações ilegais de baixa renda em regiões cada vez mais distante das áreas centrais, prioritariamente na direção predominante do crescimento periférico (Eixo Sudoeste).

Em função deste processo de ocupação, a migração intra-regional ganha força, assumindo maior intensidade a partir da década de 1980, tendo como fluxos predominantes aqueles originados no DF em direção ao município goiano de Luziânia, que, em função do rápido crescimento populacional, se dividiu, dando origem aos demais municípios que integram o entorno imediato. Este contingente populacional em direção à periferia, apesar de ser constituído por pessoas com menores possibilidades de auferir renda, em função da baixa qualificação (se comparadas com a população que ocupa a região central do DF), ainda está em melhores condições do que os não-migrantes residentes nesta região (pessoas que migraram a mais de cinco anos, migrantes interestaduais e pessoas naturais dos municípios), o que demonstra que o processo de expulsão de população do Distrito Federal atinge no período mais recente, segmentos populacionais de idade ligeiramente mais avançada, nas fases de consolidação do ciclo vital familiar, com maiores níveis educacionais e em melhores posições na estrutura social.

Além de alimentar o processo de segregação socioespacial da população, a intensificação do fenômeno da migração intra-regional como resposta ao processo de estruturação intra-urbana, condicionada principalmente pela oferta de moradias sem o desenvolvimento paralelo de atividades geradoras de emprego e renda nos municípios de destino, gera a intensificação de outra forma de movimentação populacional no interior da região: a mobilidade pendular, que será analisada no item a seguir.

### 3.6 Mobilidade pendular

A busca por melhores localizações no interior do espaço urbano, principal elemento estruturador da ocupação territorial, faz com que os segmentos de menor poder político e econômico ocupem espaços mais desestruturados e menos valorizados em função das piores condições de acessibilidade, intensificando assim os deslocamentos populacionais diários, com diferentes motivações, tais como atendimento às demandas por trabalho, educação, consumo, serviços sociais e mesmo por atividades de lazer.

Nem sempre a mobilidade pendular está associada ao processo de segregação socioespacial da população. Hogan (1990), num estudo sobre a mobilidade pendular em Cubatão, demonstrou o movimento como alternativa voluntária da população de maior poder aquisitivo que não deseja residir em Cubatão devido aos altos níveis de poluição. Nesse caso, trata-se de um movimento voluntário, que busca a otimização da qualidade de vida, possivelmente com melhores condições de deslocamento.

No caso da RIDE, a mobilidade pendular revela os diferenciais no acesso ao solo urbano pelos diferentes segmentos sociais da população, implicando deslocamentos compulsórios na busca pelo atendimento das demandas básicas por trabalho, serviços sociais, lazer e atividades de consumo, com o agravamento gerado pelas grandes distâncias e pelo deficiente sistema de transportes.

Entre estes, a demanda por trabalho ou educação, além de assumir peso maior entre as demais em função do seu caráter de movimentação diária, pode ser mensurada a partir dos dados censitários, o que será realizado neste item, estabelecendo diferenciais entre as pessoas que realizam mobilidade pendular, segundo condição migratória, níveis educacionais, inserção socioocupacional e condição de ocupação do imóvel, esta última como forma de avaliar a relação entre localização periférica destas pessoas que se movem diariamente e a aquisição de moradias.

Como pode ser verificado na Tabelas 22 apresentada a seguir, o volume de pessoas que se movem diariamente no interior da RIDE aumentou de 13.328 em 1980, para 132.909 em 2000<sup>57</sup>. Os dados referentes às pessoas que declararam como local de trabalho ou estudo outras UFs foram desprezados por representarem menores possibilidades de se configurarem em movimentos diários, em função das distâncias a serem percorridas.

Os dados referentes a outros municípios de Minas Gerais ou Goiás, que não integram a região em estudo, foram considerados pela possibilidade de representarem movimentos

---

<sup>57</sup>Infelizmente os dados censitários não permitem medir os fluxos pendulares entre as Regiões Administrativas de localização periférica e o Plano Piloto, o que certamente elevaria os volumes verificados.

pendulares, em direção a outros municípios vizinhos. Alguns municípios de base econômica agropecuária, não diretamente atingidos pelo processo de expansão do DF, estabelecem fluxos pendulares com municípios vizinhos, ainda que com menor intensidade se comparados com o fluxo predominante entre o DF e entorno imediato. É o caso, por exemplo, dos municípios de Água Fria de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, onde a população que realiza mobilidade pendular em direção a outros municípios de Goiás é predominante, representando, em 2000, respectivamente, 91,5%, 50% e 77% do total. Outros como Mimoso de Goiás e Cabeceiras têm como principal local de trabalho ou estudo da população que realiza movimentos diários os demais municípios do entorno, embora neste caso, a participação de Brasília como local destino desta população seja bastante próxima da observada para o fluxo principal. No entanto, é preciso salientar que, nos dois casos, esses volumes são muito pequenos.

**TABELA 22** – População residente, por localidade onde trabalha ou estuda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980

Em porcentagem

Residência	Região, Unidade da Federação ou Município que trabalha ou estuda									
	Outras		Minas	Entorno		Planaltina	Total		Total	TOTAL
Atual	UFs	Goiás	Gerais	Distante	Luziânia	de Goiás	Entorno imediato	Brasília	RIDE	(nº Abs.)
Buritis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0
Unai	5,9	2,3	26,7	6,4	0,0	0,0	0,0	58,8	256	393
Abadiânia	38,3	93,3	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4	60
Alexânia	0,0	11,3	0,0	18,8	0,0	0,0	0,0	69,9	118	133
Cabeceiras	0,0	0,0	0,0	65,4	0,0	0,0	0,0	34,6	52	52
Corumbá de Goiás	0,0	64,2	5,8	2,5	0,0	0,0	0,0	27,5	36	120
Cristalina	13,4	16,1	6,5	2,2	21,5	0,0	21,5	40,3	119	186
Formosa	4,0	11,9	6,4	3,7	0,0	2,4	2,4	74,8	632	781
Luziânia	0,8	1,2	0,4	1,1	0,0	0,0	0,0	96,6	10.111	10.354
Padre Bernardo	46,3	17,9	1,9	8,0	0,0	0,0	0,0	72,2	130	162
Pirenópolis	2,6	85,1	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	7,7	24	195
Planaltina de Goiás	2,9	3,1	0,3	1,8	0,3	0,0	0,3	92,0	1.087	1.155
Brasília	39,3	24,2	9,0	13,7	12,4	2,3	14,7	0,0	7590	2.669
Entorno Imediato	1,0	1,4	0,4	1,2	0,0	0,0	0,0	96,1	11.198	11.509
Entorno Distante	8,7	22,8	8,5	7,0	1,9	0,9	2,8	56,0	1.3710	2.082
<b>TOTAL</b>	<b>13,6</b>	<b>7,9</b>	<b>2,8</b>	<b>4,0</b>	<b>2,3</b>	<b>0,5</b>	<b>2,8</b>	<b>75,2</b>	<b>13.328</b>	<b>16.260</b>

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980). Tabulações especiais da autora.

No caso de Brasília, 39,3% das pessoas que declararam trabalhar ou estudar em municípios diferentes dos de moradia, tinham como destino municípios localizados em outras Unidades da Federação, excluídas o DF, Goiás e Minas Gerais.

Das 103.909 pessoas que se movem diariamente no interior da região, 119.916 (90,2%) deixam municípios localizados no Entorno imediato em direção ao Distrito Federal, onde estão concentrados os empregos e as possibilidades de geração de renda.

A mobilidade pendular apresenta estreita relação com o processo de estruturação urbana, principalmente no que se refere aos diferenciais entre as localizações das atividades no espaço urbano regional e a intensificação da migração intra-regional. No processo de estruturação intra-urbana a necessidade de deslocamento de pessoas em direção à periferia

certamente gerou a intensificação destes fluxos pendulares, na busca do atendimento das demandas legítimas desta população que não consegue se inserir no espaço do DF. A ligação entre os dois tipos de movimentos populacionais é estreita: a ocorrência do primeiro gera o segundo, ou seja, ao se mudar para a periferia a população passa a depender das viagens diárias em direção ao antigo local de moradia, como forma de obter renda e serviços que lhe permitam sobreviver.

Assim sendo, possivelmente grande parte desta população que realiza movimentos pendulares já fez algum movimento migratório em direção ao atual município de residência.

Cerca de 42% do total das pessoas que realizavam movimentos pendulares, em 2000, tinham menos de cinco anos de residência no município em que moravam, das quais 50,3% declararam como residência em 31/07/1995 o Distrito Federal, como era esperado.

Desagregados para os diferentes recortes espaciais, os dados revelam que 58,5% das pessoas que residem há menos de cinco anos no entorno imediato e que fazem este movimento diário vieram do DF. No entanto, se compararmos com os dados de 1980, observa-se que o percentual de pessoas que realizam movimentos diários em direção a Brasília, residem no entorno imediato e declaram residência anterior no Distrito Federal diminuiu de 72,3 % para 59,3%, em 2000.

Essa redução da emigração do DF em relação às pessoas que realizam a mobilidade pendular ocorre em função do aumento da participação dos fluxos interestaduais no total da migração em direção ao entorno imediato

Apesar de o Distrito Federal continuar concentrando as oportunidades de emprego e geração de renda, os municípios do entorno imediato, principalmente Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, vêm aumentando sua participação como receptor de pessoas que realizam mobilidade pendular, recebendo 32% das pessoas residentes em Brasília que fazem este movimento, mais especificamente nas Regiões Administrativas do Gama e de Santa Maria, cujas distâncias são menores em direção a estes municípios do que para regiões onde se concentram os empregos no DF (como o setor comercial sul no Plano Piloto ou o centro da Região Administrativa de Taguatinga, por exemplo).

A população que passa a residir nos municípios do entorno pode ser definida como de baixa renda e, portanto, é de esperar que os segmentos populacionais que realizam movimentos diários em direção a outros municípios da região também apresentem esta característica. De fato, a análise dos dados da tabela 23 demonstra que cerca de 59% das pessoas nesta situação recebem até 1 salário Mínimo *per capita*, nos dois anos estudados.

O local de residência desta população também revela diferenças entre os níveis socioeconômicos da população que realiza o movimento pendular. Dos residentes no DF, 31,8% recebiam, em 2000, até um salário mínimo *per capita*, enquanto para os que habitavam o entorno imediato este percentual era de 53,7%.

Se forem considerados os destinos diários desta população, 69,2% dos que moram no entorno imediato e se dirigem para os demais municípios do entorno recebiam até um salário mínimo *per capita*. Certamente estes diferenciais de renda estão associados às ocupações destes segmentos populacionais, o que será investigado a seguir.

**Tabela 23** – Chefes, por local de trabalho ou estudo segundo a renda *per capita* familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980 e 2000

Em porcentagem

Residência Atual	Renda Per Capita Familiar	Município que Trabalha ou Estuda 1980			TOTAL (nº Abs.)	Município que Trabalha ou Estuda 2000			TOTAL (nº Abs.)
		Entorno Distante	TOTAL E. Imediato	Brasília		Entorno Distante	TOTAL E. Imediato	Brasília	
Núcleo	Sem Rend.	1,4	0,0	0,0	4	0,0	8,0	0,0	0
	Mais de 1 SM	41,0	37,0	0,0	255	22,1	57,6	0,0	375
	De 1 a 3 SM	34,8	47,8	0,0	192	24,9	20,3	0,0	365
	De 3 a 5 SM	8,2	8,7	0,0	60	12,3	6,8	0,0	153
	De 5 a 10 SM	3,1	6,5	0,0	16	15,0	4,5	0,0	165
	Mais de 10 SM	6,8	0,0	0,0	20	25,7	10,2	0,0	123
Entorno Imediato	Sem Rend.	9,8	0,0	1,9	121	0,0	0,0	0,0	189
	Mais de 1 SM	61,0	0,0	60,7	3.857	69,2	55,4	53,7	37.810
	De 1 a 3 SM	29,3	100,0	28,8	1.834	24,6	36,8	33,9	21.667
	De 3 a 5 SM	0,0	0,0	5,8	364	4,0	3,7	8,6	3.046
	De 5 a 10 SM	0,0	0,0	1,9	123	0,0	4,1	3,3	1.160
	Mais de 10 SM	0,0	0,0	0,3	20	2,1	0,0	0,6	413
	<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>3</b>	<b>6.312</b>	<b>6.356</b>	<b>471</b>	<b>269</b>	<b>3.715</b>	<b>64.285</b>
Entorno Distante	Mais de 1 SM	52,9	50,0	69,4	233	69,2	55,4	53,7	2.470
	De 1 a 3 SM	39,2	20,0	16,9	74	24,6	36,8	33,9	1.474
	De 3 a 5 SM	7,8	0,0	2,4	10	4,0	3,7	8,6	347
	De 5 a 10 SM	0,0	0,0	9,8	25	0,0	4,1	3,3	133
	Mais de 10 SM	0,0	0,0	0,0	0	2,1	0,0	0,6	31
	<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>10</b>	<b>255</b>	<b>349</b>	<b>471</b>	<b>269</b>	<b>3.715</b>	<b>4.455</b>
Total	Sem Rend.	2,1	5,4	1,8	128	0,0	0,0	0,3	189
	De 1 a 3 SM	34,8	42,9	28,4	2.100	25,6	34,4	33,7	23.506
	De 3 a 5 SM	7,3	7,1	5,6	434	7,2	7,9	4,9	3.545
	De 5 a 10 SM	2,3	5,4	2,3	164	4,6	6,7	1,9	1.457
	Mais de 10 SM	5,2	0,0	0,3	40	8,9	2,6	0,6	567
	<b>TOTAL</b>	<b>385</b>	<b>56</b>	<b>6.567</b>	<b>7.266</b>	<b>833</b>	<b>2.493</b>	<b>66.592</b>	<b>69.920</b>

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 2000). Tabulações especiais da autora.

Em toda a região, principalmente no período mais recente, pode ser observado o predomínio da categoria “trabalhadores manuais do terciário”, como já foi evidenciado em outras ocasiões, ao longo desse estudo.

Os dados para a população total da região, independente do local e residência, indicam que os fluxos em direção ao DF apresentam maiores proporções de pessoas menos

qualificadas, com maior participação das categorias “trabalhadores manuais sem qualificação” (ambulantes, biscateiros e trabalhadores domésticos, representando 13,2% do total) e menor participação da categoria média (12,3%), se forem comparados com os fluxos em direção ao entorno imediato. Nos fluxos em direção à periferia, a participação dos trabalhadores sem qualificação foi de 5,3% e a da categoria média, 20%.

No movimento em direção aos demais municípios do entorno, como era de se esperar, 45,5% são trabalhadores agrícolas, embora os trabalhadores manuais do terciário representem 23,1% do total.

A comparação dos dados entre 1980 e 2000 demonstra o quanto o entorno imediato tem sua estrutura interna alterada, em função do processo de ocupação relacionado à expansão do DF. Em 1980, 29% das pessoas que se movimentavam diariamente em direção ao DF eram trabalhadores agrícolas, e apenas 10% correspondiam a trabalhadores manuais do terciário.

Em 2000, em função da ocupação intensa, com significativo crescimento populacional e conseqüentemente maior diversificação das atividades econômicas, 50% do fluxo diário de pessoas é de trabalhadores manuais do terciário, 20% da categoria média e 17,8% de trabalhadores manuais do secundário, ainda que sejam fluxos numericamente pouco significativos (2.166 pessoas).

Para o fluxo mais importante, representado pelas pessoas que deixam o DF e vão em direção ao entorno imediato, no período 1980-2000, houve decréscimo da participação da categoria média, o que a princípio poderia sugerir uma queda na qualificação das pessoas que vão para a periferia e que realizam a mobilidade pendular, na busca por trabalho no DF (26,3% em 1980 e 12,7% em 2000).

Apesar de a menor participação da categoria média representar uma queda na posição social da população, este fato não pode ser atribuído exclusivamente estes trabalhadores que moram na periferia. Essa redução pode ser generalizada para a população total da RIDE e ocorreu devido ao aumento de trabalhadores manuais do terciário, o que na verdade reflete a especialização da região enquanto “metrópole terciária”<sup>58</sup>.

Os dados censitários sobre a movimentação diária de pessoas entre os municípios, infelizmente, só medem os fluxos para as pessoas que estavam em atividade na data da coleta censitária e apenas para as motivações trabalho e estudo. Como forma de complementar estas

---

<sup>58</sup> O termo tem sido adotado em diversos trabalhos escritos sobre Brasília, principalmente na Coleção Brasília publicada pela Editora da UNB - (PAVIANI, 1985; 1987; 1989; 1991; 1996; 1999).

informações, serão utilizados os dados sobre a Pesquisa Domiciliar-Transporte, realizada pela Codeplan (1997), sobre as viagens realizadas no interior do DF.

Segundo os dados desta pesquisa, eram realizadas cerca de 2.700.000 viagens diárias pelas populações residentes nos núcleos urbanos do Distrito Federal, das quais 1.850.000 por modos motorizados e 850 "a pé", o que correspondia a uma mobilidade pessoal de 1,54 viagens/dia/habitante, por todos os motivos e modos, alcançando valores mais elevados nas Regiões Administrativas de Brasília (2,14), Cruzeiro (1,82), Guará (1,73) e Núcleo Bandeirante (1,63). A distribuição percentual dessas viagens, segundo os motivos para os quais eram realizadas, evidenciava que as viagens para trabalho e estudo representavam 60% e 24%, respectivamente, contra 16% voltadas para assuntos pessoais, compras, lazer, saúde e outros motivos.

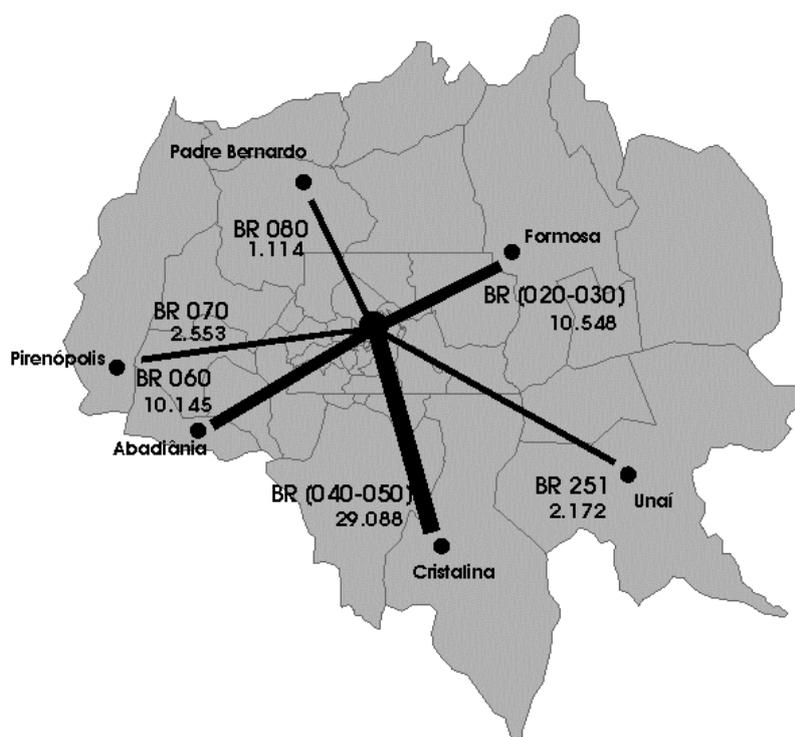
A repartição das viagens entre os modos motorizados mostrava que, das 1.850.000 viagens/dia, cerca de 950 mil (53%) eram realizadas por ônibus (convencional, executivo, vizinhança, fretado), 850 mil (45%) por meio de automóvel (incluindo-se o condutor e o passageiro do veículo), 10 mil viagens (0,6%) através de táxi e lotação e 40 mil (1,4%) por outros modos.

Entre as regiões administrativas que apresentavam os volumes mais significativos de deslocamentos por automóvel, destacavam-se Brasília (75%), Cruzeiro (53%), Núcleo Bandeirante (52%) e Guará (50%), enquanto as viagens por ônibus eram mais representativas entre as populações das RAs de Samambaia (92%), Brazilândia (87%), Paranoá (86%) e Ceilândia (82%), onde a renda é relativamente mais baixa, segundo informações sobre renda *per capita* familiar apresentados no capítulo anterior.

Os dados desta pesquisa sobre as viagens em direção aos municípios que integram a RIDE demonstram claramente a intensidade das viagens em direção aos municípios do entorno imediato, com um fluxo de mais de 20.000 viagens diárias ao longo do eixo em direção a Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Luziânia (Figura 3).

Alguns dados sobre as viagens realizadas entre o DF e alguns municípios do entorno, disponibilizados por este órgão mais recentemente, mostram que as viagens por trabalho também são predominantes entre aquelas em direção aos municípios do entorno, como já demonstravam os dados sobre mobilidade pendular da população efetivamente ocupada.

**FIGURA 3** – Principais fluxos de transportes –Nº de viagens diárias todos os dias



Fonte: Pesquisa Origem e Destino – Codeplan 1997.

### 3.7 Considerações finais sobre a migração na região

Como pode ser visto através das informações sobre fluxos migratórios para a região, apesar do arrefecimento verificado na década de 80, no período mais recente (1991-2000) os movimentos migratórios continuam a ser importantes em termos numéricos, apresentando inclusive uma ligeira recuperação em relação aos anos 80.

Os principais movimentos migratórios com destino à região podem ser resumidos, segundo o local de origem, em dois fluxos principais: os migrantes que realizam movimentos de longa distância em direção ao DF; e os migrantes internos que fazem movimentos de curta distância, num processo de redistribuição da população que chega à região, em direção aos municípios goianos que integram a periferia regional.

Entre os migrantes interestaduais, o fluxo predominante é o de nordestinos, inicialmente em direção ao DF, intensificando-se em direção aos municípios periféricos ao longo do período estudado.

Durante o processo de estruturação intra-urbana na região, a ocupação territorial tem sido marcada por processos de exclusão socioespacial, concentrando a população de renda mais elevada e maior poder político em áreas mais centrais e privilegiadas em termos de infraestrutura básica e serviços sociais, ao mesmo tempo em que redistribui a população menos favorecida nestes aspectos, constituindo uma ocupação periférica, onde as condições de

acesso não só aos serviços e equipamentos urbanos e à infra-estrutura básica, como também às áreas mais centrais, onde estão as oportunidades de trabalho, consumo e lazer, são desfavoráveis, implicando constantes deslocamentos diários.

A formação desta periferia consolida-se à medida que se intensifica a migração intra-regional, tendo como principal fluxo os movimentos com origem no DF e destino nos municípios goianos localizados nos limites do DF, principalmente na direção sudoeste.

Os dados sobre a naturalidade das pessoas que realizaram este movimento, nas duas últimas décadas, indicam que esse fluxo é uma nova etapa migratória da população de imigrante em direção ao DF, expulsos principalmente pela oferta restrita de moradias acessíveis, em função da excessiva valorização das terras urbanas no local de origem. No período 1986-1991, das pessoas que chegavam à periferia, vindas do DF, cerca de 51,8% eram naturais do Estados do Nordeste, aumentando este percentual, no período 1995-2000, para 63,3% do total.

As características sociodemográficas da população migrante, segundo o local de origem e destino no interior da região, indicam que os migrantes de longa distância são mais jovens, mais pobres em termos de rendimentos recebidos, menos qualificados e ocupam posições mais desfavoráveis na estrutura social da região. Na maioria são migrantes do tipo individual e no caso específico do DF como destino, existe a predominância da migração feminina.

Já os migrantes intra-regionais, provavelmente em função da remigração, são na maioria pertencentes a famílias nucleares, na fase inicial do ciclo vital familiar, com rendimentos familiares *per capita* ligeiramente mais elevados se comparados aos migrantes interestaduais, com melhor inserção profissional e ocupando posições um pouco melhores na estrutura social da região. No entanto, é preciso ressaltar que comparados à população que habita a região central do DF (Plano Piloto e adjacências), ou mesmo os imigrantes que têm origem na Região Sudeste, principalmente Rio de Janeiro, as condições de vida e inserção social destes são extremamente desfavoráveis.

Os dados sobre mobilidade pendular da população no interior da RIDE demonstraram a intensificação do fenômeno associada à expansão da mancha urbana em direção aos municípios goianos. Esta ocupação, com características predominantemente residenciais, sem que fosse acompanhada pela implantação de atividades que pudessem gerar empregos ou oportunidades de auferir renda para a população local, faz com que, diariamente, cerca de 119.916 pessoas deixem o entorno imediato em direção ao DF, na busca por educação ou trabalho.

A análise das características da população da região, segundo sua condição migratória, constituiu importante instrumento de análise sobre as respostas sociodemográficas ao processo de estruturação urbana. No entanto, esta análise poderá ser mais aprofundada se forem investigadas algumas destas características, para áreas menores do que os limites dos municípios, ou das Regiões Administrativas do DF, segundo as informações não amostrais do censo demográfico do IBGE/2000, desagregadas por setores censitários urbanos, para o DF e os municípios goianos limítrofes que integram o entorno imediato, o que será realizado no próximo capítulo.

---

### **A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COMO RESPOSTA SOCIODEMOGRÁFICA AO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA**

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a segregação socioespacial da população e distribuição sociodemográfica iniciada nos capítulos anteriores, demonstrando mais especificamente como esse processo se estabelece entre os elementos da estrutura intra-urbana (centro principal, subcentros e conjunto de bairros residenciais). Para tanto, será considerado, além do espaço urbano interno ao DF, o território composto pelos principais municípios goianos que assumem papel de municípios-dormitório e que constituem a parte de crescimento demográfico mais expressivo associado ao processo de periferização na região.

O objetivo mais específico deste capítulo é verificar, no âmbito intra-urbano, algumas hipóteses sobre as tendências de estruturação espacial e as alterações na distribuição da população, já levantadas na análise dos dados sobre mobilidade interna à região. São elas: a tendência de crescimento periférico, com deslocamento da população de baixa renda em direção às regiões administrativas e municípios goianos limítrofes; tendência mais antiga de concentração de população de alta renda nas áreas centrais, próximas ao Plano Piloto (RAs de Brasília, Lago Norte e Lago Sul) e a mais recente tendência de deslocamento desse segmento populacional, através da ocupação em condomínios irregulares.

Algumas características sociodemográficas serão mapeadas em função da possibilidade de estarem atuando em associação a estas tendências de alteração na configuração espacial, como incentivo à ocupação diferenciada socioespacialmente nos segmentos do espaço intra-urbano. Famílias nas fases iniciais do ciclo vital, diante da expansão da família, devido ao nascimento dos filhos, estariam mais propensas a empreender

um deslocamento em direção à periferia, onde é maior a oferta de moradias acessíveis, por exemplo.

Para atender a esses objetivos, serão mapeados os dados do Censo IBGE 2000 extraídos do boletim não amostra, desagregados para os setores censitários urbanos do DF e dos municípios de Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás. Como variáveis para análise socioeconômica, serão investigados, para o chefe do domicílio, rendimento médio mensal e anos de estudo. Em relação às características sociodemográficas, serão analisadas: estrutura etária dos chefes de domicílios (fases do ciclo vital familiar); participação das chefias femininas segundo as idades representativas das fases do ciclo vital familiar; ocorrência de arranjos unipessoais; relação entre população idosa e população jovem medida a partir da relação de dependência<sup>59</sup>; e a razão criança mulher<sup>60</sup>, como forma de avaliar a presença de crianças pequenas nos domicílios.

Outro aspecto que será investigado refere-se às condições de habitação dos domicílios, segundo as variáveis: adequação da infra-estrutura básica (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação final do lixo doméstico) e condições de ocupação do imóvel (domicílios próprios, alugados e improvisados).

A metodologia utilizada para a elaboração das figuras<sup>61</sup>, permite a identificação da concentração espacial de cada uma destas variáveis, nos diferentes segmentos do espaço intra-urbano.

#### **4.1. Análise das Variáveis Socioeconômicas**

Neste item serão apresentadas as variáveis relacionadas ao rendimento médio mensal dos chefes de domicílios<sup>62</sup> (Figuras 4 a 7) e aos anos de estudo dos mesmos (Figuras 8 e 9), como complementação da primeira variável, sendo o nível educacional considerado atributo ao acesso à renda.

---

<sup>59</sup> Indicador para estabelecer a relação entre população em idade ativa e população inativa (pessoas de 65 anos e mais somada a população de 0 a 15 anos, dividida pelas pessoas entre 15 e 64 anos).

<sup>60</sup> Crianças de 0 a 4 anos/ mulheres entre 15 e 44 anos. Este é outro indicador utilizado por Bilac (1997), "para compreender as diferenças no timing do ciclo de vida doméstico, por meio da maior ou menor presença relativa de crianças pequenas na casa" (p. 208).

<sup>61</sup> O método de interpolação foi a krigagem ordinária e os semivariogramas foram feitos a partir do modelo esférico (semivariograma). Para maiores detalhes sobre esta técnica de interpolação de dados, vide Jakob (2003). A vantagem da utilização dessa metodologia, em relação à elaboração das figuras cloropléticas, é a possibilidade de visualização das tendências de concentração espacial das variáveis, através da superfície contínua de dados.

<sup>62</sup> Diante da impossibilidade de se obterem os dados referentes à renda média *per capita* familiar, a partir das informações por setores censitários, optou-se pela utilização da variável rendimento médio mensal dos chefes de domicílio, obtida a partir da divisão dos rendimentos mensais totais dos chefes de domicílio pelo nº de chefes de domicílio no setor, sendo considerado como referência o valor de R\$151,00 correspondente ao valor do salário mínimo na data da coleta do censo.

Com relação aos chefes sem rendimento<sup>63</sup>, a análise da sua concentração no espaço intra-urbano (Figura 4) demonstra que a incidência é maior nas franjas da periferia regional, principalmente na RA de Planaltina, no município de Águas Lindas de Goiás, e nas extremidades no espaço urbano dos municípios de Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

Os chefes que declararam rendimentos médios inferiores ou iguais a um salário mínimo concentram-se principalmente na parte goiana do entorno regional e nas RAs de Planaltina, Brazilândia, Samambaia, Recanto das Emas e na parte mais periférica da RA Riacho Fundo. Estas duas últimas RAs e os municípios goianos, principalmente e Águas Lindas de Goiás, apresentaram as maiores taxas de crescimento médio anual da região, na década de 1990<sup>64</sup>, demonstrando como a expansão periférica tem sido responsável pelo crescimento populacional da região.

Na região central, no território da RA de Guará, próxima ao centro principal, pode ser visualizada uma área de concentração de população de baixa renda que se estende até a RA de Taguatinga, onde se localiza a maior área de ocupação ilegal, denominada favela Estrutural/Lixão.

---

<sup>63</sup> Essa variável foi utilizada como uma estimativa dos chefes que não estavam trabalhando regularmente, na data da coleta dos dados censitários, sejam eles desempregados ou trabalhadores inseridos em setores da economia informal, o que não lhes assegura um rendimento fixo.

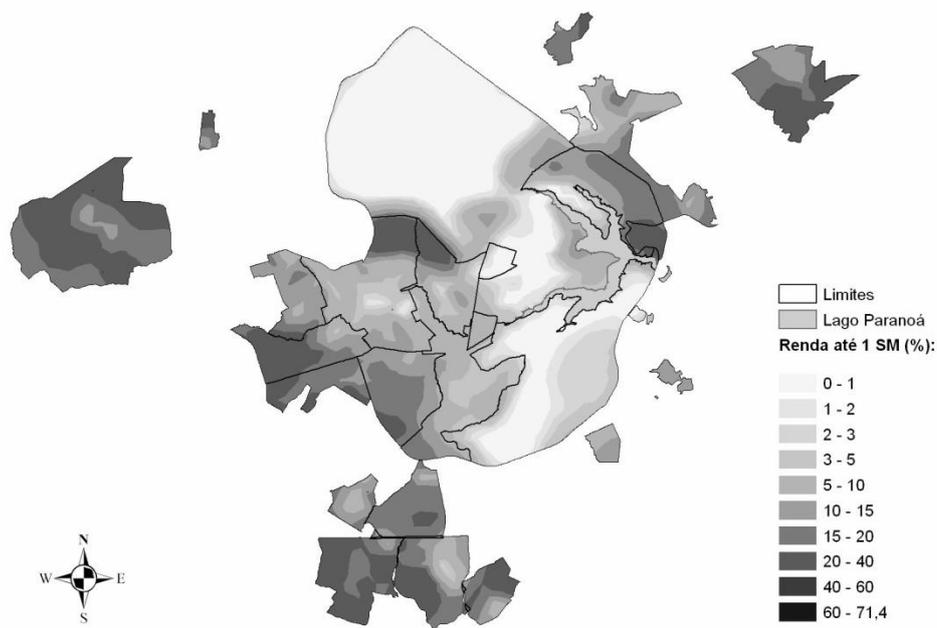
<sup>64</sup> As RAs de Riacho Fundo e Recanto das Emas cresceram em média 24,7% e 51,3% ao ano, no período 91/2000. Já o recém emancipado município de Águas Lindas de Goiás apresentou, no período 96/2000, taxa média de crescimento anual de 14, 5%.

**FIGURA 4 – Localização espacial dos chefes de domicílios sem rendimentos – RIDE 2000**



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 5 – Localização espacial dos chefes de domicílios com rendimento médio mensal até 1 salário mínimo ride 2000**



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

No que se refere aos chefes com rendimento médio mensal entre 1 e 5 salários mínimos, ainda que a concentração seja semelhante à daqueles com menos de um salário, com maiores participações nos municípios e RAs periféricas, é possível observar que, à medida

que vão aumentando as faixas de rendimento, a concentração se altera em direção às áreas mais centrais.

A análise dos rendimentos mensais dos chefes de domicílios, segundo faixas de salários mínimos, para a região, demonstra que a concentração espacial dos segmentos populacionais é mais significativa nas extremidades das faixas, ou seja, concentração dos chefes de menor renda nas RAs e municípios periféricos e predomínio das acamadas de alta renda nas áreas mais centrais, representadas pelo Plano Piloto e as RAs Lago Norte e Lago Sul. A faixa intermediária, entre 5 e 10 salários mínimos, apresenta concentração apenas nos setores da RA de Brasília, que correspondem à Super Quadra Norte 306, habitada por população de renda média.

No entanto, é a análise sobre a concentração de chefes com rendimentos superiores a dez salários mínimos que pode ser verificada, mais claramente, que a concentração de população em determinadas áreas do espaço intra-urbano é mais facilmente determinada para os segmentos populacionais de alta renda, o que pode ser associado ao processo de segregação voluntária destes segmentos em áreas localizadas, com melhores condições de acessibilidade ao centro principal, o que se constitui no principal fator da estruturação do espaço intra-urbano, conforme formulação teórica desenvolvida por Villaça, na qual se baseia esse estudo (Figura 6).

Outra importante constatação sobre os chefes nessa faixa de rendimento refere-se ao processo de elitização das RAs do Guará e Núcleo Bandeirantes. No início da ocupação, essas áreas eram consideradas periféricas, mas passaram a abrigar população de renda média em função da implantação de infra-estrutura e da proximidade com o centro principal e, no período mais recente, apresentaram concentração de chefes com renda superior a dez salários mínimos. Esse fato provavelmente está associado às restrições à ocupação no Plano Piloto, devido aos altos preços dos aluguéis e dos imóveis, fazendo com que a classe média alta passe a disputar a localização nestes segmentos espaciais mais próximos, gerando valorização imobiliária, o que acaba por expulsar a população residente, que vê na valorização do imóvel a possibilidade de auferir lucros<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup>A coletânea de livros organizadas por Paviani oferece uma grande quantidade de textos, de vários autores estudiosos sobre estruturação intra-urbana em Brasília, se constituindo em um rico material sobre a valorização das áreas urbanas no Distrito Federal, ao longo do processo de construção e da sua consolidação enquanto área de influência de uma região com características metropolitanas. Ver Paviani (1987; 1989; 1991; 1996; 1999).

**FIGURA 6** – Localização espacial dos chefes de domicílios com rendimento médio mensal maior que 10 e salários mínimos – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

Na Figura 7, que apresenta os rendimentos médios mensais dos chefes em salários mínimos, segundo a localização no espaço intra-urbano, é possível observar não só a concentração dos segmentos populacionais de alta renda nas áreas centrais, estendendo-se até a RA do Núcleo Bandeirantes e do Cruzeiro, mas também a distância entre os rendimentos auferidos pela população central e por aquela que reside na periferia.

Infelizmente, a área de maior incidência de ocupação através de condomínios irregulares, que tem sido atribuída à população de alta renda que ocupa ilegalmente as áreas de preservação ambiental, não aparece nestas figuras, por estar localizada em área rural e a malha digital disponibilizada pelo IBGE só abrange os setores censitários urbanos.

Outro fato importante que a análise da renda por recortes espaciais demonstra é o diferencial existente entre os municípios que integram a periferia goiana. É possível observar que a fração limítrofe de Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás apresenta, no que se refere à renda, condições mais favoráveis do que Novo Gama e Águas Lindas de Goiás, principalmente em Valparaíso de Goiás, onde aparece concentração de chefes com rendimentos acima de dez salários mínimos. Os dados sobre a inserção socioocupacional, apresentados em capítulos anteriores, já demonstravam maiores participações da categoria média nestes dois municípios (16,6% na Cidade Ocidental e 17,4% em Valparaíso, da população ocupada). Este fato pode estar associado à forma de ocupação inicial, através de conjuntos residenciais, o que certamente garante melhor acesso à infraestrutura básica, oferecendo assim maiores possibilidades de valorização, se consideradas as demais áreas de ocupação periféricas.

**FIGURA 7** – Rendimento médio mensal dos chefes de domicílios em salários mínimos segundo a localização espacial intra-urbana – RIDE 2000



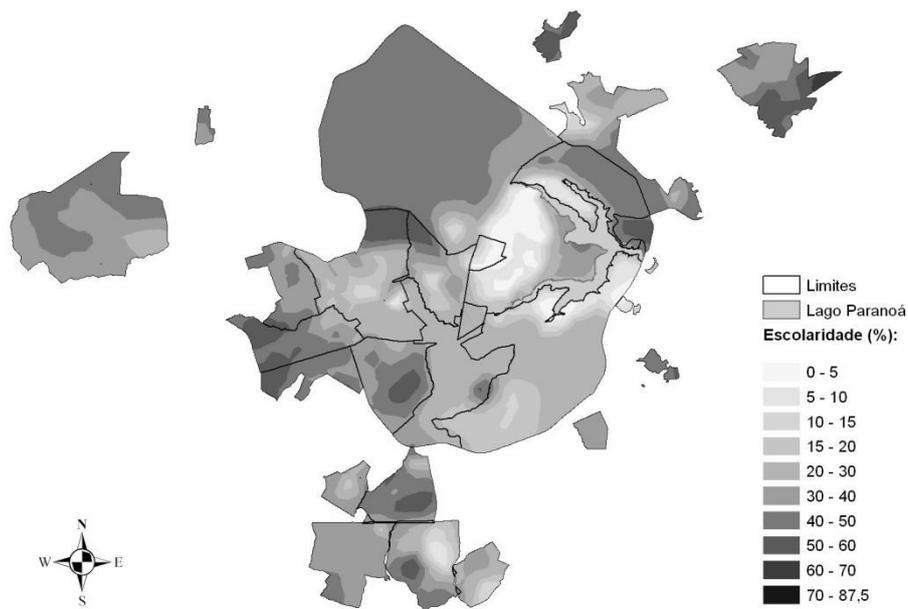
**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

A seguir serão apresentadas as concentrações de chefes de domicílio, segundo os níveis educacionais. Como era esperado, o nível educacional apresenta estreita relação com as faixas de rendimento médio mensal. A exemplo do observado para a renda, os chefes mais qualificados (mais de 17 anos de estudo o que corresponde ao ensino médio completo ou mais) estão localizados nas áreas centrais, enquanto aqueles com menos de 4 anos de estudo encontram-se nas periferias, e nas áreas ocupadas ilegalmente.

O bairro de Águas Claras, criado para atendimento da demanda por habitação para os segmentos populacionais de renda média e média alta, localizado na RA de Brasília, também apresenta concentração de população com melhor nível de escolaridade, o que é condizente com a ocupação prevista para o local.

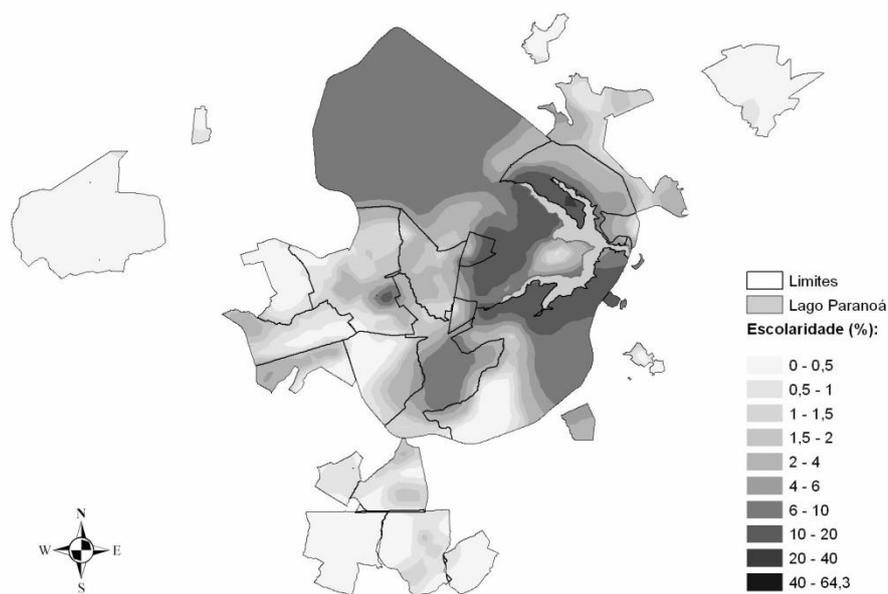
De modo geral, a análise sobre os dados de rendimento médio mensal dos chefes de domicílio confirma as tendências observadas, nos capítulos anteriores, a partir dos dados sobre renda *per capita* familiar.

**FIGURA 8 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Menos de 4 Anos de Estudo – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 9 – Localização espacial dos chefes de domicílios com mais de 17 anos de estudo – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

Em termos de evolução, a análise os dados apresentados nos capítulos anteriores demonstrava que aumentou a participação dos chefes sem rendimentos na RIDE, principalmente no entorno imediato. No DF, esses chefes, que representavam 2,1% em 1980, passaram a corresponder a 2,6% em 2000, enquanto na periferia aumentaram de 3,6% para

5,9%, no período compreendido entre os anos de 1980 e 2000. Os chefes com renda *per capita* familiar menor ou igual a um salário mínimo, que em 1980 representavam 57,1%, passaram a responder, em 2000, por 66,6% do total de chefes do entorno imediato. Por outro lado, também ocorreu crescimento das participações dos chefes com renda *per capita* familiar superior a cinco salários mínimos, passando de 1,8% para 2,6% na periferia, e de 10,5% para 19,5%, no DF.

#### **4.2. Análise das Variáveis Demográficas**

Neste item serão analisadas algumas variáveis demográficas que poderão contribuir para a confirmação das hipóteses apresentadas no início do capítulo.

A análise sobre as taxas de crescimento médio anual para os municípios e RAs do DF indica que o crescimento da população no espaço intra-urbano se deve, majoritariamente, à expansão da periferia. A análise dos dados apresentados na Tabela 24 demonstra como o crescimento entre os principais elementos da estrutura intra-urbana, no período mais recente, está realmente associado ao aumento da população periférica.

**TABELA 24 – RIDE – População, participação relativa e taxa de crescimento 1996-2000**

<b>Divisão Funcional Estrutura Intra-urbana</b>	<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>População 2000</b>	<b>Pop. (%)</b>	<b>Tx de Cresc. Méd. Anual (%)</b>
RA que abriga o Centro Principal	Brasília	<b>198.422</b>	<b>8,4</b>	<b>-0,1</b>
Potenciais Subcentros	Guará	115.385	4,9	2,9
	Taguatinga	243.575	10,3	2,4
<b>TOTAL</b>		<b>358.960</b>	<b>15,2</b>	<b>2,6</b>
RAs de ocupação de pop. média alta renda	Lago Norte	29.505	1,2	3,5
	Lago Sul	28.137	1,2	-0,2
	Núcleo Bandeirante	36.472	1,5	4,0
	Cruzeiro	63.883	2,7	3,5
<b>TOTAL</b>		<b>157.997</b>	<b>6,7</b>	<b>2,88</b>
RAs de ocupação periférica	Ceilândia	344.039	14,5	0,1
	Samambaia	164.319	6,9	1,1
	Brazilândia	52.698	2,2	2,5
	Gama	130.580	5,5	2,9
	Santa Maria	98.679	4,2	3,0
	Candangolândia	15.634	0,7	3,1
	Paranoá	54.902	2,3	3,9
	Planaltina	147.114	6,2	6,2
	Sobradinho	128.789	5,4	6,2
	São Sebastião	64.322	2,7	9,8
	Recanto das Emas	93.287	3,9	15,7
Riacho Fundo	41.404	1,7	18,0	
Principais Municípios goianos de ocupação periférica	Águas Lindas de GO	105.746	4,5	14,5
	Cidade Ocidental	40.377	1,7	5,1
	Novo Gama	74.380	3,1	5,3
	Valparaíso de GO	94.856	4,0	5,9
<b>TOTAL</b>		<b>1.651.126</b>	<b>69,8</b>	<b>4,75</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.366.505</b>	<b>100</b>	<b>2,64</b>

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000) e Contagem (1996). Tabulações especiais da autora.

A análise sobre o processo de distribuição populacional entre esses elementos indica que a periferia concentrava, em 2000, 70% da população que habita os principais recortes espaciais da estrutura intra-urbana.

A análise da população, segundo a estrutura etária, apresentada nos capítulos anteriores, demonstrou os diferenciais entre a população residente no DF e nos municípios que integram o entorno imediato. Desde o processo inicial de formação da periferia regional, na década de 1980, é possível identificar maiores participações de crianças, representadas pelos grupos etários entre 0 e 4 e de 5 a 9 anos, e adolescentes de 10 a 14 anos, entre os municípios que integram o entorno imediato, em relação ao DF e à população total da RIDE. Este fato foi associado à maior presença de famílias nas fases de formação, na etapa inicial do ciclo vital familiar.

Segundo os dados do censo de 1980, a periferia também apresentava participações ligeiramente mais elevadas nas faixas acima de 60 anos, se considerada a população do DF, sendo este quadro revertido de acordo com o censo 2000, com o DF passando a apresentar maiores participações de idosos.

Esse fato, além de estar associado ao maior número de pessoas nas idades mais jovens que chegam à periferia, também pode representar a fixação de alguns segmentos populacionais de idade mais elevada no DF, o que causaria o envelhecimento relativo da população. A redução dos fluxos migratórios recebidos pelo DF, geralmente compostos por pessoas mais jovens, associada ao processo de redistribuição desses migrantes em direção aos municípios de crescimento periférico, certamente tem peso nas maiores participações dos idosos no DF.

A análise sobre os dados relativos à idade dos chefes, desagregados por setores censitários, confirma a concentração de famílias na fase de formação, na etapa inicial do ciclo vital, nas localizações periféricas: RAs de Recanto das Emas, Samambaia, Paranoá e Planaltina, nos municípios de Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental, onde estão concentrados os chefes com idade até 39 anos (Figura 10).

A concentração de chefes em idades superiores a 50 anos confirma a tendência de maiores participações de idosos nas áreas mais centrais, como o Plano Piloto, e naquelas onde se concentram os segmentos populacionais de rendas alta e média, como as RAs do Lago Norte e Lago Sul, além de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, que despontam como áreas em processo de elitização, no que se refere aos rendimentos da população residente.

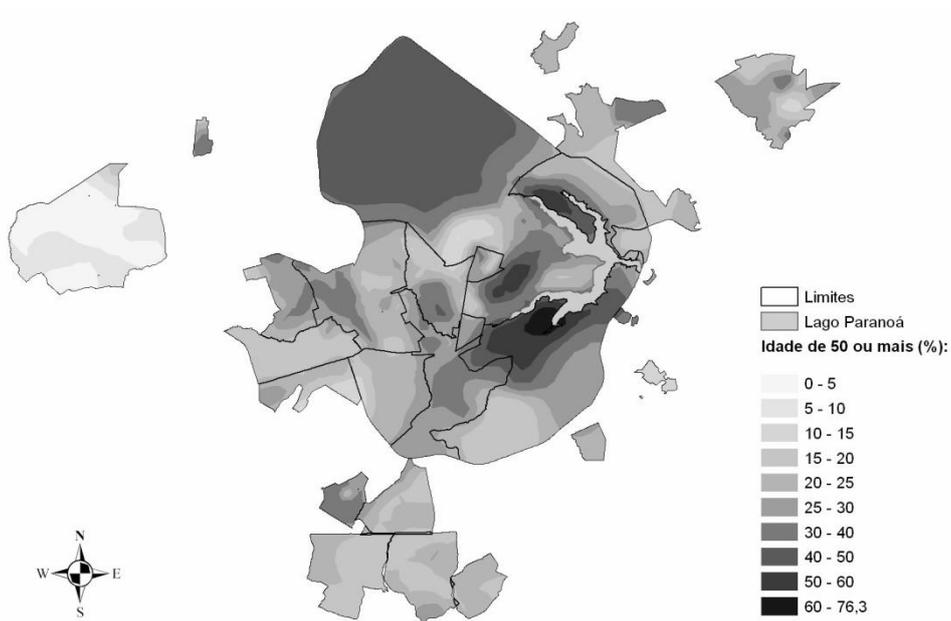
Os dados sobre os setores censitários disponibilizados até a finalização dos levantamentos deste estudo não permitem identificar os tipos de arranjos domésticos constituídos pela população, nesse nível de desagregação. No entanto, algumas aproximações são possíveis, através de variáveis como idade do chefe, ou ocorrência de domicílios unipessoais, e mesmo a razão criança/mulher, que permite uma inferência sobre o tamanho das famílias e sobre os diferenciais no *timing* do ciclo vital familiar, em função da proporção de crianças pequenas no domicílio.

**FIGURA 10** – Localização espacial dos chefes de domicílios com idades até 39 anos – RIDE 2000



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 11** – Localização espacial dos chefes de domicílios com idades superiores a 50 anos – RIDE 2000



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

A análise sobre a composição domiciliar, com base nos dados amostrais para o total do DF e o conjunto de municípios que integram o Entorno Imediato, demonstrou, para os dois recortes espaciais, o predomínio das famílias nucleares, representado em torno de 70% do total de famílias, em 1991, com ligeira redução em 2000, quando passou para cerca de 69% (68,8% no DF e 69,9% na periferia). Esta queda ocorreu principalmente, devido ao aumento de 1,9 ponto percentual na participação dos arranjos individuais. No caso do DF, reduzem-se as

famílias estendidas e aumentam aquelas, do tipo monoparentais com chefes masculinos e casais sem filhos.

As RAs que apresentaram maiores participações dos arranjos tipo individual foram Brasília (inclusive Plano Piloto), Núcleo Bandeirantes e Cruzeiro, localizadas nas proximidades do núcleo principal e que também registram rendimentos médios mensais que permitem classificá-las como de renda média alta.

Como forma de inferir a distribuição mais desagregada da composição dos arranjos domiciliares, no espaço interurbano, foi calculada a razão criança/mulher. As razões entre crianças de 0 a 4 anos e mulheres em idade reprodutiva são mais elevadas nas áreas periféricas, nos municípios e RAs situadas em áreas distantes do centro principal, e também nas ocupações ou favelas localizadas nas áreas mais centrais<sup>66</sup>, o que é coerente com a hipótese de maior número de famílias na fase inicial do ciclo vital familiar, reforçando as observações sobre os dados apresentados até o presente momento (Figura 12).

As figuras sobre a razão criança/mulher e a concentração de domicílios unipessoais contribuem para a confirmação dos diferenciais entre as concentrações de arranjos nucleares na periferia e a maior participação dos arranjos individuais na região central, principalmente no Plano Piloto.

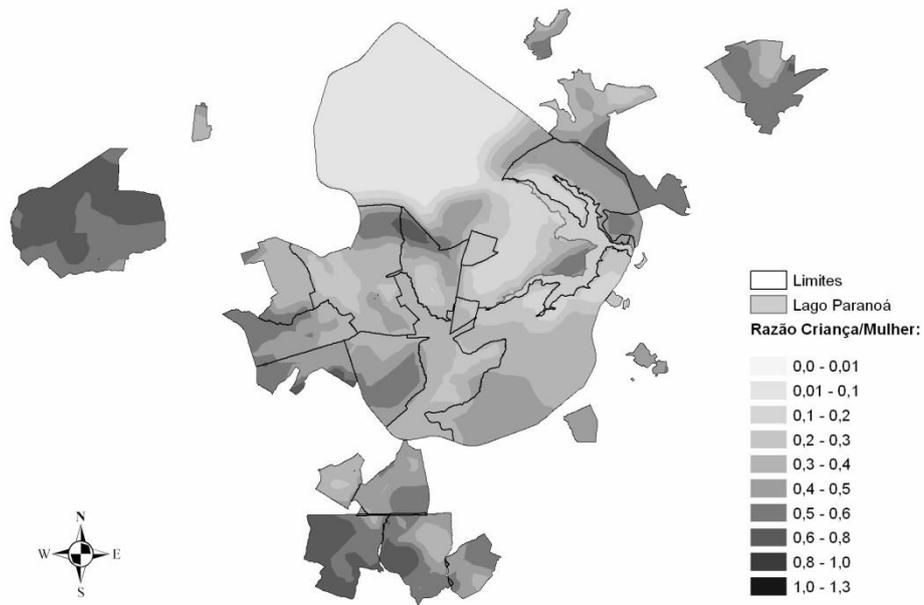
A densidade domiciliar<sup>67</sup>, obtida a partir da divisão da população residente pelo número de moradores em cada setor possibilita a análise, por aproximação, sobre o tamanho dos arranjos domiciliares. Se desconsiderarmos as duas manchas mais intensas, que correspondem a setores censitários pouco povoados e com presença de domicílios coletivos (tipo asilos, casa de repouso, clínica, alojamentos, etc). Verifica-se que os municípios com maior número de moradores localizam-se, com maior frequência, nas áreas periféricas, tanto em regiões mais distantes como naquelas próximas ao centro principal, nas áreas ocupadas ilegalmente.

---

<sup>66</sup> Vide a figura sobre localização das ocupações apresentado no início do capítulo.

<sup>67</sup> Neste caso optou-se pela utilização da figura cloroplética por acreditar que a medida de concentração prejudicava, neste caso específico, a visualização da distribuição da população pelos domicílios nos diferentes espaços regionais, sendo o resultado final fortemente influenciado pela concentração de domicílios coletivos em determinados setores pouco povoados.

**FIGURA 12 – Razão Criança/Mulher segundo a localização espacial intra-urbana – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

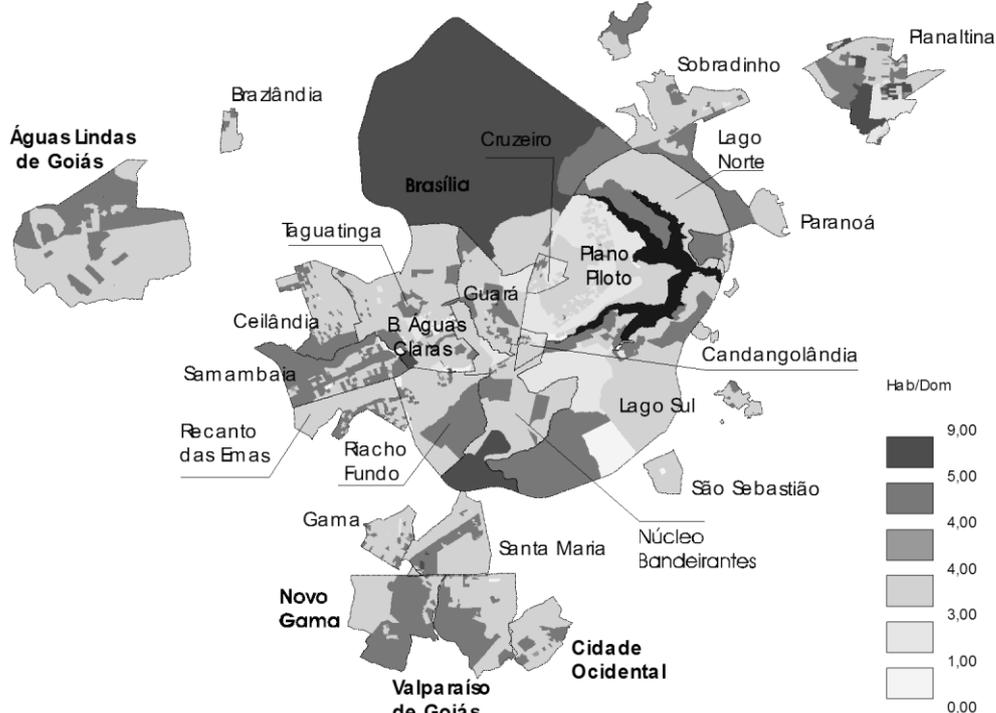
**FIGURA 13 – Localização espacial dos domicílios unipessoais – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 14** – Densidade domiciliar (nº de habitantes/ nº de domicílios no setor) – RIDE 2000

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

O aumento da ocorrência da chefia feminina tem sido observado e analisado em vários trabalhos sobre as relações de gênero no Brasil<sup>68</sup>. Mais do que uma alteração nas relações de gênero, a ocorrência da chefia feminina tem sido associada ao aumento da pobreza nas grandes e médias cidades brasileiras. Segundo Berquó (2002), o fenômeno é predominantemente urbano, mais comum entre as mulheres mais jovens, separadas e com menor qualificação, concentrado principalmente nos segmentos populacionais de baixa renda. Termos como “feminização da pobreza”<sup>69</sup> surgem em alguns trabalhos sobre o tema, e seu significado está relacionado à constatação de que as mulheres estão ficando mais pobres que os homens, sendo essa pauperização associada ao aumento da chefia feminina.

Na verdade, a associação entre a ocorrência da chefia feminina e a emancipação da mulher é válida apenas para os segmentos populacionais de alta renda e elevada qualificação profissional. Segundo pesquisa realizada junto às mulheres líderes comunitárias, residentes em uma favela do Recife<sup>70</sup>, para 67,8% das mulheres chefes de domicílio, a chefia se baseava na manutenção do domicílio, mas não implicava a ausência masculina.

<sup>68</sup> Berquó (2001); Castro (1992); Goldani (1994) entre outros.

<sup>69</sup> Novelino (2002).

<sup>70</sup> Mendes (2002).

Diante da complexidade da questão, não se pretende nesse estudo avaliar em que medida a chefia feminina representa, ou não, independência feminina ou alterações nas relações entre os gêneros, mas sim investigar, de acordo com a disponibilidade de dados que possam ser desagregados por setores censitários, se essa ocorrência é diferenciada espacialmente e as suas possíveis relações com o quadro de desigualdades socioespaciais, relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana.

Através da análise dos dados sobre a participação das mulheres chefes de domicílio, segundo a idade, associada às fases do ciclo vital familiar, verifica-se que o fenômeno é mais significativo à medida de que se avança em direção às idades mais elevadas.

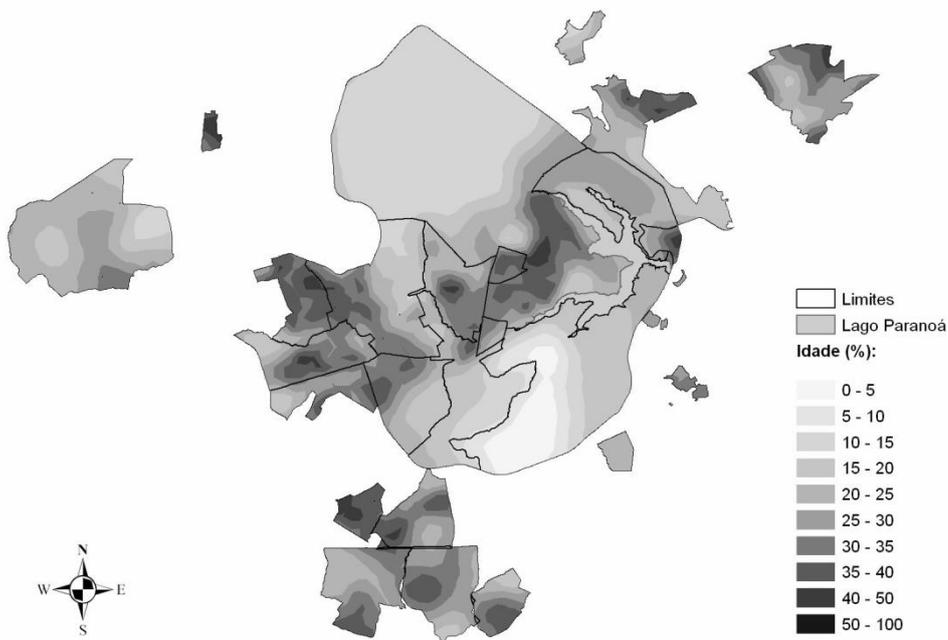
A localização espacial da ocorrência da chefia feminina indica que para a população mais jovem, até 39 anos, a concentração está nas RAs de Guará e no Plano Piloto, estando associadas à ocupação de população de alta e média alta renda (Figura 15). À medida que a análise avança em direção às chefes mais idosas, a concentração vai se aproximando de áreas onde a renda é mais baixa e de localização periférica. A razão entre os rendimentos médios mensais de chefes masculinos e chefes mulheres, indica a predominância dos salários recebidos pelos homens, praticamente em todas os elementos da estrutura intra-urbana (Figura 18). De modo geral, a maior participação de chefes mulheres com rendimentos superiores aos masculinos se localiza em áreas com concentração de população de renda média.

**FIGURA 15 – Participação da chefia feminina no total de chefes segundo a idade – Idade até 39 anos RIDE 2000**



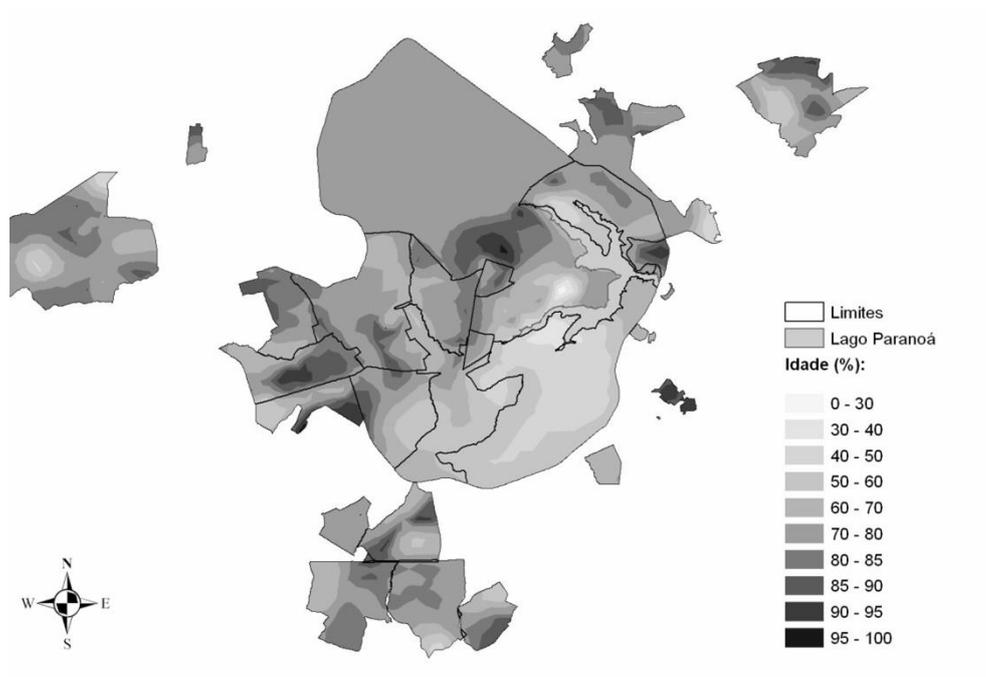
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 16 – Participação da chefia feminina no total de chefes segundo a idade - Idade entre 40 e 59 anos – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 17** – Participação da chefia feminina no total dos chefes segundo a idade – Idade acima de 60 anos – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 18** – Razão entre os rendimentos médios mensais de chefes masculinos e os rendimentos médios mensais de chefes femininas – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

De modo geral, a análise das variáveis demográficas confirmou as hipóteses apresentadas no início do capítulo, de concentração na periferia de população mais jovem, na etapa de formação da família, correspondendo à fase inicial do ciclo vital, que pode ser

relacionada à oferta de moradia acessível à população de baixa renda, que não tem essa demanda atendida nas áreas centrais.

Na periferia estão também as pessoas menos qualificadas, e que recebem menores rendimentos, como contrapartida sociodemográfica do processo de segregação socioespacial da população, principal fator distintivo da estruturação intra-urbana.

A segregação voluntária dos segmentos de alta renda, que ocupam as áreas mais bem localizadas, fruto da melhor acessibilidade ao centro principal, fica bastante evidente através da análise dos dados relativos à concentração dos chefes com rendimentos médios mensais acima de 20 salários mínimos e com os melhores níveis educacionais, nas proximidades do centro principal.

#### **4.3. Composição da População por Sexo e Idade<sup>71</sup>**

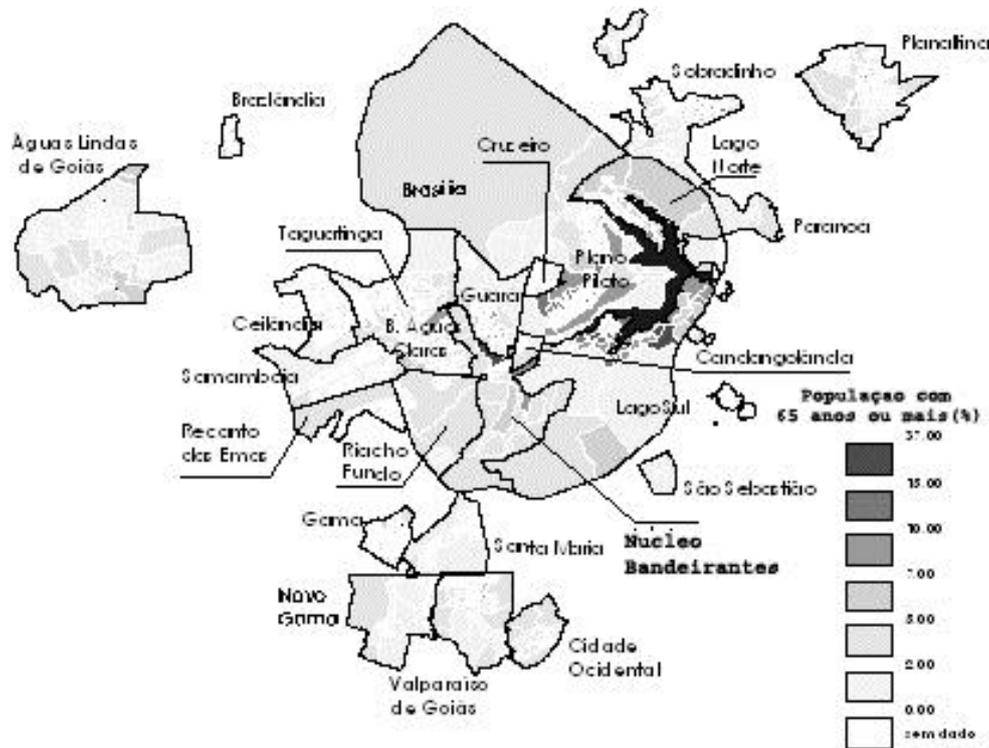
Algumas considerações são necessárias sobre a estrutura por sexo e idade da população no espaço intra-urbano da RIDE. Seguindo a tendência nacional de redução da fecundidade, associada ao decréscimo da mortalidade da população mais idosa, o fenômeno abrange todo o território do espaço intra-urbano. O diferencial entre a população da periferia e do DF está nas proporções do fenômeno nos dois recortes espaciais, sendo o processo de envelhecimento da população mais evidente no DF. Enquanto no período 1980-2000 a participação do grupo etário com idade acima de 65 anos no DF, aumentou de 1,7% para 3,3%, na periferia o ritmo desse crescimento é menor, passando de 2,2% para 2,4 % do total da população. No que se refere à redução na participação das crianças, as proporções são mais equilibradas, sendo que para o grupo etário entre 0 e 9 anos, no DF, a proporção diminuiu de 26,5% para 19,1% e, na periferia, passa de 33,5% para 25,6% do total.

No entanto, os dados desagregados pelos elementos espaciais da estrutura intra-urbana demonstram que a localização espacial dos idosos é mais acentuada nas áreas centrais onde estão os segmentos populacionais de renda mais elevada, como o Plano Piloto e as RAs do Lago Norte e Lago Sul, onde a participação do grupo etário com mais de 65 anos chega a 37% do total da população (Figura 19).

---

<sup>71</sup> Neste item a ideia é mostrar a distribuição da população pelos diferentes segmentos do espaço intra-urbano, por isso a opção pelas figuras cloropléticas.

**FIGURA 19** – Localização da população com 65 anos ou mais (Participação relativa no setor censitário) – RIDE 2000



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

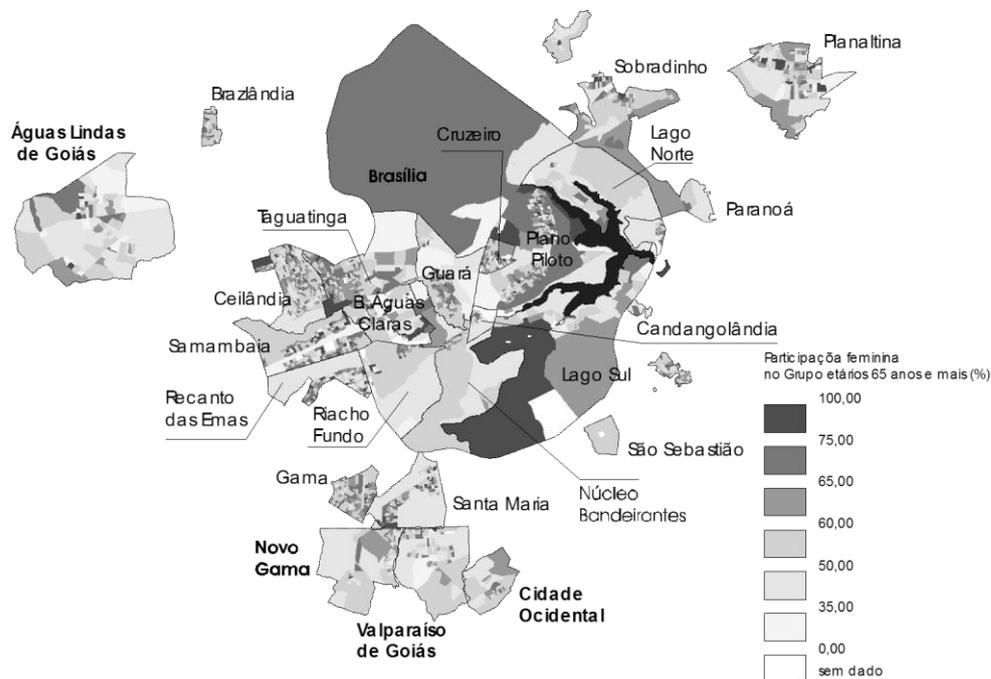
No que se refere à composição por sexo dos idosos, no DF como era de se esperar, há predominância das mulheres (razão de sexo igual a 0,72). No entanto, na periferia, onde a concentração é menor, ocorre o equilíbrio entre homens e mulheres, indicada pela razão de sexo igual a 1,01. A predominância de mulheres entre os idosos pode ser verificada desde 1980 e está associada à sobremortalidade masculina nessa faixa etária, podendo também estar relacionada aos fluxos migratórios em direção ao DF, ocorridos em função da urbanização da região, nos quais a predominância das mulheres tem sido uma constante<sup>72</sup>.

O predomínio de homens nas idades mais avançadas nas regiões periféricas pode estar associado à existência de atividades agrícolas, ainda que de pequeno porte. A tendência de “masculinização” e envelhecimento da população ligada às atividades rurais já foi apontada num estudo realizado por Camarano e Abramovay (1998) sobre esse processo no Brasil, como resultado da migração motivada pelo desenvolvimento das atividades terciárias nas grandes

<sup>72</sup> No início do processo de construção da capital ocorria o predomínio dos homens na população do DF, em função dos fluxos migratórios em direção à fronteira agrícola e também em função do fluxo representado pelos trabalhadores envolvidos na construção da nova capital. À medida que a migração vai se tornando familiar, ou vai se consolidando a base econômica terciária do DF, acentuam-se os fluxos de mulheres migrantes, alterando a composição por sexo da população residente.

idades, que atraem as mulheres mais jovens que buscam inserção ocupacionais em atividades que requerem menos esforço físico.

**FIGURA 20** – Participação das mulheres nos grupos etários de 65 anos e mais (%) – RIDE 2000



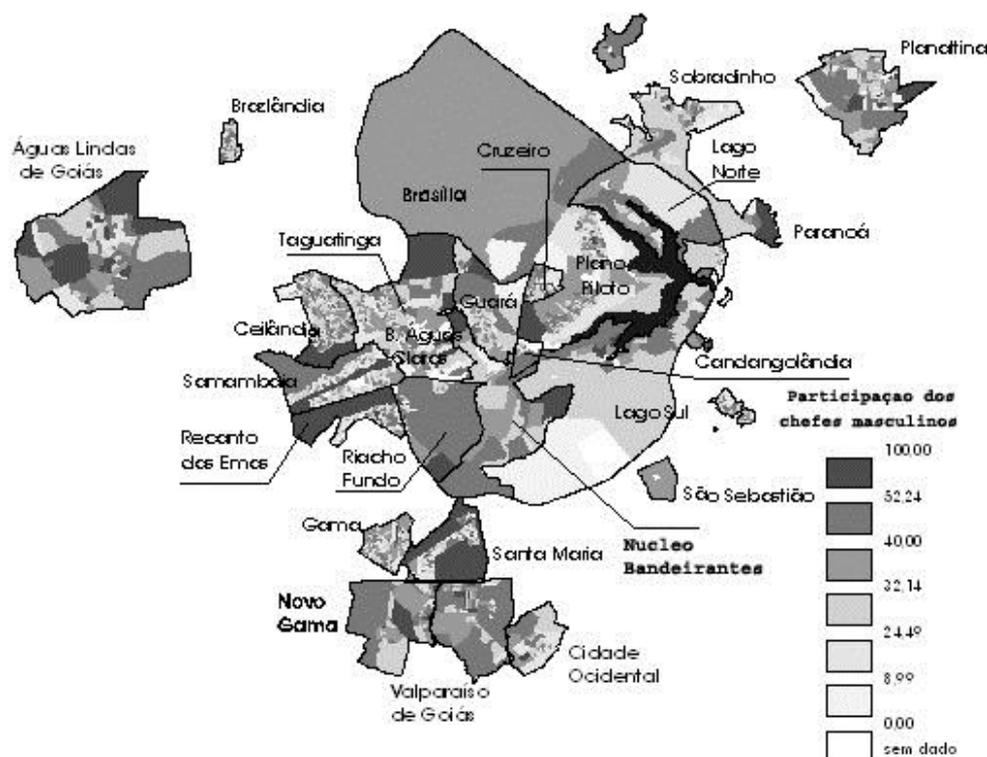
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

Em relação à condição de chefes de domicílio para os idosos, é possível inferir que eles são maioria nas localizações periféricas, onde a participação de homens nesta faixa etária é mais elevada, sejam elas localizadas a grandes distâncias ou em áreas centrais (ocupações por população de baixa renda), o que significa que a manutenção da condição de chefe pode estar associada à fragmentação das famílias com a saída dos filhos, ou à ocorrência de famílias estendidas com filhos já casados, morando na casa dos pais.

A condição de chefe do idoso também está muitas vezes associada ao seu papel de mantenedor da família, seja em função da sua permanência na atividade produtiva, seja condicionada ao papel preponderante das aposentadorias e pensões, na composição dos rendimentos das famílias de baixa renda, que tornam o idoso o responsável pelo domicílio.

A maior participação de idosos enquanto chefes de domicílio na periferia torna-se ainda mais evidente quando se desagrega os dados segundo o sexo desse grupo de chefes. Na figura apresentada a seguir, pode-se verificar que, na maioria dos setores nas localidades periféricas, principalmente nos municípios goianos, a participação dos idosos homens que são chefes de domicílio sobre o total de idosos é superior a 40% (Figura 21). No caso da chefia feminina, a participação, apesar de ser mais reduzida, também se concentra na periferia.

**FIGURA 21** – Participação dos chefes masculinos entre os idosos de 65 anos e mais – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

Ainda sobre a composição por sexo da população que habita o espaço intra-urbano, as mulheres são maioria não apenas entre os idosos, como era de se esperar, mas também em todas as demais faixas adultas, acima de 15 anos, da população do DF.

A concentração espacial das mulheres ocorre nas áreas mais centrais, onde a urbanização é mais intensa e consolidada, principalmente no Plano Piloto e nas RAs de Guará, Cruzeiro e Taguatinga.

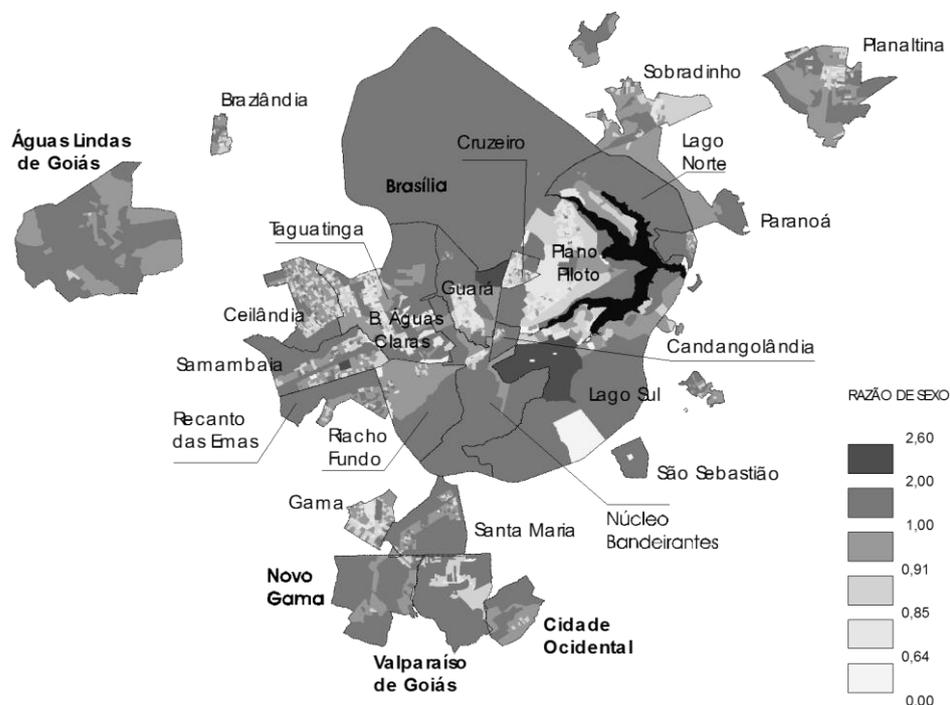
A maior presença de mulheres nas idades adultas na população intra-urbana certamente está associada aos fluxos migratórios de longa distância, originários principalmente dos estados do Nordeste, onde predomina a população feminina nas idades entre 15 e 24 anos, como foi demonstrado no capítulo anterior<sup>73</sup>.

A concentração nas regiões mais urbanizadas ocorre em função das possibilidades de inserção no setor terciário, em que as relações de assalariamento favorecem a inserção de

<sup>73</sup>O estudo de Camarano e Abramovay (1998) sobre o rural brasileiro, citado anteriormente, demonstra como os fluxos de imigrantes do Nordeste na década de 1990 ainda podem ser associados ao êxodo rural, com predomínio de mulheres jovens, e como o Centro-Oeste é a região brasileira onde o processo de “masculinização” do campo é mais intenso.

mulheres<sup>74</sup>. Além do emprego no terciário, estão mais disponíveis nas áreas mais urbanizadas existem mais oportunidades de trabalho doméstico para a população feminina menos qualificada, nas residências das famílias de renda média e média alta (Figura 22).

**FIGURA 22** – Razão de sexo segundo a localização espacial intra-urbana – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

Em algumas localidades periféricas, principalmente nos municípios goianos, nos segmentos espaciais onde a urbanização é menos intensa, a presença de homens é maior, inclusive nas idades mais elevadas, o que pode estar associado à inserção profissional em atividades agrícolas, hipótese corroborada pela maior participação nesses segmentos espaciais de arranjos domésticos do tipo individual.

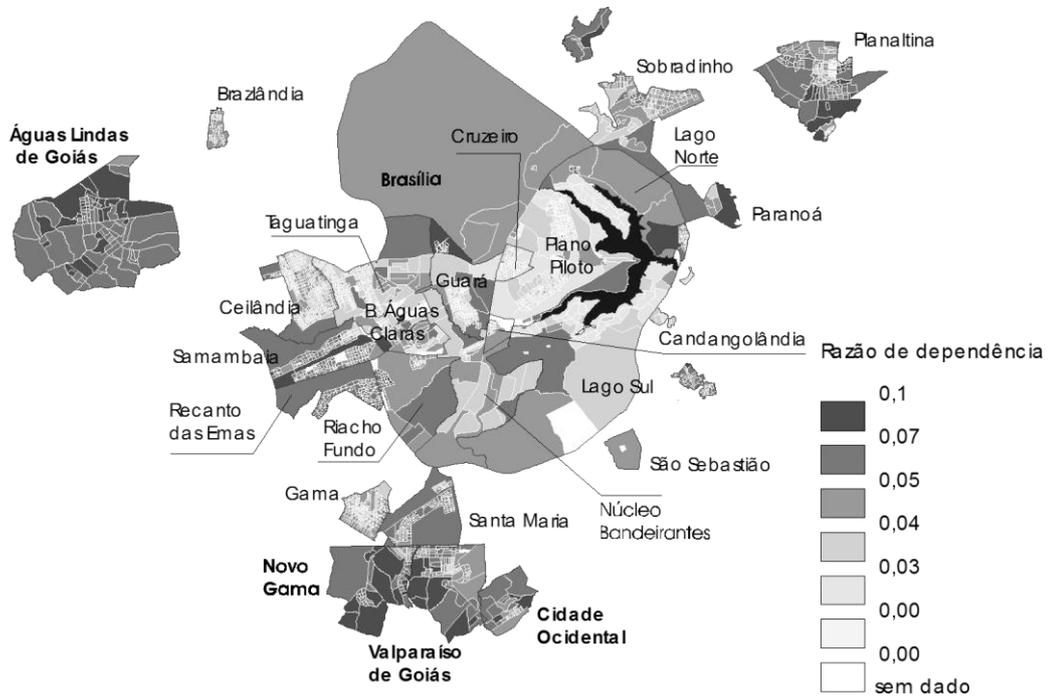
Segundo a análise sobre a relação de dependência e o índice de rejuvenescimento<sup>75</sup>, as localizações periféricas (centrais ou distanciadas do centro principal) apresentam maiores participações de crianças e pessoas idosas em relação à população mais jovem, se comparadas às localizações centrais, implicando menos pessoas em idade ativa, provavelmente em função

<sup>74</sup> Para mais detalhes sobre o papel dos baixos salários do setor terciário na inserção das mulheres no mercado de trabalho, vide pesquisa publicada pela Fundação Seade. Disponível em: <[www.seade.sp.gov.br/ped/estudos/especiais2004](http://www.seade.sp.gov.br/ped/estudos/especiais2004)>.

<sup>75</sup> Indicador estatístico que mede a proporção de jovens em relação à população idosa. Pessoas de 0 a 14 anos sobre pessoas de mais de 60 anos.

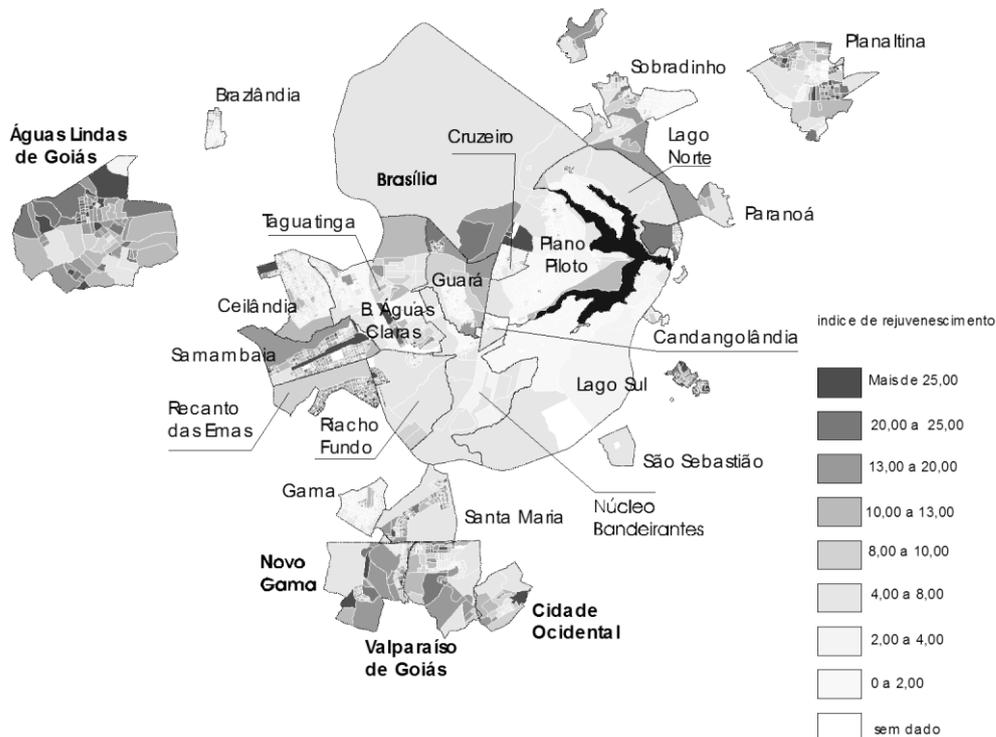
da composição com características de migração familiar, constituída por casais com filhos pequenos, predominante nos fluxos intrametropolitanos (Figura 23 e Figura 24).

**FIGURA 23 – Razão de Dependência da População segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora

**FIGURA 24 – Índice de Rejuvenescimento segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

De modo geral, a análise das variáveis demográficas confirmou as hipóteses colocadas anteriormente, complementando assim a identificação das alterações das características da população, segundo local de moradia no espaço intra-urbano, como contrapartida sociodemográfica do processo de organização interna na região.

O índice de rejuvenescimento, que estabelece a relação entre a população jovem (0 a 14 anos) e a população idosa, permite visualizar como a distribuição espacial enquanto resposta ao processo de estruturação intra-urbana concentra o segmento mais jovem nas áreas periféricas, principalmente no município de Águas Lindas, onde o processo de periferização é mais recente.

No próximo item, complementando a análise sobre os diferenciais no acesso à terra urbana pelos diferentes segmentos populacionais, serão analisados aspectos relacionados às condições de moradia e ao acesso à infraestrutura básica urbana.

#### 4.4. Análise das condições habitacionais

A segregação socioespacial da população torna ainda mais excluídos os habitantes das áreas periféricas, não apenas por serem mais difíceis e onerosos os deslocamentos diários motivados principalmente pelo trabalho, mas também pelas condições de acesso à

infraestrutura básica, responsável, em grande parte, pelas condições de salubridade das habitações.

Em relação ao abastecimento de água, foram considerados inadequados os domicílios sem canalização interna, seja o abastecimento realizado através de poços ou por meio de ligação à rede pública de abastecimento. O acesso à infraestrutura básica constitui o diferencial que mais facilmente pode ser identificado e visualizado no processo de ocupação seletiva do espaço urbano. No Brasil, a diferenciação é mais visível no acesso ao serviço de coleta e tratamento dos esgotos domésticos. Segundo os dados do IBGE para 1999<sup>76</sup>, 93,3% dos domicílios urbanos possuíam abastecimento de água com canalização interna, 52,5% eram atendidos por rede de coleta de esgotos e 23% utilizavam fossas sépticas (totalizando 75% de domicílios adequados segundo os critérios adotados nesse estudo). O nível de atendimento da coleta de lixo também era satisfatório, com 93,7% dos domicílios atendidos. Esses números não representam condições ideais de atendimento, servindo apenas como referência para o que foi considerado adequado nesse estudo. As condições ideais de oferta de infraestrutura abrangem, além da coleta, o tratamento dos resíduos do esgoto doméstico e a destinação final do lixo, segundo parâmetros mínimos que lhes assegurem condições de salubridade.

No entanto, no espaço intra-urbano da RIDE, a diferenciação entre o acesso ao serviço de abastecimento de água demonstra como áreas de ocupação ilegal (Favela Estrutural ou Lixão, na extremidade da RA do Guará) e a região periférica de ocupação mais recente (Município de Águas Lindas de Goiás) são menos assistidas, com setores atingindo o percentual de 100% dos domicílios sem canalização interna (Figura 25).

Da comparação com as demais áreas periféricas, é possível deduzir que, à medida que a população residente vai se consolidando nas áreas periféricas, o atendimento às demandas por infraestrutura vai sendo paulatinamente melhorado, o que certamente gera valorização imobiliária e possibilidades de novas transferências populacionais. As localizações periféricas mais antigas e as que foram ocupadas através de conjuntos habitacionais (parte dos municípios de Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás) apresentam melhores condições de atendimento à demanda por abastecimento de água.

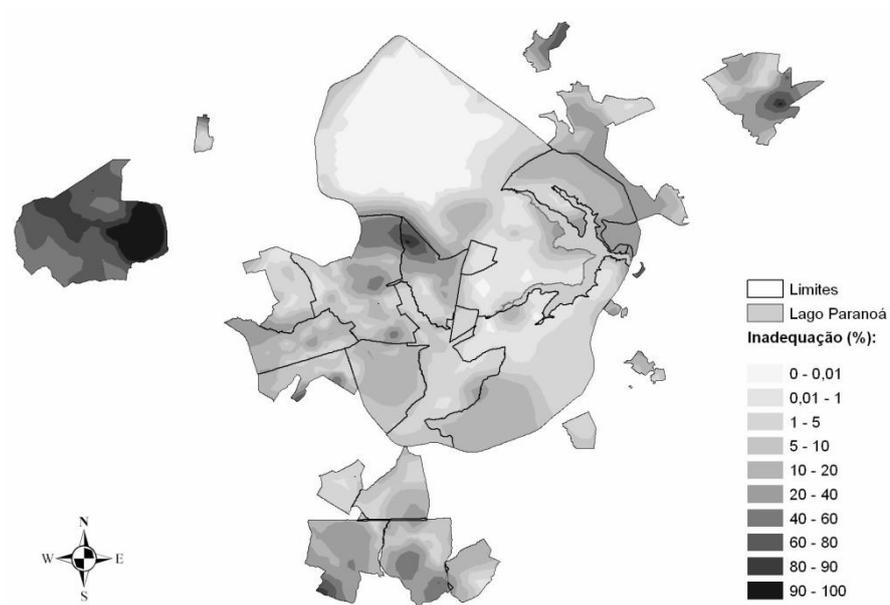
Em relação ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados os domicílios que declararam outras formas de esgotamento que não a ligação à rede de coleta de esgotos ou utilização de fossas sépticas. O quadro geral da periferia se torna ainda mais grave se considerarmos o atendimento à demanda por tratamento de esgotos. No município de Águas Lindas de Goiás, por exemplo, os domicílios sem rede de coleta e sem fossas sépticas

---

<sup>76</sup> Estatísticas Brasil Século XX (IBGE, 2002).

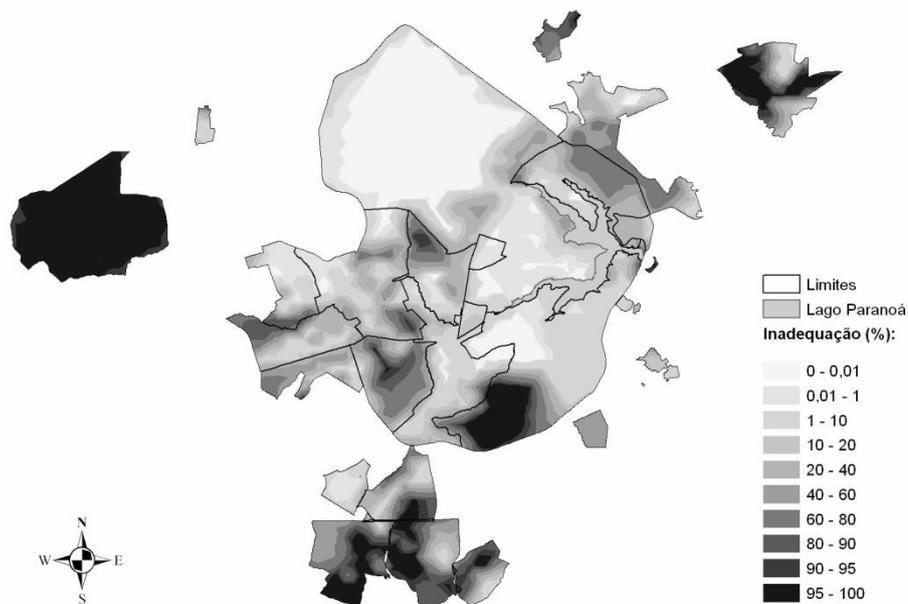
representam entre 95% e 100% do total. Percentuais semelhantes foram encontrados nas demais RAs e municípios periféricos e nas áreas onde encontram-se as ocupações ilegais (Figura 26).

**FIGURA 25** – Localização espacial dos domicílios com abastecimento d'água inadequado – RIDE 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 26 – Localização Espacial dos Domicílios com Esgotamento Sanitário Inadequado – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

No caso do lixo, a inadequação se refere à não existência de coleta regular, seja de forma direta (recolhimento por caminhões) ou indireta (caçambas colocadas nos bairros). Nestes casos, a destinação final é realizada através do despejo em córregos, rios ou lagos, ou queimada, ou despejo em terrenos desocupados, tendo, todas essas formas fortes implicações nas condições ambientais destas áreas. A concentração da inadequação novamente está nas áreas periféricas.

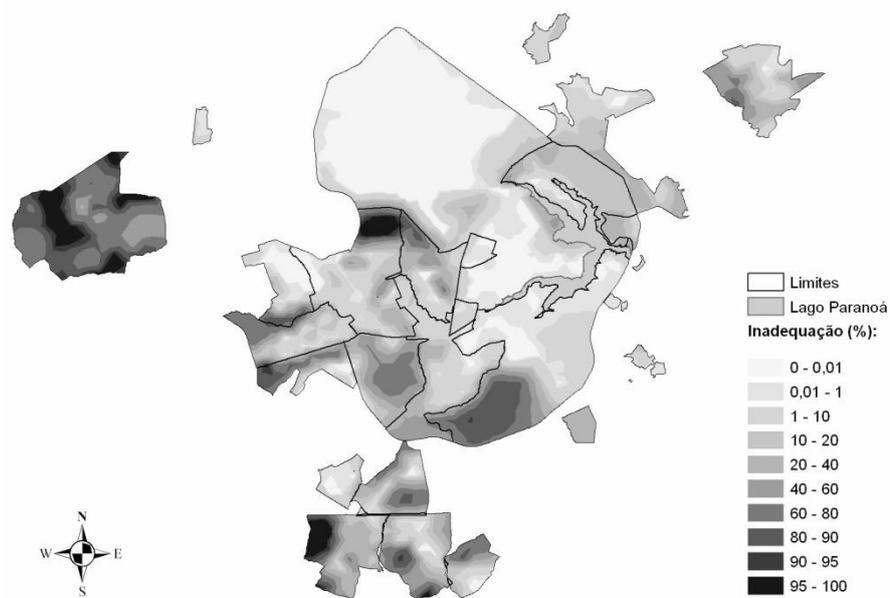
O que mais chama a atenção nestes percentuais de atendimento da demanda básica por infraestrutura é a relação de nível de atendimento que pode ser estabelecida a partir dos resultados encontrados para o Brasil, na virada do milênio. No caso do município de Águas Lindas, por exemplo, o setor que aparece com melhores condições de abastecimento de água tinha cerca de 72% dos domicílios adequados e era uma exceção se comparados aos demais. De modo geral, os percentuais de atendimento de infraestrutura, principalmente abastecimento de água, podem ser considerados baixos nas localizações periféricas, ainda mais se forem considerados os diferenciais entre essas e as regiões centrais.

As condições de ocupação dos domicílios serão analisadas por meio das próximas figuras, que apresentam as variáveis associadas às condições de adequabilidade em relação ao tipo de domicílio (improvisados ou particulares permanentes) e à forma de ocupação (próprios ou alugados).

Em relação aos domicílios improvisados, a concentração é predominante nas áreas mais centrais onde se encontram as ocupações ilegais. Apesar de ser um resultado esperado, é importante salientar sua relação com o processo de ocupação da periferia, na RIDE. Na região, como já foi demonstrado nesse estudo, a formação da periferia está fortemente associada à oferta de moradia para os segmentos populacionais de baixa renda, seja por meio da oferta de lotes populares ou conjuntos habitacionais ofertados pela associação Estado/mercado imobiliário, seja através dos programas habitacionais destinados à remoção de população invasora. Em função desse processo, a ocupação é bastante horizontalizada, sendo a forma predominante os domicílios tipo casa, que podem ser considerados adequados, se comparados aos barracos encontrados nas favelas, ainda que as condições de acesso à infraestrutura não sejam satisfatórias sob o aspecto da salubridade das habitações.

A análise dos dados sobre a condição de ocupação dos domicílios permite inferir a importância do fator moradia como determinante da ocupação nas regiões periféricas. Ao contrário do verificada para as áreas mais centrais, predominam na periferia os imóveis próprios, até mesmo nas localizações onde foram encontrados os piores níveis de rendimento médio mensal e as piores condições de habitação, como o município de Águas Lindas, por exemplo. É claro que a propriedade do imóvel, nestes casos, não está associada a melhorias nas condições socioeconômicas dos moradores, servindo apenas como indicio que na periferia as possibilidades de realização da propriedade imobiliária são possíveis para a população de baixa renda (Figuras 29 e 30).

**FIGURA 27 – Localização espacial dos domicílios com coleta e destinação final do lixo inadequada – RIDE 2000**



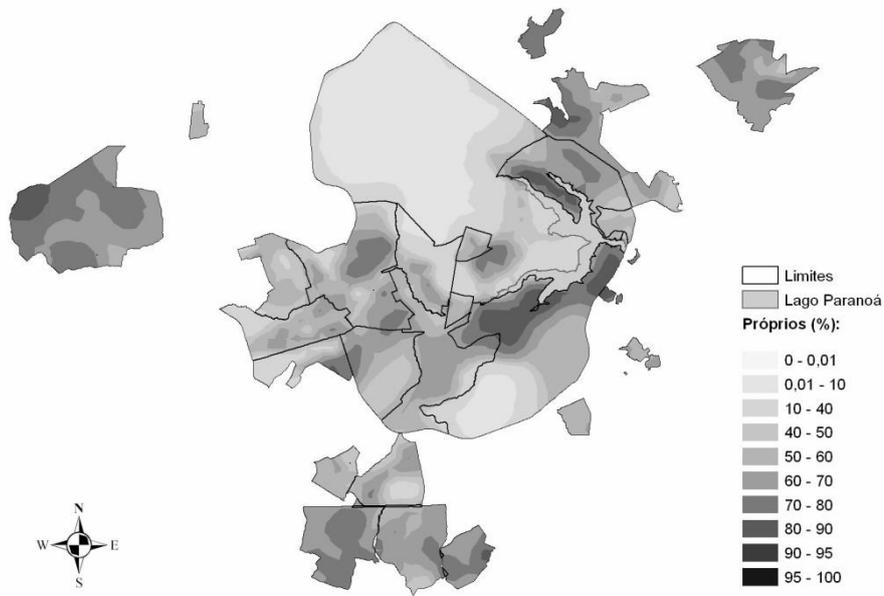
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 28 – Localização espacial dos domicílios improvisados – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**FIGURA 29 – Localização espacial dos domicílios segundo a condição de ocupação do imóvel  
domicílios próprios – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

**Figura 30 – Localização espacial dos domicílios segundo a condição de ocupação do imóvel –  
Domicílios alugados – RIDE 2000**



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

A opção por domicílios alugados requer maiores possibilidades financeiras, o que significa ocupação por segmentos populacionais no mínimo de renda média. Algumas RAs em processo de elitização (apenas em função da elevação da renda da população residente) como Taguatinga e Guará, apresentam participações maiores de domicílios alugados, podendo

indicar que a população residente, possa estar auferindo renda imobiliária através da locação do imóvel para segmentos populacionais de maior poder aquisitivo.

Algumas tendências de alteração no perfil socioeconômico das RAs já foram arroladas no decorrer desse capítulo. No entanto, os dados apresentados até então não permitem verificar mudanças mais recentes, por se referirem apenas a 2000. Buscando preencher essa lacuna, na medida das possibilidades proporcionadas pelos dados censitários, serão apresentadas figuras sobre o rendimento médio mensal familiar dos chefes, por setores censitários, para 1991 e 2000.

Entre as hipóteses que se procurou confirmar, está o processo de elitização das RAs de Taguatinga (em função da implantação do Bairro Águas Claras), Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes.

A melhoria nas condições de acesso à renda da população que mora em Taguatinga pode ser claramente observada pela análise das figuras, sendo mais evidente ainda que a melhoria se dá justamente na região onde está sendo implantado o projeto do bairro Águas Claras<sup>77</sup>.

No que se refere às RAs de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, também é possível visualizar a melhoria nos rendimentos médios mensais da população residente, o que pode estar associado à transferência de população de renda média alta para estas regiões.

O eixo de ocupação mais recente pela população de rendas média e alta, representado pela ocupação através de condomínios irregulares, é mais difícil de ser visualizado por se encontrar em áreas consideradas rurais.

No entanto, as informações referentes aos rendimentos obtidas junto a Codeplan<sup>78</sup>, para 1991, abrangem os setores rurais, que foram mapeados buscando dar uma visão sobre a população que habita essa região (semicírculo próximo ao lago Paranoá, no lado oposto do Plano Piloto). Pode-se observar que nessa região, já em 1991, a faixa mínima de rendimento médio mensal dos chefes está entre 5 e 10 salários mínimos. A região de Sobradinho, próxima ao eixo de ocupação por condomínios (loteamentos fechados, irregulares ou não), também apresenta sinais de elevação nos rendimentos da população residente.

Não se pode esquecer, no entanto, que a década de 1990 foi marcada pela elevação dos rendimentos da população de baixa renda, em função dos efeitos redistributivos do Plano Real, a partir de 1994 e estendendo-se até 1996<sup>79</sup>. Contudo, os dados apresentados neste

---

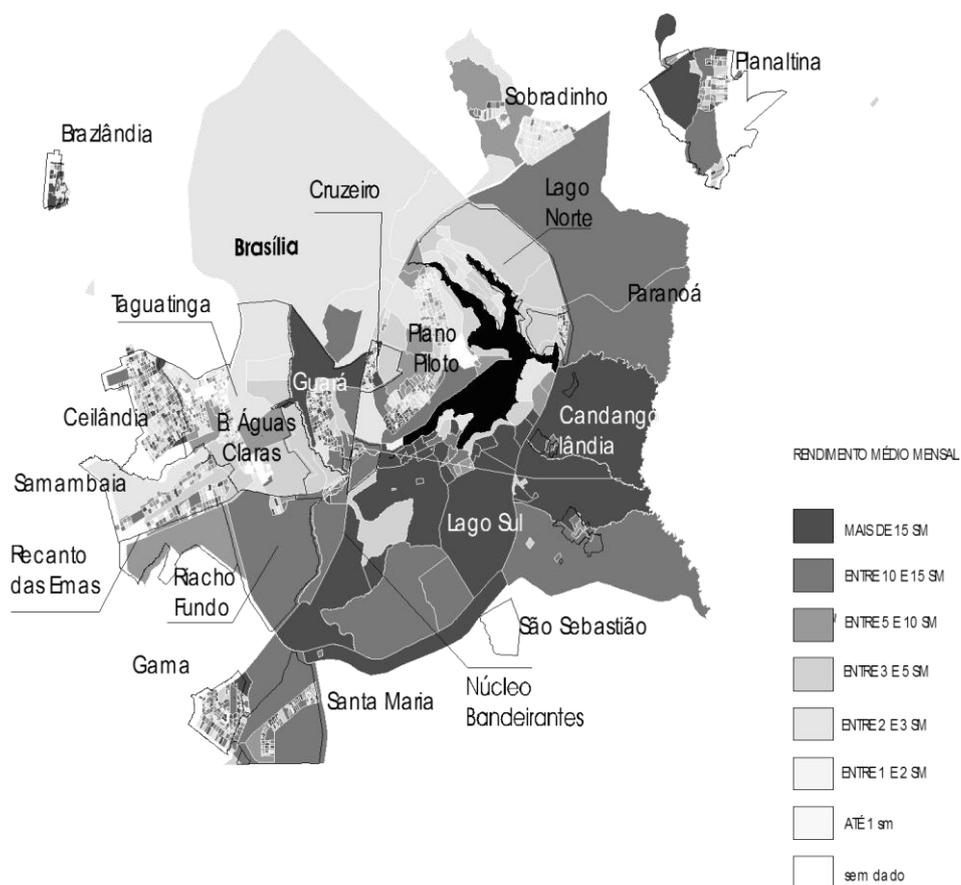
<sup>77</sup> Recentemente transformado em Região Administrativa.

<sup>78</sup> Codeplan – Companhia de Desenvolvimento do Planalto, órgão do GDF, que realiza pesquisas sociodemográficas.

<sup>79</sup> Vide Rocha (2003).

estudo sobre condições habitacionais, além das citações feitas nos trabalhos sobre a região<sup>80</sup>, permitem concluir que os dados sobre elevação da renda nessas áreas são um forte indício das alterações no perfil da população em função da redistribuição da população de renda média alta, que não encontra condições de fixação nas valorizadas terras do Plano Piloto.

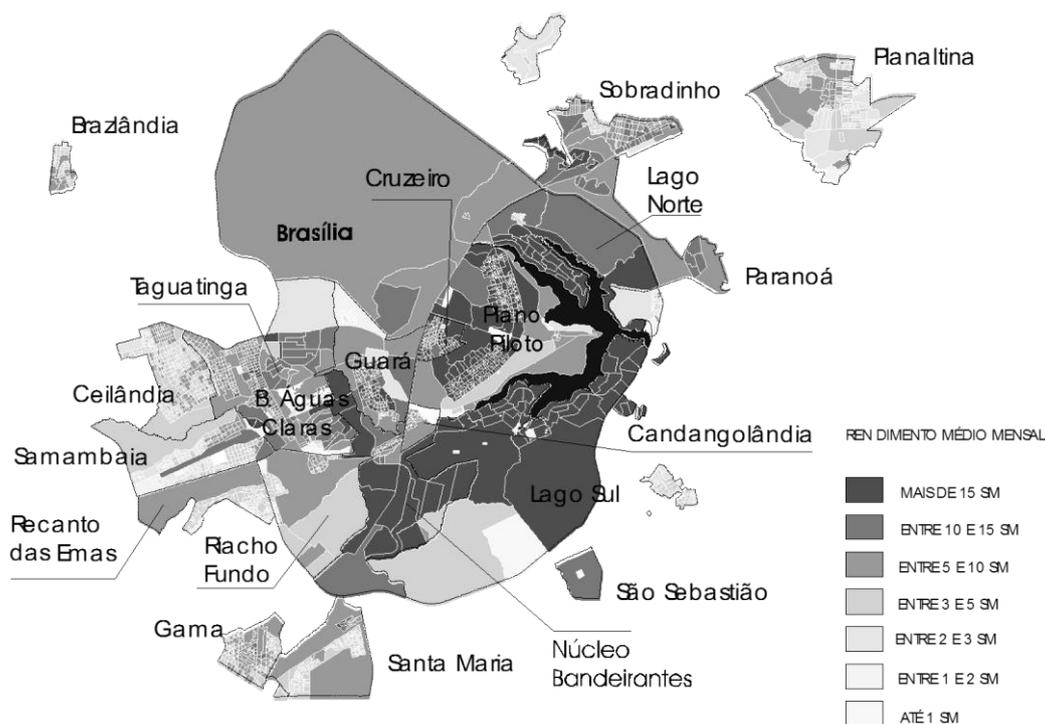
**FIGURA 31** – Rendimento médio mensal dos chefes de domicílio em SM 1991



**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico 1991). Tabulações especiais da autora.

<sup>80</sup> Vide a coletânea sobre Brasília organizada por Paviani, já citada nesse estudo.

**FIGURA 32** – Rendimento médio mensal dos chefes de domicílio em SM 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais da autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração dessa pesquisa teve como premissa inicial a necessidade de se avançar nas discussões sobre as relações entre estruturação de espaço intra-urbano e respostas sociodemográficas.

Entre os desafios que se colocavam no início da pesquisa, o mais difícil de ser superado referia-se à complexidade que a análise demográfica poderia impor a uma arquiteta, com pouquíssimos conhecimentos estatísticos, porém, com muita disposição para enfrentá-lo. Desvendar os mistérios e a lógica da programação do SAS, condição necessária para a realização das tabulações espaciais capazes de viabilizar os dados necessários, foi sem dúvida um desafio superado após muitas horas de dedicação.

A obtenção de informações complementares sobre a economia, o processo de ocupação territorial, entre outros, também significou muitas dificuldades a serem superadas, principalmente em função da ausência de um órgão público, ou instituto de pesquisa que concentrasse informações sobre a região, que envolve três diferentes Unidades da Federação.

O ponto de partida foi o trabalho pioneiro realizado por Cunha (1994), para a Região Metropolitana de São Paulo, no qual foram definidas as principais relações que poderiam ser estabelecidas entre estruturação do espaço intra-urbano e respostas sociodemográficas.

No entanto, as especificidades da região escolhida como objeto da pesquisa conduziram os trabalhos na busca por formulações teóricas mais específicas, que possibilitassem a compreensão do processo de organização e diferenciação funcional entre os elementos da estrutura intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno, como passo inicial para a identificação das respostas sociodemográficas.

A opção por formulações teóricas que pudessem contribuir para compreender o processo de organização e estabelecer as relações entre os diferentes elementos da estrutura intra-urbana, e que dessem conta das especificidades da região, foi um desafio superado através da formulação elaborada por Villaça, ao se debruçar sobre o estudo do espaço intra-urbano no Brasil.

A compreensão de que a estruturação do espaço intra-urbano ocorre partir das mediações dos conflitos entre as vantagens e desvantagens, ou seja, da apropriação diferenciada do espaço urbano, que se estabelecem entre os diferentes segmentos populacionais, era um pressuposto consolidado. No entanto, ainda era sentida a necessidade de um enfoque mais específico sobre como se estabelecem esses conflitos e as consequências das mediações entre os segmentos populacionais para a configuração socioespacial de nossas cidades, marcadas de forma indelével ao longo do processo de urbanização pelas desigualdades no acesso à terra urbana.

Além disso, a opção pela manutenção da quase exclusividade da função político-administrativa no DF, aliada ao quadro de desenvolvimento econômico regional, foi responsável pela especificidade da base econômica e da estruturação intra-urbana da região do DF e entorno, na qual a formação da periferia não está associada à localização de áreas industriais, como explicitado em diversas formulações sobre o tema.

Avançando nessa perspectiva, a compreensão da segregação socioespacial da população enquanto condição necessária à dominação exercida através do espaço, pelos segmentos de maior poder econômico e político, forneceu pistas importantes para o entendimento do processo de estruturação intra-urbana na região. A partir da noção de que a dominação por meio do espaço se realiza através do processo de apropriação diferenciada das vantagens e recursos do espaço urbano, sendo a mais decisiva entre elas a otimização dos gastos com o tempo despendido nos deslocamentos, o que gera o diferencial entre as localizações urbanas em função das condições de acessibilidade, é possível compreender a

formação periférica de Brasília e entorno, onde os segmentos populacionais mais poderosos e com mais condições de exercer essa dominação concentram poder político e econômico.

A noção do papel da associação Estado e mercado imobiliário, como instrumento para o exercício dessa dominação, fornece pistas importantes sobre a identificação do papel dos principais agentes do processo de estruturação intra-urbana no Distrito Federal e entorno.

Como explicar o papel da atuação estatal (nas esferas federal, estadual e municipal) enquanto um dos principais condicionantes da configuração socioespacial, marcada por grandes desigualdades no acesso aos direitos à terra urbana – sendo ao mesmo tempo, regulador e promotor da oferta de terras disponíveis para a urbanização e tendo em mãos um importante instrumento redistributivo que é a propriedade de grande parte das terras disponíveis para a urbanização -, se não pela sua atuação em favor dos interesses dos segmentos populacionais de maior poder? Como justificar a convivência do Estado com a atuação especulativa do setor imobiliário, através da permissão de parcelamentos sem nenhuma infraestrutura, em municípios localizados a grandes distâncias do centro principal, para brigar população de baixa renda, e ainda atuar como promotor dessa ocupação periférica através da oferta de moradias para a população removida de áreas invadidas em localidades centrais, sem considerar o seu papel enquanto mecanismo de exercício da dominação através do espaço.

Ao exercerem o seu domínio através do espaço, os segmentos populacionais de maior poder econômico e político ocupam as áreas de melhor acessibilidade, atraem para lá os maiores investimentos em infraestrutura e equipamentos para atendimento da demanda por serviços sociais, conseguindo deslocar em sua direção as atividades de comércio e serviços especializados e mais sofisticados. Tudo isso faz com que apenas essas áreas sejam reconhecidas como cidade, o que legitima a dominação através do espaço.

Por tudo isso, a região do DF e entorno não se diferencia das demais aglomerações urbanas ou regiões metropolitanas nacionais em termos de estruturação intra-urbana, ainda que a configuração socioespacial guarde especificidades próprias, como a ausência de processos de conurbação da área urbana, por exemplo.

A análise sobre o crescimento populacional demonstrou que a região apresentou, no período mais recente (1991-2000), taxa média de 3,6% ao ano, considerada elevada se comparada à média nacional, ou às das metrópoles e aglomerações urbana nacionais, revelando o dinamismo do seu incremento, apesar do arrefecimento nas últimas décadas, motivado pelas tendências reconhecidas de redução dos fluxos migratórios e queda da fecundidade.

Verificou-se também que a responsabilidade pelo ritmo do crescimento populacional pode ser atribuída à expansão dos municípios periféricos, que cresceram em média 8,33% ao ano nesse mesmo período.

No processo inicial de ocupação do DF, a migração foi o principal componente do crescimento populacional, representando, nas duas primeiras décadas, 83% (1960-1970) e 64% (1970-1980) do incremento populacional. Apesar da redução dos fluxos migratórios e do seu impacto no crescimento populacional a partir dos anos de 80, a dinâmica migratória continua sendo significativa no incremento populacional, com um saldo migratório de 116.104 pessoas no período 1991-2000, o que significou 26% do incremento populacional total.

O estudo também demonstrou que a migração na região pode ser resumida em dois movimentos principais: os fluxos com características de migração de longa distância, representada pelos imigrantes interestaduais em direção ao DF; e a migração de curta distância, representada pelas emigrações do DF em direção aos municípios goianos periféricos.

A migração interestadual foi estudada devido ao seu impacto no incremento populacional da região e ao seu papel enquanto movimento alimentador do processo redistributivo da população entre os elementos da estrutura intra-urbana, representado pela emigração de população do DF em direção aos municípios periféricos. Infelizmente os dados censitários disponibilizados pelo IBGE<sup>81</sup> permitem desagregações menores do que os recortes municipais, o que inviabilizou a análise da migração entre as localidades periféricas internas ao DF.

Entre os fluxos de migrantes de longa distância em direção à região, destacam-se os originados nos Estados nordestinos, principalmente Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, que representaram, no período 1995-2000, 31,3% do total de migrantes que vieram para a região. Apesar da redução dos fluxos migratórios em direção à região, o fluxo de nordestinos, principalmente os originados nos quatro estados já citados, não perdeu intensidade, dobrando o volume entre o período 1991-2000. Na verdade, esse aumento revela uma nova tendência sobre a migração de longa distância, representada pela intensificação dos volumes de nordestinos que chegam diretamente para os municípios da periferia regional.

Esse fato certamente está associado à formação de redes sociais de migração, sendo predominantes, entre os fluxos nessa direção, aqueles originados nos estados que aparecem como os principais fornecedores de migrantes para o DF, desde o início da ocupação na região. Os fluxos em direção DF se mantêm praticamente com a mesma intensidade, enquanto

---

<sup>81</sup> Na verdade existe a possibilidade de se obter os dados amostrais por setores censitários, o que requer o desenvolvimento de métodos específicos de expansão da amostra. No entanto não foi possível a divulgação desses dados pelo IBGE, o que inviabilizou a sua utilização nessa pesquisa.

aqueles em direção aos municípios goianos periféricos se elevam, passando de 6540 pessoas no período 1970-1980, para 66.366 no período 1991-2000.

A partir da década de 1980, a migração intra-regional ganha força na região, tendo como fluxo predominante a emigração do DF em direção aos municípios goianos que integram a periferia regional.

A hipótese de que esses fluxos fossem compostos, principalmente, pela remigração da população migrante que não conseguiu se inserir no mercado formal de habitação do DF foi corroborada pelos dados sobre a naturalidade desses migrantes, que revelaram que, no período 1995-2000, cerca de 55% eram naturais dos quatro estados do Nordeste que se consolidaram como principais exportadores de população para a região.

A análise sobre as características sociodemográficas dos migrantes, segundo o local de origem, confirmou as hipóteses sobre os diferenciais entre as características que podem influenciar na decisão de migrar, relacionadas à distância a ser percorrida e às suas implicações nas condições de adaptação desses migrantes.

Os migrantes interestaduais são, na maioria, jovens nas idades entre 15 e 24 anos, mulheres e com baixos níveis de qualificação em função da pouca escolaridade. A predominância de mulheres é ainda mais significativa entre os migrantes que se dirigem ao DF. A inserção socioocupacional desses migrantes na região tem como principais categorias os trabalhadores manuais do terciário e os trabalhadores sem qualificação, em que foram classificados os empregados domésticos e os ambulantes ou biscateiros, corroborando assim a hipótese da motivação relacionada pela busca por melhores condições de emprego e geração de renda. O predomínio de mulheres certamente está associado às possibilidades de inserção no setor terciário, onde as relações de assalariamento favorecem a inserção de mulheres, e às oportunidades de trabalho doméstico para a população feminina menos qualificada, nas residências das famílias de renda média e média alta, concentradas no DF.

No caso dos migrantes de curta distância, a análise dos dados revelou níveis educacionais ligeiramente mais elevados, condições um pouco melhores de acesso à renda, níveis de escolaridade melhores e grande incidência de chefes nas idades ligeiramente mais elevadas, o que implica fases iniciais do ciclo vital familiar, correspondendo à etapa de formação da família. A inserção socioocupacional demonstrou que esses migrantes estão em posições ligeiramente melhores na estrutura social. Os dados sobre as características socioeconômicas e demográficas da população que migra do DF em direção à periferia corroboraram a hipótese de remigração da população que não conseguiu permanecer no DF, estando em condições ligeiramente mais favoráveis do que os que chegam à região.

A análise qualitativa sobre os migrantes que se deslocaram entre as localidades internas à região confirmou a predominância de famílias na etapa de formação, corroborando a hipótese do impacto da fase do ciclo vital na decisão de migrar em direção à periferia, onde estão as ofertas de moradias acessíveis à população de baixa renda. O perfil socioeconômico dessa população que migra em direção à periferia, apesar de apresentar condições um pouco mais favoráveis em relação aos migrantes interestaduais, revelou grandes diferenciais quando comparados à população que habita as áreas centrais, confirmando a hipótese sobre a migração enquanto alternativa de sobrevivência e de manutenção na região.

A estruturação intra-urbana da região tem como especificidade o aumento do uso residencial nas regiões periféricas sem o crescimento paralelo de atividades geradoras de empregos, fazendo com que o DF concentre cerca de 95% dos empregos formais da região, dos quais, 76,4% estão na RA de Brasília, que abriga o centro principal (Dados Rais/MT 1999).

Além da intensidade da concentração de empregos, a estrutura intra-urbana tem como especificidade a distância física entre o centro principal e as localidades e municípios periféricos, agravada pela ausência de ocupação entre eles, gerando maiores custos para o transporte público e grandes problemas para os deslocamentos entre esses elementos.

Diante desses fatos, foi confirmada a hipótese da intensificação da mobilidade pendular entre a periferia e o Distrito Federal, como contrapartida sociodemográfica à organização funcional entre os elementos da estrutura intra-urbana. A análise dos dados para 2000 indica aumento do número de pessoas que realizam a mobilidade pendular, passando de 13.328, em 1980, para 132.909, no ano de 2000. Entre essas pessoas, 86% realizam movimentos diários em direção ao DF, sendo que para os residentes nos municípios que integram a entorno imediato o percentual é de 93%. É importante lembrar que esses volumes não contabilizam a mobilidade diária no interior do DF, entre as RAs periféricas e o Plano Piloto, o que certamente revelaria a real intensidade do fenômeno na região.

Outra hipótese que foi confirmada sobre a intensificação da mobilidade urbana, enquanto contrapartida sociodemográfica do processo de estruturação intra-urbana, refere-se à existência de uma relação de causalidade entre a migração intra-regional e a intensificação dos movimentos pendulares. A ligação entre os dois tipos de movimento foi demonstrada através da tabulação dos dados sobre local de residência, em 1995, das pessoas que declararam estudar ou trabalhar em outro município diferente do de moradia na data da coleta do censo 2000. A análise dos dados indicou que 42,4% das pessoas que realizavam movimentos pendulares residiam há menos de cinco anos no município, das quais 50,3% declararam como residência anterior o Distrito Federal, apesar da elevação da participação dos

migrantes que moravam em outras Unidades da Federação, provavelmente em função da maior participação dos fluxos interestaduais na migração em direção à periferia.

A desagregação dos dados sociodemográficos pelos setores censitários, realizada no último capítulo, propiciou um refinamento da análise sobre a estruturação intra-urbana, identificando os diferenciais socioespaciais do processo de distribuição da população na RIDE.

Foi possível corroborar a hipótese sobre a configuração socioespacial da região, marcada pela segregação da população de menor acesso à renda nas localizações onde estão as piores condições de acessibilidades principalmente em relação ao centro principal, conformando uma extensa periferia que abrange regiões administrativas e municípios goianos, assumindo papel de localidades-dormitórios.

A análise dos dados mapeados demonstrou, além do distanciamento físico e econômico, o distanciamento social existente entre a população que habita as áreas centrais e as localidades periféricas, representado pela ausência de infraestrutura urbana básica, aqui entendida como um dos direitos sociais à cidade.

Entre as hipóteses que se procurou confirmar, está o processo de elitização das RAs de Taguatinga (em função da implantação do Bairro Águas Claras), Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes.

A melhoria nas condições de acesso à renda da população que mora em Taguatinga pode ser claramente observada pela análise das figuras, sendo mais evidente ainda que a melhora se dá justamente na região onde está sendo implantado o projeto do bairro Águas Claras<sup>82</sup>, onde ocorre a primeira grande iniciativa particular de parcelamento e incorporação imobiliária, destinada ao atendimento da demanda dos segmentos populacionais de renda média, buscando a apropriação dos benefícios gerados pela implantação do metrô. Esta também é a primeira iniciativa de se estabelecer a conurbação entre as duas RAs que concentram a maior parte da população do Distrito Federal (RAS de Taguatinga e Gama).

No que se refere às RAs de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, também foi possível visualizar a melhoria nos rendimentos médios mensais da população residente, corroborando a hipótese de transferência de população de renda média alta para estas regiões. Os dados sobre a PEA ocupada, para o ano de 2000, indicam que essas RAs, além da RA de Brasília, são as únicas onde as ocupações na administração pública são predominantes, superando aquelas do terciário, o que, em associação ao aumento dos rendimentos médios mensais dos chefes, contribui para a confirmação da hipótese de elitização da população residente.

---

<sup>82</sup> Recentemente transformado em Região Administrativa.

Os diferenciais entre a população que habita os diferentes segmentos do espaço intra-urbano podem ser resumidos em algumas características que os distinguem dos demais elementos da estrutura.

No centro principal, são encontradas as maiores participações da população mais velha, principalmente dos idosos com mais de 65 anos, com baixas participações de crianças e adolescentes, o que é coerente com as maiores participações de chefes acima dos 45 anos, encontradas para esse local, o que significa maior número de famílias nas etapas de fragmentação, representada pela possibilidade de saída dos filhos.

Os idosos do Plano Piloto apresentaram concentração da participação de chefia superior a 50%, sendo que predomina a chefia masculina. Entre os chefes nas idades intermediárias, correspondentes à fase de consolidação da família, a chefia feminina é predominante no Plano Piloto, ainda que o número de crianças e adolescente seja pequeno. Este fato pode estar associado à concentração de arranjos domiciliares do tipo individual encontrada nesse segmento espacial.

Na região de concentração de população de alta renda, constituída pelas RAs do Lago Norte e Lago Sul, encontram-se também maiores participações da população acima de 45 anos, sendo que também são encontradas maiores participações de jovens nas idades entre 15 e 24 anos, o que certamente está associado à presença de famílias na fase de consolidação, hipótese reforçada pela baixa proporção de domicílios unipessoais. Nesse segmento a chefia masculina predomina entre os chefes acima de 40 anos.

Nas localidades periféricas são encontradas as maiores participações de crianças e adolescentes e de chefes com idade até 39 anos, o que pode significar a maior presença de famílias nas fases iniciais do ciclo vital, correspondente à etapa de sua formação. Os maiores valores da razão criança/mulher encontrados para essas localidades corroboram essa afirmação.

Na periferia também estão as maiores concentrações da participação da chefia feminina entre os chefes acima de 39 anos, principalmente nas faixas entre 39 e 59 anos.

A concentração de famílias nas fases iniciais do ciclo vital familiar na periferia, com maior número de crianças e adolescentes, onde estão as piores condições de acesso à infraestrutura básica, certamente é uma conseqüência desastrosa do processo de estruturação intra-urbana, tornando insalubres as condições de vida de crianças, ao mesmo tempo em que gera maiores possibilidades de problemas relacionados ao maior período de ausência dos pais, em função do tempo empreendido nos deslocamentos diários em direção ao centro principal, motivados pelo atendimento à demanda por empregos e oportunidades de geração de renda.

A análise das características sociodemográficas da população, segundo a localização nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana, se constituiu em importante instrumento de análise, confirmando a hipótese de que mais do que um distanciamento físico, a reprodução do crescimento periférico gera o distanciamento social entre os segmentos populacionais que habitam os diferentes espaços do território urbano.

A possibilidade de gestão urbana integrada que a definição da RIDE traz certamente será um importante instrumento para a amenização dos problemas atuais.

Entre as contradições a serem enfrentadas pela gestão urbana na região, destacam-se a questão dos conflitos gerados pela propriedade da terra destinada ao uso urbano e a ilegalidade na ocupação intra-urbana. A ausência de solução na definição da estrutura fundiária, relacionada à não conclusão do processo de desapropriação das terras que deram origem ao Distrito Federal, contribuiu de forma indiscutível para a atuação de grileiros e especuladores, o que tem propiciado a ocorrência de loteamentos ilegais e condomínios rurais, inviabilizando a resolução desses problemas em termos jurídicos.

Além da multiplicidade de regimes de posse, o rígido controle da ocupação do solo destinado às atividades urbanas, por parte da Terracap, tem alimentado o processo de valorização das áreas urbanizáveis, o que gera novos processos especulativos e valorização excessiva das terras já urbanizadas.

O não atendimento da inesgotável demanda por moradias, gerada pelo crescimento urbano, que, apesar do arrefecimento na década de 1980, deu indícios de novo dinamismo nos anos 90, inclusive em função da manutenção da intensidade dos fluxos migratórios para a região nessa última década, gera novas ocupações em áreas centrais, demandando soluções que não alimentem o crescimento periférico.

A questão do emprego assume particularidades que agravam o processo de exclusão da população periférica. A economia regional baseia-se nas transferências de rendas, conformando um grande mercado consumidor. A elevada renda que potencializa esse mercado consumidor não provém de uma inserção produtiva regional, mas sim da ocupação de parte da população na administração pública, gerada em função dos altos salários pagos ao funcionalismo federal.

Resta à população não inserida nessa categoria funcional, principalmente a que reside nas localidades periféricas, a busca pela apropriação de parte dessa renda através de atividades terciárias, seja via mercado de trabalho formal, seja nas múltiplas atividades informais que proliferam.

Diante desse quadro, o crescimento do desemprego assume maiores proporções na região, principalmente devido à redução dos empregos públicos, como resultado da crise fiscal que o Estado enfrenta.

A evolução crescente do desemprego na região, tem evidenciado a insuficiência da economia local na geração de empregos. O crescimento populacional, mais especificamente a expansão da PEA, associado à retração na oferta de postos de trabalho, vem se traduzindo num quadro social problemático com tendências agravantes<sup>83</sup>.

Nesse sentido, a dinamização econômica do entorno, com novas possibilidades de diversificação de atividades econômicas que possam gerar emprego e renda, é de extrema importância para a redução das desigualdades socioespaciais e para a solução dos problemas gerados pelo crescimento periférico.

Como perspectivas para futuros detalhamentos da pesquisa realizada, certamente a análise dos dados do questionário amostra do censo demográfico do IBGE, segundo a desagregação por setores censitários, poderá constituir-se importante instrumento de análise, principalmente no que se refere à mobilidade populacional entre os elementos da estrutura intra-urbana. Essa desagregação também permitirá a aplicação da metodologia de definição de categorias socioocupacionais segundo a menor unidade territorial, que é o setor censitário, contribuindo assim para a análise da estrutura social no espaço intra-urbano na região de Brasília e entorno.

---

<sup>83</sup>Segundo os dados da PED para julho de 2003, a taxa de desemprego era de 23% da PEA, sendo o volume de desempregados estimado em 263,1 mil pessoas.

---

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. C.; MAGNAGO, A. A. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, v. 2, 1994.
- AZEVEDO, S. Brasília: a segregação planejada. In: PAVIANI, A. (Org.). **A conquista da cidade**. Brasília, DF: Editora da UNB, 1991.
- BARBOSA FERREIRA, I. C. Do rural ao urbano na periferia do DF. In: PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília, DF: Editora da UNB/Codeplan, 1987.
- \_\_\_\_\_. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo, SP: Projeto Editores Associados/CNPq, 1985.
- BASTIDE, R. **Usos e sentidos do termo "estrutura"**. São Paulo, SP: Edusp/Editora Herder, 1971.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: IPARDES/FNUAP, 1998.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora de século XXI**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996.
- BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2001, Itu, SP. **Anais...** Itu, 13-16 de março de 2001. (III Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas).
- BERTONE, L. F. **Organização do espaço: formas de implantação do terciário na periferia Sul do DF**. Brasília, DF: Editora da UNB, 1983.
- BILSBORROW, R. E.; OBERAI, A. S. **Standing guy, migrations survey in low income countries**. Genebra: International Labor Organization, 1984.
- BÓGUS, L. M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: \_\_\_\_\_; WANDERLEY, L. E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992.
- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de Estudos e Pesquisas**, São Paulo, SP: Prodeur/USP, v. 2, 1979.
- BRITO, F. Minas e o Nordeste: perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP/GT de Migração, 2000.
- BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.
- CAIADO, A. S. C. Metrôpoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica socioespacial. In: PATARRA, N. et al (Org.). **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1997.
- CAMARANO, A. A. Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: IPARDES/FNUAP, 1998.
- CAMARGO, A. B.; MONTALI, L. Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional evolução da população. In: Fundação SEADE. **O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação Seade, 1988. (Coleção Realidade Paulista).

- CAMPOS, N. Brasília – A “capital” do capital incorporador. In: QUEIROZ, L. C. R.; AZEVEDO, S. (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 1996.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: IPARDES/FNUAP, 1998.
- CASTRO, M. G. Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, v. 2, 1990.
- \_\_\_\_\_. Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 1982, Vitória, ES. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1982.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para renda obtidas em algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, 897).
- CUNHA, J. M. P. Projeto: **“Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 1999. (Relatório Final).
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.
- FERNANDES, D. M.; CORDEIRO, L. D. Notas sobre o entorno de Distrito Federal. In: ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 1997, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Codeplan, 1997.
- GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, Fundação Carlos Chagas, n. 91, p. 7-22, 1994.
- GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J. et al (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas, SP: Nepo/UNICAMP, 2002.
- HALOE, M. Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas teorias francesas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 28, 1989.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, SP: Hucitec, 1980.
- HOGAN, D. J. (Coord.). Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas, SP: Nepo/UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes imigrantes pendulares em Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, v. 3, 1990.
- HOLANDA, F. et al. **Brasília já nasceu excêntrica?** Brasília, DF: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UNB, 2000.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, v. 1, 1999.

\_\_\_\_\_/NESUR-IE/UNICAMP. **Caracterização das regiões metropolitanas institucionalizadas**. Campinas, SP, 1999. (Mimeo)

\_\_\_\_\_. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Brasília, DF: Ipea, 1997. (Relatório de Pesquisa, 2)

\_\_\_\_\_. **O Brasil na virada do milênio, trajetórias do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Brasília, DF: Ipea, v. 1, 1997.

JAKOB, A. A. E. **Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. 221f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP 2003.

LOPES, J. R. B.; GOTTSSCHALK, A. Recessão, família e pobreza. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 4, n. 1, p. 100-109, 1990.

\_\_\_\_\_; PATARRA, N. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 20, 1975.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 6, 1973.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996. (Estudos Urbanos Série Arte e Vida Urbana).

\_\_\_\_\_. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1979.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília, DF: Ipea, 1994. (Textos para Discussão, 329).

\_\_\_\_\_. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu, MG. **Anais....** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

MONTALI, L. et al. **Percursos migratórios: constituição das formas de reprodução do trabalhador urbano**. São Paulo, SP: FAU/USP, 1981. (Mimeo).

MPO/SEPRE. **Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno**. Brasília, DF, 1998. (Mimeo).

NASCIMENTO, E. Exclusão: a nova questão social. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, RJ, n. 61, 1991.

NEGRI, B.; PACHECO, C. A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaços & Debates**, São Paulo, SP, n. 38, 1994.

NOVELLINO, M. S. F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

OLIVEIRA, M. L. P. **O mercado imobiliário urbano na periferia do DF: o caso de Cidade Ocidental**. Brasília, DF: Editora da UNB, 1983.

- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1997.
- PATARRA, N. **Do urbano às novas territorialidades: conceitos e questões**. Brasília, DF: Ipea, 1999. (Segundo Relatório de Pesquisa) (Mimeo).
- \_\_\_\_\_; BOGUS, L. M. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, v. 2, 1980.
- PAVIANI, A.; CAMPOS, N.; FARRET, R. Mobilidade residencial em cidade planejada: Brasília – Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 52, n. 2, 1990.
- PRETECEILLE, E. Divisão social e desigualdades: transformações recentes na metrópole parisiense. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2000.
- ROCHA, S. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1994.
- ROLNIK, R. **Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo**. Lincoln Institute Research Report, 1999.
- \_\_\_\_\_; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- ROSSI, P. **Why families moves?** 2.ed. London: Sage Publications, 1980.
- SABAHAGI, G.; VAN ARSDOL JR., M. D.; BUTLER, E. W. Some determinants of intrametropolitan residential mobility: conceptual considerations. **Social Force**, v. 48, n. 1, p. 88-98, 1969.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996. (Coleção Estudos Urbanos, 5).
- \_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.
- SOJA, E. W. The socio-espaial dialect. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, DC, v. 70, n. 2, p. 207-225, 1970.
- VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.
- \_\_\_\_\_. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: ENCONTRO DA ANPUR, 7., 1997, Recife, PE. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 1997.